

## A TRIAGA BRASÍLICA

Nas veredas há às vezes grandes matas, comuns. Mas, o centro da vereda [...] é sempre ornado de buritis, buritiranas, assafrás e pindaíbas, à beira d'água (E. Bizzarri, J. G. Rosa, p. 28)

Este capítulo trata especificamente da *Triaga Brasília*. Sabemos, entretanto, que em um estudo preliminar como este não se pode explorar as múltiplas e talvez incontáveis possibilidades de pesquisa da receita. Desta forma, conforme discutido na Introdução deste trabalho, pretende-se analisar, ainda que superficial e brevemente, as *triagas* ao longo da história, a fim de que o leitor compreenda em que contexto se situa a *Triaga Brasília*, assim como a questão dos simples, que permeiam todo o estudo. A discussão das plantas da receita é o tema central deste capítulo, que se encerra com a abordagem acerca do modo de confecção e finalidades da *Triaga*.

A quantidade de notas explicativas reflete a riqueza de informações apreendidas da leitura desta receita jesuítica. A pesquisa de suas plantas medicinais e outros ingredientes envolveu fontes diversificadas, que se foram juntando umas às outras e sugerindo novas fontes, criando um aparato de consulta amplo.

### 1. As triagas e a história

As triagas são receitas à base de plantas, animais e outras substâncias, como minerais, sais, óleos etc., utilizadas pela humanidade desde a Antigüidade. Algumas vezes eram constituídas por apenas um único ingrediente, mas podiam abarcar mais de seis dezenas de substâncias<sup>1</sup>. A história das triagas perde-se no tempo. Por esta razão, torna-se difícil, muitas vezes, precisar as fontes de determinadas triagas, ou

---

<sup>1</sup> M. Ferraz conta-nos que uma das triagas utilizadas pelos médicos no Brasil no século XVIII era a chamada *Triaga dos rústicos*, composta apenas por dentes-de-alho. Outras triagas igualmente empregadas na época incluíam o mercúrio e raízes de angelicó (M. H. M. Ferraz, "A Química Médica", pp. 701-2).

mesmo a época histórica a que pertencem. Há várias lendas e histórias acerca de sua origem, cuja veracidade dos fatos talvez seja discutível<sup>2</sup>.

A própria origem do termo deixa dúvidas etimológicas, que não cabem nesta discussão. A maior parte dos autores, porém, considera que o termo origina-se do grego *theriake* e do latim *theriaca*. A concepção inicial que se dá às triagas é a de antídoto contra a mordida de serpentes e contra venenos em geral. Este sentido permeia sempre as triagas. Posteriormente, entretanto, observa-se que estas receitas acabaram tornando-se remédios universais (panacéias)<sup>3</sup>.

Embora as triagas tenham sido originadas como antídoto contra os venenos de serpentes e outros venenos, as receitas foram sendo reformuladas, seus ingredientes foram sendo substituídos e outros ingredientes foram sendo acrescentados às receitas. O processo de seleção, substituição ou acréscimo de ingredientes, entretanto, não deve ter ocorrido de forma pontual e possivelmente seguiu critérios bastante complexos, e não somente o acaso ou a tentativa e erro. Desta forma, muitas modificações foram sendo feitas às fórmulas primitivas. A famosa “triaga galênica universal”, por exemplo, incluía cerca de 60 substâncias, e tornou-se famosa durante a Idade Média na Europa<sup>4</sup>.

Algumas triagas tornaram-se populares e obtiveram aceitação e prestígio. Entre elas cita-se a Triaga de Veneza, que foi uma das mais famosas na Europa, gozando de ampla aceitação popular ainda em fins do século XVIII. A preparação dessa triaga, por exemplo, era acompanhada de perto para que não houvesse falsificações. Em Paris, no antigo Colégio de Farmácia, havia um grande cerimonial para a preparação da triaga. Todos estes costumes antigos desapareceram, embora a tria-

---

<sup>2</sup> Uma das lendas mais famosas da Antigüidade foi a de Antídoto de Mitridates, criada, provavelmente, no primeiro século a.C., por Mitridates Eupator, rei do Ponto (Tim Low *et al.*, *Magic and Medicine of Plants*, pp. 32-3). I. Guareschi *et al.*, *Commentario della Farmacopea Italiana e dei medicamenti in generale*, p. 98, enfatizam que a triaga é o “[...] antídoto di Andromaco, derivato dal mitridato” (“[...] antídoto de Andrômaco, derivado do mitridato”).

<sup>3</sup> J. P. F. S. Dias, “Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista”, p. 447. Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 163, nota 264.

<sup>4</sup> No contexto árabe do século IX, como pontua Alfonso-Goldfarb (A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 115, nota 33, e p. 163), as triagas são definidas como antídotos ou contravenenos. Pela sua importância na medicina, conhecimento geral de sua obra e contexto histórico, torna-se desnecessário mencionar maiores referências a Galeno (c. 130-200 d.C.). Dele originaram-se as expressões farmácia galênica, medicamentos galênicos etc. J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 446, afirma que a farmácia galênica é “a farmácia que corresponde à Teoria dos Humores, baseada na autoridade de Hipócrates e Galeno. Os seus medicamentos eram constituídos principalmente por substâncias de origem vegetal e animal”.

ga tenha sido considerada, por séculos, como uma panacéia universal — ou seja, um remédio “para todos os males”<sup>5</sup>.

Entre os árabes, as triagas continham como um dos ingredientes mais importantes a carne de víbora, e eram consideradas os mais requisitados de todos os antídotos, mesmo nos tempos antigos<sup>6</sup>. A. M. Alfonso-Goldfarb, ao trabalhar com farmácia e matéria médica dos árabes do século IX, comenta que vários autores colecionam uma imensa gama de velhos tratados sobre venenos, antídotos, triagas ou receitas, conhecidas desde Galeno e muito antes dele<sup>7</sup>.

Durante os séculos XVI e XVII, várias obras surgiram na Europa versando sobre as plantas utilizadas na medicina. Tais obras aproveitaram, provavelmente, as facilidades oferecidas pela imprensa recém-surgida<sup>8</sup>.

As triagas continuaram a ser utilizadas em países europeus, em suas farmacopéias oficiais, até finais do século XIX. Só para citar alguns exemplos, o preparado segundo a *Pharmacopea Gallica* (farmacopéia francesa) continha cerca de 56 ingredientes, e o da *Pharmacopea Hispanica* (farmacopéia espanhola), aproximadamente 74 ingredientes distintos. Outras farmacopéias, como a austríaca, húngara, belga, germânica, italiana, grega e suíça, traziam quantidades diferentes e muitas vezes composições mais simplificadas. Há divergências, também, em relação ao modo de preparação dos ingredientes. O extrato de ópio, segundo a farmacopéia belga, devia ser dissolvido e mantido no vinho, porém nas farmacopéias germânica e italiana devia ser dissolvido em álcool por 24 horas, ao passo que na farmacopéia suíça devia ser macerado por um dia em vinho. Diferenças também ocorriam, nas diferentes farmacopéias, em relação à quantidade dos ingredientes: as diversas proporções de

---

<sup>5</sup> I. Guareschi *et al.*, *op. cit.*, pp. 101 *et seq.* A própria *Triaga Brasilica* é referida como panacéia, e comparada à triaga de Veneza: “A *Triaga Brasilica* hé um Antidoto ou Panacea composta, à **imitação da Triaga de Roma e de Veneza** [...]” (*Noticia do Antidoto ou nova Triaga Brasilica que se faz no Collegio da Companhia de Jesus da Bahia*, Apêndice II, grifo nosso).

<sup>6</sup> Não se pode omitir a menção a Avicena (980-1037), principalmente seu *Cânone da Medicina*, baseado em textos de Hipócrates, Aristóteles, Dioscórides, Galeno e outros (Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 60).

<sup>7</sup> A. M. Alfonso-Goldfarb, “Materia médica y farmacia en el siglo IX árabe: un composito del saber antiguo”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*, pp. 16 *et seq.*

<sup>8</sup> Alguns exemplos incluem as obras de Garcia da Orta, Ioannem Mey, Johannem Antonium de Nicolinis de Sabio, C. Bauhin, J. Fragoso, A. Laguna, Frei Cristóvão de Lisboa, Aemilius Macer, Giordan Ziletti, L. Fuchs, Mathias Lobel, entre tantos outros. Cf. M. H. R. Beltran, “El Liber de Arte Distillandi y la divulgación de conocimientos sobre materia médica y farmácia”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*, vol. 5, p. 45: “a partir do final do século XV, com a difusão da imprensa na Europa, os conhecimentos sobre as propriedades curativas de materiais de origem vegetal, animal e mineral, assim como procedimentos práticos e

1/95, 1/97, 1/100 e 1/125 de sulfato ferroso em água atestam estas diferenças. Após ser preparada, a triaga era mantida fechada, em lugar escuro e fresco, e em alguns casos só podia ser utilizada seis meses após sua preparação<sup>9</sup>.

As triagas muitas vezes eram mezinhas de uso caseiro, consistindo apenas de mercúrio, antimônio ou outra substância tóxica. Continuaram em voga na Europa e nas colônias da América até meados do século XX<sup>10</sup>. Em finais do século XIX, a farmacopéia oficial do então Império Germânico continha uma receita de triaga com doze ingredientes<sup>11</sup>.

E no Brasil, como se situam historicamente as triagas? Como se sabe, os poucos boticários e médicos que havia na colônia portuguesa da América até finais do século XVIII tinham formação na Metrópole, e, de lá, traziam o corpo de conhecimento adquirido da educação universitária europeia. A idéia inicial que se faz é a de que as triagas utilizadas no Brasil colonial eram triagas fundamentalmente baseadas nas triagas europeias de então. Entretanto, como veremos mais adiante, já se encontram plantas medicinais brasileiras mescladas a plantas de origem europeia, asiática e africana, conhecidas de triagas milenares. Serafim Leite diz que, em 1732, vieram de Lisboa, para o Colégio dos Jesuítas do Pará, “[...] alcaçuz, jalapa, ruibarbo, pós, **triagas**, unguentos, óleos, bálsamos, todos os ‘especificos’ então em voga na farmacopéia da Europa”<sup>12</sup>.

A *Collecção de Receitas*, na qual se insere a *Triaga Brasílica*, traz o nome de várias outras triagas, tais como a “Triaga Optima da Botica do Collegio Romano”, a “Triaga da India, chamada do Sul”, e “Triaga contra Lombrigas”<sup>13</sup>.

Sem dúvida, a *Triaga Brasílica* pode ter sido realmente o medicamento mais famoso no Brasil no século XVIII. Foi referida por muitos autores como o “medicamento extraordinário” das terras brasílicas. Ao que tudo indica, era manipulada me-

---

concepções sobre a arte da destilação, preservados até então pela tradição oral popular e por registros manuscritos, viriam [...] penetrar nas páginas dos primeiros livros impressos”.

<sup>9</sup> I. Guareschi *et al.*, *op. cit.*, p. 105.

<sup>10</sup> As mezinhas, ao invés de curar os doentes, muitas vezes acabavam levando-os à morte, devido à ingestão de metais pesados, aliada à corriqueira prática das sangrias, como relata Manoel Gomes: “[...] curavamos aos doentes, aplicando as mezinhas que a charidade nos ensinava [...]” (Manoel Gomes, *Informação da Ilha chamada Maranhão*, p. 334). Em finais do século XVIII, a aplicação das mezinhas aparentemente caía no descrédito popular. Vide também A. J. Andrade Gouveia, *op. cit.*, pp. 27, 30 e 49-50. Cf. diacatolicão, ou purgante universal dos humores, em J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 446; “Mezinha”, in H. de Garcia & A. Nascentes, orgs., *op. cit.*, vol. 3, p. 2349; Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 42.

<sup>11</sup> Heinz Goerke, “O farmacêutico: um pilar da sociedade e do estado” in Regine Pöttsch, ed. *A farmácia*, p. 212.

<sup>12</sup> Serafim Leite, *História*, Tomo IV, Livro III, Cap. III, p. 189 (grifo nosso).

diante fórmula secreta, e continha mais de sessenta ingredientes distintos, muitos deles nativos do Brasil<sup>14</sup>. Essa triaga se usava contra a mordedura de animais peçonhentos, em várias doenças febris, e principalmente como antídoto e contraveneno. Gozava de grande fama. Essa “maravilhosa panacéia”, segundo M. Ferraz, era considerada tão boa quanto a de Veneza, pois agia pronta e rapidamente e com a vantagem de, em sua composição, entrarem “várias drogas nacionais de comprovada eficiência”<sup>15</sup>.

J. P. S. Dias comenta que a “teriaga brasílica”, junto a outros fármacos brasileiros, está relatada entre as fórmulas de grande número de medicamentos do Tratado III do *Erário Mineral* de L. G. Ferreira<sup>16</sup>.

Embora haja vários termos em português da “theriaca”, tais como triaga, teriaga, teríaga, teríaca, triaca e tríaca, o padrão terminológico adotado no presente trabalho foi “triaga”. Entre os sinônimos de triaga aceitos na literatura, podemos citar o de eletuário teriacal e eletuário aromático com ópio<sup>17</sup>.

Este breve histórico acerca das triagas serve, como já foi mencionado, única e exclusivamente para o leitor obter uma visão histórica geral a respeito destas receitas. O tema é por demais complexo para avançarmos em discussões mais detalhadas em um trabalho como este. Passaremos, então, à questão dos simples, ingredientes fundamentais das triagas.

## 2. Os simples

Podemos definir um simples como sendo qualquer medicamento à base de ervas, cereais, legumes, frutas, partes de animais e minerais. Seu uso por parte da

<sup>13</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 291.

<sup>14</sup> Vide Apêndice II deste trabalho. A apresentação da coleção traz “Collecção de varias receitas e **segredos** particulares das principaes boticas...” (grifo nosso). A *Triaga Brasílica*, a mais conhecida farmacopéia jesuítica publicada em Roma em 1766, encontra-se atualmente depositada no Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

<sup>15</sup> M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 697.

<sup>16</sup> O autor destaca, entre os doze tratados da obra de Luís Gomes Ferreira, *Erário Mineral*, o tratado XI, cujo tema é “Da cura dos venenos e mordeduras venenosas das cobras do Brasil”, e o tratado III, “Da miscelânea de varios remédios” (J. P. S. Dias, “Terapêutica química y polifarmacia en Portugal”, in P. Aceves-Pastrana, *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*, p. 85).

<sup>17</sup> O último sinônimo, aliás, aponta-nos um dos ingredientes das triagas, o ópio. I. Guareschi *et al.*, *op. cit.*, p. 143, dizem que as triagas não são mais utilizadas atualmente, devido à presença do ópio, que é uma substância estupefaciente; além disso, foram legalmente proibidas em vários países europeus. A presença do ópio na preparação da receita confirma a sinonímia de *eletuário aromático com ópio* (‘electuarium aromaticum cum oppio’). A. J. Andrade Gouveia, *Garcia D’Orta e Amato Lusitano na ciência de seu tempo*, p. 50, afirma que Garcia da Orta tratou e salvou do cólera o bispo de

humanidade remonta a vários milênios. Pode haver, entretanto, confusão em relação aos simples e aos compostos. Os simples podem ser entendidos ora como substâncias que apenas possuíam uma das quatro qualidades — por exemplo, simples quentes e frios, de acordo com o Galenismo —, ora como drogas sujeitas a operações de divisão ou purificação. Os compostos, por outro lado, podem ser entendidos como substâncias sujeitas a operações como a extração ou, então, como sendo a mistura de componentes<sup>18</sup>.

Garcia da Orta e sua famosa obra, *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India...*, tiveram papel fundamental na medicina de seiscentos e setecentos. A. J. A. Gouveia afirma que “a obra de Orta teve larga influência no progresso do estudo de simples e drogas nos séculos XVI e XVII”. J. P. F. S. Dias também concorda com este autor, pois escreve que “quase todas as drogas referidas por Garcia da Orta nos *Colóquios* se continuam a utilizar [em Portugal] no século XVIII”<sup>19</sup>.

No século XVI, os medicamentos utilizados na Europa dividiam-se segundo sua ação terapêutica, em três grupos: aqueles que tinham ação sobre as “qualidades elementares”, os que agiam sobre mais de uma “qualidade” e os que possuíam ação específica, como os vomitivos e os purgantes, por exemplo. A doutrina farmacológica nessa época girava em torno “do conceito de medicamento (*phármakon*) com um sentido estritamente terapêutico [...] considerado como qualquer substância capaz de produzir alguma alteração no organismo [...]”<sup>20</sup>.

---

Málaga com o emprego de mezinhas curativas, como a pedra bezoar e a “*triaga* ou *teriaga* que contém ópio”.

<sup>18</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 447. O termo simples (ou símplices) parece ter-se originado do latim *simplicia*, ao passo que os compostos, do termo latino *composita*. Vide também M. H. R. Beltran, “El Liber de Arte Distillandi y la divulgación de conocimientos sobre materia médica y farmácia”, *op. cit.*, p. 46, nota 3: a autora afirma que o termo “simples” era empregado para diferenciar os medicamentos obtidos a partir de um único componente daqueles, chamados compostos, preparados pela mistura de vários materiais, tais como plantas, minerais e partes de animais, considerados portadores de virtudes medicinais específicas. Cf. também A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 150, nota 196.

<sup>19</sup> A. J. Andrade Gouveia, *op. cit.*, p. 23. Na mesma página, o autor continua: “A obra de Garcia d’Orta [...] ocupa uma posição cimeira nos trabalhos do Renascimento sobre *matéria médica*, pelo acréscimo extremamente rico de novas substâncias e materiais [...]”. Cf. J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 174.

<sup>20</sup> J. M. L. Piñero *et al.*, *Medicinas, Drogas y Alimentos Vegetales del Nuevo Mundo*, p. 320. P. Aceves-Pastrana, “Un éxito editorial de la farmacia hispana: la palestra farmacéutica químico galénica (1706)”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*, vol. 5, pp. 139 e 166, afirma que a patologia galênica tradicional é substituída pelas novas idéias iatroquímicas e iatromecânicas no século XVII. Em pleno século XVIII, a farmácia européia é constituída pelas farmácias galênica e química.

Antes de comentarmos sobre os vários tipos de simples, é necessário discutir a questão, presente em obras clássicas e principalmente nos autores árabes medievais, acerca dos alimentos, dos venenos e dos antídotos. Os venenos podem ser compreendidos como substâncias que, por sua própria natureza, destróem a natureza animal. O alimento é, por seu turno, digerido e os medicamentos retiram os excessos dos humores do corpo. Há, ainda, um medicamento extremo e perigoso, que é o antídoto, considerado por muitos autores como um agente intermediário entre o veneno e a comida. Distintos por natureza, o antídoto e o veneno têm, praticamente, ações antagônicas. A dosagem, ou seja, a quantidade da substância a ser ingerida é fator preponderante na transação entre alimento, veneno e antídoto. É interessante a visão de que os antídotos, se tomados em grandes quantidades, podem matar. Os venenos, entretanto, sempre matam<sup>21</sup>.

Classicamente, os simples podem ser divididos em três grandes categorias: simples vegetais, simples animais e simples minerais. Tais categorias são brevemente discutidas a seguir.

As plantas parecem exercer seu fascínio sobre a humanidade desde tempos imemoriais. Não é por acaso que, invariavelmente, as triagas tenham empregado um número considerável de simples de origem vegetal, muitas vezes superior aos das outras duas categorias. Vários são os exemplos que poderiam ser citados. Plantas como limão, alface e arroz são mencionadas, por exemplo, na farmacopéia árabe medieval. Indianos, gregos e egípcios já conheciam as propriedades medicinais do aloés. A misteriosa mandrágora era conhecida dos povos antigos e tida por muitos como a “maçã de Satã” devido às suas propriedades medicinais e tóxicas. Sabe-se que, por volta do ano 1010 d.C., o médico árabe Ali ibn Isa utilizava narcóticos em operações demoradas, à base de simples vegetais como mandrágora, ópio, meimendo ou xarope de papoula. Não poderíamos deixar de citar o ópio, simples que emprestou o nome a um dos sinônimos da triaga, como vimos anteriormente.

Entre os simples de origem animal, prezava-se muito certas concreções ou pedras oriundas de ação fermentativa, encontradas no interior do estômago de cer-

---

<sup>21</sup> A. M. Alfonso-Goldfarb, “Materia médica y farmacia en el siglo IX árabe: un composito del saber antiguo”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*, p. 16. Cf. C. O. Gomes, *História da Medicina no Brasil no século XVI*, p. 250 (o autor cita G. Piso, afirmando que este, ao estudar venenos e contravenenos do Brasil, concluiu que não só as plantas como os animais encerram em si o fármaco e o alexifármaco). Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 159, nota 248: “De qualquer forma, Ibn Wahchiya dá indicativos em suas

tos animais (cabras, bois, jumentos etc.). Já desde o século XII, certos contravenenos ou bezoárticos gozavam destaque entre os simples utilizados rotineiramente — entre esses simples, podemos citar a pedra bezoar, que era uma formação encontrada no estômago de ruminantes e dissolvida num cozimento de ervas que podia ser de papoulas, escorcioneira, borragens ou língua-de-vaca do Reino<sup>22</sup>. As terras americanas acrescentaram novos bezoárticos inexistentes na Europa, como os de lhama, de peixe-boi e de camaleão. Na África, cornos de rinoceronte, que eram muito estimados e empregados para diversas doenças, e as cabeças de cascavéis, cuja aplicação terapêutica se dava no âmbito das febres e das doenças cardíacas, eram simples animais bastante conhecidos<sup>23</sup>. Entre alguns bezoárticos famosos na Europa de fins do século XVII, encontramos o bezoártico de Curvo Semedo, preparado com contra-erva, terra lêmnia, osso de unicórnio, coral preparado, antimônio diaforético, âmbar branco preparado, corno de cervo filosoficamente preparado e azeite de cidra<sup>24</sup>.

Na galeria dos simples de origem mineral, poderíamos citar pedras, ímãs (magnetos) e cristais variados, além de cal, mercúrio, antimônio e arsênico, entre outros, que eram simples minerais comuns em receitas antigas, empregados individualmente ou mesclados uns aos outros ou em combinações com simples de origem vegetal ou animal<sup>25</sup>. Para os árabes, os simples de origem mineral, denominados “mugarrabat” (i.e., agentes mágicos), eram quaisquer pedras ou substâncias duras que não fossem de origem animal ou vegetal. Alguns autores afirmam que, em meados do século XVIII, os minerais podiam ser classificados em metais perfeitos e im-

---

receitas de que compostos feitos de plantas medicinais poderiam ser venenosos, **dependendo das quantidades utilizadas [...]** (grifo nosso).

<sup>22</sup> A pedra bezoar também era denominada bazar, do árabe *bad*, pedra, e *zahr*, veneno. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 170, nota 310, ao referir-se ao bezoar da *triacá que Hermes preparou para afastar o mal dos venenos*, afirma que o bezoar é “pedra calcárea amarelada que se forma no estômago de alguns ruminantes, considerada o antídoto dos antídotos. A palavra, aliás, seria a voz árabe do termo persa *pad-zahr*, que significa ‘proteção contra veneno’”. Cf. M. H. M. Ferraz, “A Química Médica”, p. 699. Garcia da Orta, *Colóquios...*, p. 246, diz que a “pedra bezar he criada no estamago dhum carneiro ou bode que ha no coraçãoe [...] e criase sobre hua palha [...] e aproueita pera toda as emfermidades venenossas e [...] pera lepra”.

<sup>23</sup> J. P. S. Dias, “O conhecimento da matéria médica angolana nos séculos XVI a XVIII” in J. L. Goldfarb & M. H. M. Ferraz, orgs., *V Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Anais*, pp. 110-8.

<sup>24</sup> J. P. S. Dias, “Terapêutica química y polifarmacia en Portugal”, *op. cit.*, p. 77 (Cf. J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 172, que cita, entre os medicamentos químicos e drogas metálicas adquiridas pela Botica de Santo Antão, entre 1749 e 1750, o bezoártico mineral e o bezoártico jovial).

<sup>25</sup> A. M. Alfonso-Goldfarb, “Materia médica y farmacia en el siglo IX árabe: un composito del saber antiguo”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*, pp. 14-5.

perfeitos, meios-metals, escórias metálicas, sais, enxofres, pedras, terras e águas<sup>26</sup>. P. A. Porto afirma que a utilização de substâncias minerais como medicamentos “não era exatamente uma novidade no século XVI. Na Antigüidade greco-romana, estavam restritas ao uso externo, pois eram consideradas venenosas”<sup>27</sup>.

Admite-se que a literatura dos simples foi primordialmente influenciada por Dioscórides (século I d.C.) e Galeno (século II d.C.), e continuou em voga por toda a Europa e mundo árabe durante a Idade Média, até início do século XX, em alguns locais.

A. M. Alfonso-Goldfarb, ao comentar sobre matéria médica e farmácia no século IX entre os árabes, afirma que o uso dos simples, derivados dos três reinos (animal, vegetal e mineral), não era muito freqüente entre os médicos da tradicional escola greco-latina. As propriedades, porém, destes compostos, quando combinados uns aos outros, eram muito numerosas. Quando dois, três ou quatro (ou mais) simples são mesclados entre si, as propriedades resultantes não são mais as dos simples que compuseram a combinação. Aqui, não se pretende referenciar pura e simplesmente a teoria aristotélica das potencialidades — há que se considerar a hipótese de que as novas propriedades não estejam latentes nos simples, porém na mistura deles e a partir do que vai ocorrer com esta combinação<sup>28</sup>.

Curvo Semedo, em finais do século XVII, e vários outros cirurgiões portugueses da primeira metade do século XVIII, escreveram uma literatura de terapêutica prática onde se encontram simples e compostos utilizados em cirurgias e outras intervenções médicas. Entre eles, podem-se citar J. F. de Moura e J. L. Correia. J. P. F. S. Dias afirma que o *Coletâneo farmacêutico*, obra de António Martins Sodré, de 1735, traz inicialmente conceitos farmacêuticos básicos sobre os medicamentos, diferenciando-os dos alimentos e venenos<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 446.

<sup>27</sup> Paulo Alves Porto, “O laboratório farmacêutico de J. B. von Helmont”, in A. M. Alfonso-Goldfarb & M. H. R. Beltran, orgs., *O laboratório, a oficina e o ateliê*, p. 88. Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, “Entre gregos y bárbaros: eternas cuestiones historiográficas sobre materia médica y farmacia”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Tradiciones e intercambios científicos*, vol. 5, pp. 17-8 e 26, acerca da *Materia medica* escrita por Dioscórides. A obra de Dioscórides sempre foi considerada como sendo o exemplo mais primoroso de organização antiga exclusivamente dedicada ao tema de matéria médica, na qual os fármacos são organizados de acordo com a ação terapêutica. Entretanto, somente com os estudos da química no século XVIII, da farmacognosia no século XIX e da fitoquímica no século XX é que se pode decifrar a chave do sistema de Dioscórides.

<sup>28</sup> A. M. Alfonso-Goldfarb, “Materia médica y farmacia en el siglo IX árabe: un composito del saber antiguo”, in P. Aceves-Pastrana, ed., *Construyendo las ciencias químicas y biológicas*, p. 14.

<sup>29</sup> De José Ferreira de Moura, cirurgião em Lisboa, cita-se *Sintagma Cirúrgico Teórico-Prático de João de Vigo*, obra na qual se encontram capítulos como “Da natureza dos simples, muyto pro-

A. L. Janeira, ao comentar sobre os simples, afirma a dicotomia básica encontrada em suas propriedades medicinais: os simples nunca poderão ter uma identidade neutra, já que contém virtude e servem, portanto, como fármacos, ou “porque empestam de vício e são, portanto, veneno”<sup>30</sup>.

A substituição de simples, como já dissemos anteriormente, não deve ter sido um processo de ocorrência pontual e instantânea. Muitos simples empregados em receitas antigas foram cedendo lugar a outros, de uso semelhante ou com eficácia superior<sup>31</sup>. Além disso, a presença de produtos oriundos das Novas Terras em obras de autores europeus dos séculos XVI a XVIII traz à tona fatos relevantes. Em primeiro lugar, algumas substâncias americanas pareciam estar totalmente inseridas nas farmacopéias europeias — citemos, por exemplo, a participação da salsaparrilha, da ipecacuanha e de alguns alimentos, como o tomate e a batata. Em segundo lugar, a atribuição de valores terapêuticos dados principalmente às plantas medicinais americanas pelos colonizadores pode ter seguido duas rotas: o conhecimento das propriedades medicinais das plantas americanas deveu-se ao contato direto com os povos indígenas, porém muitas vezes os colonizadores tratavam de justificar a utilização dos simples encontrados no continente americano dentro das doutrinas galênicas vigentes na época<sup>32</sup>.

Parece ser corrente na historiografia referente às plantas medicinais do continente americano do século XVI a idéia de que a Europa esperava obter proveito da medicina dos povos americanos autóctones, quer para encontrar drogas que tradicionalmente vinham sendo importadas do Oriente ou da África, quer para incorporar novas drogas às suas farmacopéias. A diversidade de simples extraídos do continente americano era realmente muito grande, e acredita-se que os colonizadores não sabiam a princípio o que fazer com todo esse “arsenal” de plantas medicinais.

---

veytosos para o uso pratico na arte da Cirurgia”, “Do Antidotario” e “Catalogo de unguentos, emplastos etc.”; de João Lopes Correia, cita-se *Castelo Forte contra todas as enfermidades* (J. P. S. Dias, “Terapêutica química y polifarmacia en Portugal”, *op. cit.*, p. 83; J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 136. O nome completo da obra de António Martins Sodrê, de 1735, é *Collectaneo Pharmaceutico. Dividido em duas partes, nas quaes se acharão as melhores perguntas e respostas, e algumas eleições de simples, com suas explicaçoens ao texto de Mesue, tiradas dos melhores autores antigos, e modernos da Arte Pharmaceutica. Obra utilissima para se examinarem os novos Professores da mesma Arte*. Foi o primeiro livro destinado exclusivamente ao preparo dos aprendizes farmacêuticos para os exames ante o físico-mor (J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 136).

<sup>30</sup> A. L. Janeira, *Jardins do saber e do prazer*, p. 17.

<sup>31</sup> A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 196, nota 426, ao comentar sobre “o tratamento do louco” e o emprego do óleo de nozes nessa receita: “[...] o azeite de oliva seria um **bom substituto** para o óleo de nozes” (grifo nosso).

<sup>32</sup> J. M. L. Piñero *et al.*, *op. cit.*, p. 320.

Entretanto, é clara a ajuda da medicina indígena aos europeus no tocante à obtenção de algumas de suas drogas mais importantes, inclusive contra males como a sífilis e a malária, para as quais a salsaparrilha e a quina eram respectivamente empregadas.

Abordar sucintamente a complexa e rica teia de informações a respeito dos simples não é uma tarefa fácil, e nosso objetivo foi o de fornecer um pano-de-fundo, por assim dizer, da *Triaga Brasílica*: fizemos um breve apanhado histórico das triagas e discutimos rapidamente a questão dos simples. A seguir, discutiremos a própria *Triaga Brasílica*, mantendo em mente esta questão dos simples e sua utilização nas triagas.

### 3. Identificação botânica das plantas utilizadas na *Triaga Brasílica*

O Apêndice II deste trabalho fornece ao leitor a transcrição da *Triaga Brasílica*, com informações sobre as plantas e demais ingredientes utilizados, modo de preparo da *Triaga* e citação de alguns locais onde as plantas medicinais podiam ser encontradas. Nesta seção, entretanto, pretende-se discutir os problemas da identificação botânica das plantas citadas, assim como as demais informações constantes da receita.

Anteriormente, discutimos brevemente a questão dos simples. Vimos que as triagas tornaram-se mais complexas e o número de componentes também chegou a várias dezenas, entre plantas medicinais, sais, óleos, resinas, pós, elementos e compostos químicos etc. Como veremos mais adiante, a própria *Triaga Brasílica* era aumentada, com o acréscimo de sais e óleos químicos, caso se desejasse que ficasse mais eficaz<sup>33</sup>.

A discussão das plantas da *Triaga*, mais adiante, revela-nos fatos interessantes. Embora não estejamos tratando do mérito da substituição ou acréscimo de simples *strictu sensu*, é muito claro o fato de que plantas nativas da flora brasileira, como a ipecacuanha e o jaborandi, por exemplo, foram “incorporadas” à *Triaga*. Poderíamos, igualmente, inferir que simples empregados em triagas antigas, como sene e cássia, podem ter encontrado no Brasil um substituto à altura, o fedegoso das Américas<sup>34</sup>. A adição e a substituição de um simples, portanto, não podem ser entendi-

---

<sup>33</sup> No Apêndice II, o leitor encontrará uma nota esclarecendo esta questão de acrescentar outros compostos à *Triaga*, como o fazia o padre André da Costa.

<sup>34</sup> Vide item “Pagimiroba” nesta seção.

das como processos aleatórios ou meramente casuais. Ao que nos parece, deve ter sido moldado, entre outros fatores, pela necessidade: a demora da viagem, as alterações climáticas e geográficas praticamente impossibilitavam a vinda de boa parte das plantas medicinais da Europa, levando os boticários e herbanários a utilizarem plantas da flora silvestre nativa<sup>35</sup>.

A proposta de discutir cada planta, além de fornecer dados de identificação científica e propriedades farmacológicas atuais, constitui análise do cenário histórico fornecido pela literatura de consulta onde se inserem as plantas medicinais.

As indicações dos lugares onde os simples da *Triaga* podiam ser encontrados, de acordo com a transcrição de Serafim Leite, levantam questões igualmente complicadas. Em primeiro lugar, a data de impressão da receita é de 1766, embora possa ter sido compilada e utilizada muito antes disso<sup>36</sup>. O termo “sertão”, empregado muitas vezes na indicação geográfica dos simples, encerra em si uma dificuldade espacial difícil de delimitar na época em questão, pois não sabemos, ao certo, a que regiões se referia. Além do mais, se considerarmos a data de 1766 como referencial único da *Triaga*, o lapso de tempo até o presente é de aproximadamente duzentos e cinquenta anos. Nesse período, muitas das espécies identificadas segundo literatura atual, e para as quais são citadas informações geográficas também atuais, podem ter desaparecido das localidades citadas, ou nem mesmo terem sido reportadas na literatura especializada. Estes obstáculos serão discutidos em cada planta, especificamente.

A identificação botânica das plantas da receita é, talvez, um dos grandes problemas surgidos durante o estudo. A citação dos simples não é feita, como é de se imaginar, em linguagem binominal ou lineana<sup>37</sup>. As plantas são apresentadas em

---

<sup>35</sup> M. L. L. Rodrigues, “Guilherme Piso e o conhecimento da flora medicinal brasileira no século XVII (1638-1644)”, p. 9, afirma que “Piso, entre tantos outros viajantes, foi um dos poucos que procurou conhecer o modo de curar dos índios brasileiros”. Segundo a autora, G. Piso refletiu, principalmente, sobre o confronto entre o uso terapêutico dos vegetais feito pelos brasilíndios, com aquele que ele já conhecia (*Ibid.*, p. 41).

<sup>36</sup> Vide Apêndice II, *Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita*. A menção da data na folha de rosto da receita, 1766, não significa, entretanto, que a *Triaga* foi inteiramente compilada nesse ano. Acreditamos que sua compilação abrangeu um período amplo, difícil de precisar. De fato, a mesma receita cita, conforme nota explicativa no Apêndice II, a utilização dos sais e óleos químicos pelo Irmão André da Costa, que faleceu em 1712, portanto muito antes da data mencionada.

<sup>37</sup> Não entraremos na questão de Lineu (1707-1778) e de todo o sistema proposto por ele porque esta discussão não cabe neste trabalho. Primeiramente, porque a data de impressão da receita é 1766, praticamente contemporânea da época em que o taxonomista começou a dar corpo ao seu sistema classificatório (sua famosa obra *Species Plantarum* é publicada em 1733). Em segundo lugar,

português da época ou em língua geral, ou então em línguas indígenas. Desta forma, trilhar caminhos identificatórios para as plantas foi uma jornada por labirintos muitas vezes confusos e pouco elucidativos. A taxonomia atual não fornece, em alguns casos, soluções confiáveis, quer pela falta de informações sobre plantas do passado, quer pela ineficiência dos próprios sistemas taxonômicos<sup>38</sup>. Na *Triaga*, portanto, as espécies vegetais são mencionadas sob os nomes populares (o que se convencionou chamar em botânica atual de “nomes vulgares”)<sup>39</sup>.

As dimensões quase continentais do território brasileiro, a diversidade de dialetos indígenas e sua miscigenação na língua geral, além da citação de plantas diferentes sob o mesmo nome e, dependendo da região, de efeitos terapêuticos distintos para a mesma planta, constituem fatores que devem ser levados em consideração e analisados de forma detalhada quando se pretende identificar espécies vegetais citadas em nome vulgar em meados do século XVIII, à luz da taxonomia atual. Verifica-se, assim, que em muitos casos ocorre a citação de mais de uma espécie para a mesma planta da *Triaga*, ou, até mesmo, a incerteza quanto à correta identificação. Esta, porém, não pretende ser conclusiva e tampouco absoluta.

Não houve a preocupação de se pesquisar o uso dos nomes vulgares utilizados para as plantas medicinais da *Triaga*, antes do século XVIII e no século seguinte, ou mesmo as diferenças regionais que podem ter existido, em toda a extensão do território brasileiro e nas regiões sob domínio português na época. A língua geral ou língua brasílica era falada em toda a costa brasileira, ao longo de quinhentas léguas, no século XVI, e continuou a ser falada em alguns locais até recentemente, como é o caso de São Paulo<sup>40</sup>. Não nos esqueçamos, também, que os silvícolas brasileiros tinham conhecimento das plantas que os cercavam na imensa floresta, e da aplica-

---

porque este mesmo sistema só começou a ser aceito na Europa em finais do século XVIII e início do século XIX, mesmo assim com opositores, como Spallanzani e Buffon, entre outros.

<sup>38</sup> A taxonomia (do grego *táxis*, lei, princípio, categoria, e *nomós*, nomenclatura, disposição), é definida como a ciência que estuda a classificação, a identificação e a nomenclatura dos seres vivos. Basicamente, é um sistema que se baseia em critérios classificatórios, tais como estruturas de reprodução, características anatômico-fisiológicas etc. Aceita-se, atualmente, sete diferentes *taxa* (níveis), que correspondem aos termos reino, filo/divisão, classe, ordem, família, gênero e espécie, com sub-níveis variáveis. A tendência em muitos centros de pesquisa é recorrer também à sistemática e à filogenia. Cf. A. L. Panchen, *Classification, Evolution and the Nature of Biology*, p. 126. Vale lembrar que, historicamente, a classificação dos vegetais segue a seqüência: classificação medicinal (propriedades farmacológicas), como em Dioscórides; classificação sistemática (famílias botânicas), como em Lineu; classificação evolutiva (filiação ontogênica), como em Dahlgren; e classificação temático-ecológica (ecossistemas e grandes áreas da botânica), como nos autores contemporâneos ocidentais (A. L. Janeira, *op. cit.*, p. 21). Vide também M. N. Arêdes, “Humboldt e a geografia das plantas”, p. 17.

<sup>39</sup> C. O. Gomes, *op. cit.*, p. 177.

<sup>40</sup> C. Bresciani, *Companhia de Jesus: 450 anos ao serviço do povo brasileiro*, p. 103.

ção das propriedades dessas plantas na cura das enfermidades, embora não haja registro de nenhum tipo de classificação, tal qual a conhecemos hoje.

Diferentemente das identificações atuais, baseadas em material coletado em campo, em espécimes observados em coleções herborizadas ou em ilustrações botânicas, na *Triaga* a identificação botânica teve de se apoiar tão-somente em documentos históricos. As poucas informações sobre algumas plantas da *Triaga* citadas pelo próprio Serafim Leite também foram fontes de consulta importantes<sup>41</sup>. As informações contidas nesse material bibliográfico foram, então, comparadas a informações contidas em livros e outros materiais bibliográficos de taxonomia botânica atuais<sup>42</sup>.

As plantas medicinais da *Triaga Brasílica* são descritas em uma seqüência não alfabética, de onde se pode apreender seis grandes divisões: raízes, sementes, extratos, gomas, óleos químicos e sais químicos. Uma seção, entretanto, foi acrescentada neste trabalho, somente a título de facilitar o estudo das plantas. Foi intitulada “cipós, cascas, pós e outras formas vegetais”, e inclui as plantas não citadas entre raízes, extratos ou sementes, na receita original.

As três últimas divisões — gomas, óleos químicos e sais químicos —, embora incluam plantas medicinais em suas composições, além de outras substâncias químicas, não estão sendo discutidas no presente trabalho, conforme justificativas anteriormente discutidas, que delimitaram o *corpus* do texto somente para as raízes, sementes e extratos. Há, porém, menção rápida a cada componente destas divisões da receita, com o objetivo único de esclarecer pontos relevantes de cada ingrediente, sem a pretensão de um estudo mais detalhado.

Discute-se, a seguir, os simples da *Triaga Brasílica*.

### 3.1. Raízes

Em muitas famílias de plantas, entre as quais as euforbiáceas, zingiberáceas, liliáceas, solanáceas e convolvuláceas, as raízes são estruturas de importância muito ampla, tanto para as plantas que as produzem quanto para o ser humano que as

---

<sup>41</sup> No Apêndice II, o leitor poderá encontrar a transcrição de “*Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita*”, citada por Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 299-300.

<sup>42</sup> A seleção dos autores atuais foi fomentada basicamente pela ampla aceitação dos mesmos entre os estudiosos da taxonomia, e pelo cuidado na avaliação e discussão das identificações realizadas em seus trabalhos.

consome, fornecendo, além das conhecidas reservas de amido, no caso das batatas e da mandioca, por exemplo, uma infinidade de substâncias químicas, utilizadas na medicina terapêutica tradicional e caseira, além do uso nas receitas culinárias, como é o caso do alho e do gengibre<sup>43</sup>.

Na *Triaga*, as raízes eram transformadas em pó e de seus resíduos obtinham-se os extratos, que eram misturados uns aos outros e aos quais outros ingredientes iam sendo paulatinamente acrescentados. Eventualmente, os óleos e sais químicos podiam igualmente fazer parte da *Triaga*, quando se desejava que a mesma tivesse maior eficácia. A transcrição da receita diz que “às primeiras vinte e huma raízes se lhe tomam os seus pesos respectivos e se fação em pó, e se passe por tamiz muito fino com cuidado que não volatize muito. Dos reziduos que ficarem com pesos respectivos a cada huma das ditas raízes se faça extrato”<sup>44</sup>. A alguns extratos de raízes acrescentava-se vinho branco e xarope de limão e, a outros, mel.

As vinte e uma raízes empregadas na confecção da *Triaga Brasília* são discutidas a seguir.

### **Abutua**

As fontes consultadas para identificar a “abutua” da *Triaga* sugeriram diversas espécies que podem ser indicativas deste simples. Quatro espécies da família Menispermaceae, de dois gêneros distintos, são citados por J. M. Caminhoá: do gênero *Abuta* L., as espécies *A. candicans* Rich. e *A. concolor* Poep., e do gênero *Cissampelos* L., as espécies *C. parriera* Vell. e *C. vitis* L.<sup>45</sup>

A transcrição de Serafim Leite diz que a raiz de abútua era encontrada em “Pernambuco, Camamu, Aldeya do Spirito Santo e no sertão”<sup>46</sup>. Embora não se saiba ao certo a que regiões o sertão se refere, a citação geográfica da abútua descrita na *Triaga* está, em parte, em concordância com as referências atuais mencionadas. A. B. Joly, por exemplo, afirma que as menispermáceas, embora pouco representa-

---

<sup>43</sup> As euforbiáceas constituem uma família comum no Brasil, incluindo, entre outras plantas conhecidas e difundidas, a mamona e a mandioca. O gengibre e o cardamomo são dois exemplos dos conhecidos representantes das zingiberáceas. Na família das liliáceas, além do lírio, utilizado como planta ornamental, encontram-se espécies utilizadas na culinária e no campo medicinal, como o alho e a cebola. A família das solanáceas, muito bem representada na flora brasileira por espécies nativas, além das exóticas amplamente cultivadas, inclui a batata comum, o tomate, a berinjela, o jiló e as pimentas. Entre as convolvuláceas, podemos citar a batata-doce e várias espécies de bom-dia (A. B. Joly, *Botânica*, pp. 403-5, 576-8, 586-91, 656-63, 724).

<sup>44</sup> Vide Apêndice II deste trabalho.

<sup>45</sup> Joaquim Monteiro Caminhoá, *Compendio de botanica geral e medica*, pp. 387, 2328 e 3125.

das na flora do Brasil, já que são mais abundantes nas zonas temperadas, encontram-se como trepadeiras nas zonas de mata — especialmente a região amazônica —, ou como subarbustos no cerrado e regiões do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. O gênero mais freqüente no cerrado brasileiro é *Cissampelos*<sup>47</sup>. É, portanto, uma planta nativa do Brasil.

A identificação desta planta a nível específico, porém, destaca alguns problemas. Os muitos nomes vulgares existentes — parreira-brava, parreira-do-mato, uva-do-rio-apa, bútua, butua, cipó-cobra, caápeba, erva-de-nossa-senhora e pecauem — invariavelmente trazem sinonímias, intercambiáveis<sup>48</sup>. A julgar pelos termos vulgares, a saída imediata para a identificação seria a própria terminologia latina do gênero *Cissampelos* L., aqui representado pelas espécies *parriera* e *vitis*, que encontra respaldo em A. B. Joly. A julgar, porém, pelos termos “bútua” e “butua”, a saída talvez fosse pela identificação do gênero *Abuta*, proposta, por exemplo, por P. B. Cavalcante e P. Friel. Outros autores, como J. A. A. Carmargos, afirmam que a abútua pode ser igualmente denominada abuta<sup>49</sup>.

L. Ribeiro também associa a abútua à parreira-brava, afirmando que é planta encontrada em Minas Gerais e Espírito Santo, havendo duas qualidades (espécies): “uma mais grossa, sólida e nodosa; outra delgada, lisa e branda. A primeira é melhor; a segunda é chamada ciparabo pelos naturais. É aperitiva, desobstruente e resolutive. Também se diz parreira-brava”<sup>50</sup>. Sua indicação geográfica também parece estar em conformidade com a citação feita por Serafim Leite.

Diversamente dos autores supramencionados, N. Chernoviz identifica a “butuá” como sendo a espécie *Cocculus platyphylla* Willd, também uma menispermácea. Afirma ser planta brasileira encontrada especialmente em Minas Gerais. Sua

<sup>46</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299.

<sup>47</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 304.; cf. A. G. Eichler, “Menispermaceae” in K. P. von Martius *et al.*, *Flora Brasiliensis*, XIII, 1, pp. 1841-72.

<sup>48</sup> H. F. Leitão Filho *et al.*, *Plantas invasoras de culturas*, vol. 3, p. 771, afirmam que *Cissampelos parriera* Vell. é provavelmente a abútua verdadeira, cuja sinonímia entre os indígenas é *ciparoba* ou *pecauem*. Não se pode, entretanto, tomar esta afirmação como definitiva e verdadeira, visto que vários autores defendem outras espécies, de gêneros inclusive distintos, como sendo a abútua verdadeira. A respeito da terminologia *caápeba*, vide item próprio, mais adiante nesta seção.

<sup>49</sup> Paulo B. Cavalcante & P. Friel, *A Farmacopéia Tiryó*, p. 149; José Arlete Alves Camargos, org., *Catálogo de árvores do Brasil*, p. 256.

<sup>50</sup> Lourival Ribeiro, “Medicina no Brasil Colonial — matéria médica: mapa das plantas do Brasil, suas virtudes e lugares em que florescem; extraído de ofícios de vários médicos e cirurgiões”, p. 191. O termo resolutive(o) refere-se a “medicamento capaz de expulsar (resolver) um humor, através da pele ou da circulação. Para esse efeito, os medicamentos resolutivos seriam quentes e secos, abrindo os poros e tornando o humor mais fluido”. Termos análogos para medicamentos resolutivos incluem evaporativos, diaforéticos e rarefativos (J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 447).

raiz era empregada em infusão contra febres intermitentes e outros males. Relata que

[...] vi os paulistas fazerem muito caso dela [a butuá], trazendo-a consigo, que estão estes homens muito vistos e experimentados em raízes, ervas, plantas, árvores, e frutos, por andarem pelos sertões anos e anos, não se curando de suas enfermidades, senão com as taes cousas, e por terem muita comunicação com os carijós, de quem se tem alcançado cousas boas, com que lhes se curam a si de muitas doenças [...]<sup>51</sup>

J. P. F. S. Dias inclui a raiz de “abutua” como uma das drogas vegetais americanas adquiridas pelas boticas de Lisboa em meados do século XVIII<sup>52</sup>. Outros autores afirmam que “[...] os antigos jesuítas [...] fizeram dele [do arbusto abutua] extenso e inteligente emprego no combate às febres palustres, pois hoje sabemos que a *pelosina* é um sucedâneo da *quinina*”<sup>53</sup>.

Na literatura consultada, a abútua é indicada para tratar cálculos renais, cólicas uterinas, amenorréia, má digestão, reumatismo, varizes, epigastralgia. Também é considerada diurética e pode ser empregada no tratamento de hidropisia. A presença de alcalóides em várias partes da planta, incluindo a raiz, provavelmente fez com que várias menispermáceas transformassem-se em alvos muito procurados pela medicina popular, embora a dosagem empregada de seus princípios ativos deva ser sempre pequena a moderada<sup>54</sup>.

Pela descrição geográfica citada, é pouco provável que se trate de uma outra espécie de *Abuta*, da região amazônica, a *A. grandifolia* (Mart.) Sandw., mencionada como auxiliar no tratamento de dores abdominais e epigastralgia<sup>55</sup>.

De qualquer forma, somos levados a considerar esta planta como um simples nativo do Brasil, acrescentado a outras plantas também americanas da *Triaga Brasileira*, como veremos mais adiante.

## Mil-homens

A literatura consultada para identificação botânica sugere um único gênero, *Aristolochia* L., família Aristolochiaceae, para a planta citada como mil-homens. Várias espécies do gênero *Aristolochia* são oriundas da Europa e Ásia. Há representan-

<sup>51</sup> P. L. N. Chernoviz, *Dicionário de medicina popular*, p. 463. É espécie afim de outras três menispermáceas: *Menispermum cocculus* Willd, *Cocculus glaucus* L. e *Pachygone ovata* Willd.

<sup>52</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 174, quadro 6.

<sup>53</sup> O. V. Brasil & J. S. Campos, *Lacerda e a origem botânica do curare*, p. 17.

<sup>54</sup> H. F. Leitão Filho *et al.*, *op. cit.*, vol. 3, p. 771.

<sup>55</sup> Paulo B. Cavalcante & P. Friel, *op. cit.*, p. 42.

tes autóctones, mas não se pode afirmar com certeza que a mil-homens utilizada na *Triaga* seja nativa do Brasil<sup>56</sup>.

Na América do Sul, o gênero *Aristolochia* L. é comum no Vale do Amazonas, no Peru, na Bolívia e Colômbia. Alguns representantes são também encontrados nos cerrados brasileiros<sup>57</sup>. De modo genérico, as *Aristolochia* recebem as denominações corriqueiras de papo-de-peru, angelicó, jarrinha, mil-homens, cipó-paratudo, cipó-milhome, crista-de-galo, cipó-branco e camará-açú<sup>58</sup>.

Acredita-se que os indígenas conheciam o valor medicinal das aristolóquias, as quais eram denominadas, por várias tribos, como “urubu-cáá” ou “anhangapotira”<sup>59</sup>. G. Piso e G. Marcgrave citam a aristolóquia, genericamente, por nomes indígenas semelhantes, cuja etimologia não foi possível precisar: o primeiro traz o termo “ambuayembo”, e o segundo, “amuarembo”<sup>60</sup>.

Langsdorff faz menção ao uso de várias espécies de aristolóquias com emprego medicinal pelos habitantes da região sudeste do Brasil, no início do século XIX<sup>61</sup>.

F. C. Hoehne faz um extenso levantamento da família Aristolochiaceae. Em seu trabalho, sugere vários nomes populares para as aristolóquias: milhomens, papo-de-peru, abútua, jarrinha, mata-porcós, raiz-pereira, parreira-brava<sup>62</sup>.

<sup>56</sup> O gênero *Aristolochia* será discutido em maiores detalhes oportunamente. Vide discussão acerca da aristolóquia redonda, nesta Seção.

<sup>57</sup> Mário Guimarães Ferri, *Espécies do cerrado*, p. 42.

<sup>58</sup> Edvaldo Rodrigues de Almeida, *Plantas medicinais brasileiras: conhecimentos populares e científicos*, p. 278. Estes nomes, entretanto, geram confusão taxonômica. Camará, por exemplo, pode ser igualmente identificada como camará (*Gochnatia* sp, família Asteraceae; H. F. Leitão Filho *et al.*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 381-3; ou *Lantana camara* L.; S. Schvartsman, *Plantas venenosas*, p. 158); o cipó-paratudo está comentado neste trabalho; crista-de-galo também pode ser a espécie *Celosia cristata* L., família Amaranthaceae (H. Lorenzi & H. M. de Souza, *Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras*, p. 104), ou *Heliotropium transalpinum* Vell. (S. Schvartsman, *op. cit.*, p. 67).

<sup>59</sup> Os vocábulos podem ser traduzidos como “erva do diabo” ou “flor do diabo”, respectivamente (Luís Caldas Tibiriçá, *Dicionário tupi-português*, pp. 25 e 130).

<sup>60</sup> G. Piso, *História natural e médica da Índia Ocidental*, p. 260; G. Marcgrave, *História natural do Brasil*, p. 15.

<sup>61</sup> Danuzio Gil Bernardino da Silva, *Os diários de Langsdorff*, vol. 1, p. 379.

<sup>62</sup> F. C. Hoehne, *Flora Brasílica: Aristolochiaceas*, pp. 15, 43-141. O autor faz uma ampla revisão do gênero, citando as seguintes espécies: *Aristolochia gigantea* Mart. & Zucc. (papo-de-peru, milhomens); *A. elegans* Mast. (jarrinha); *A. killipiana* O. C. Schmidt (jarrinha); *A. deltoidea* H.B.K. (jarrinha); *A. weddellii* Duchtr. (papo-de-peru); *A. cymbifera* Mart. & Zucc. (angelicó, papo-de-peru, milhome, raiz de mil-homens); *A. brasiliensis* Mart. & Zucc. (mil-homens [Joaquim Monteiro Caminhoá, *op. cit.*, p. 3120, diz que talvez esta espécie de *Aristolochia* seja a verdadeira mil-homens], milhomens, cipó-paratudo [não confundir com a espécie *Drimys winter* Forst., família Magnoliaceae, denominada popularmente casca-de-anta ou pau-paratudo; Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 127], papo-de-peru, raiz de São Domingos); *A. galeata* Mart. & Zucc. (crista-de-galo, papo-de-peru, milhomens); *A. malmeana* Hoehne (milhomens, papo-de-peru); *A. lingulata* Ule (paratudo, urubu-cáá); *A. ridicula* N. E. Brown (jarrinha); *A. hypoglauca* Kuhlm. (jarrinha); *A. nevesarmondiana* Hoehne (jarrinha); *A. acutifolia* Duchtr. (jarrinha); *A. burchellii* Mast. (jarrinha); *A. wendeliana* Hoehne (jarrinha); *A.*

A dificuldade de identificação das espécies de milhomens, jarrinha, angelicó e outras aristolóquias da *Triaga Brasília* justifica-se pela extensa citação bibliográfica encontrada na literatura. T. J. A. Rego cita a *Aristolochia apendiculata* L. como sendo a espécie nacional mais conhecida de jarrinha<sup>63</sup>. F. C. Hoehne cita a *Aristolochia clematitidis* L. como sendo a aristolóquia-tipo brasileira, aclimatada com sucesso na América do Sul<sup>64</sup>. Pode-se inferir que tais referências contrapõem-se à dos autores supramencionados, no tocante a esta aristolóquia ser uma aristolóquia-tipo do Brasil. A. B. Joly afirma categoricamente que o gênero *Aristolochia* é denominado indistintamente no Brasil como mil-homens, jarrinha e papo-de-peru<sup>65</sup>. Entretanto, tal como outras espécies do mesmo gênero, discutidas mais à frente neste trabalho, esta planta apresenta diversos sinônimos no território brasileiro, para espécies distintas. Desta forma, vários nomes vulgares são citados por outros autores, todos associados às espécies de *Aristolochia*: jarrinha-do-campo, jarrinha-preta<sup>66</sup>; cachimbo-de-turco, cassaú, cipó-mil-homens, milhomens, milhomens, urubu-caá, mata-porcós, patinho, caçaú, cipó-mata-cobras, angelicó<sup>67</sup>.

---

*macrota* Duchtr. (jarrinha); *A. papillaris* Mast. (jarrinha, jericó, angelicó); *A. tamnifolia* Duchtr. (jarrinha); *A. pubescens* Willd. (jarrinha); *A. peltato-deltaidea* Hoehne (jarrinha); *A. disticha* Mast. (cipó-de-cobra [F. C. Hoehne, *op. cit.*, pp. 106 e 136, parece mencionar este “cipó-de-cobra” indistintamente em relação ao “cipó contra-cobra”. G. Marcgrave, *op. cit.*, p. 25, diz que o cipó de cobras é a caapeba, erva de Nossa Senhora; os comentadores de Frei Cristóvão de Lisboa, *Historia dos animaes, e arvores do Maranhãõ*, pp. 298-9, sugerem a espécie *Salacia laevigata* DC., família Celastraceae, para as gravuras constantes das páginas supramencionadas da obra de Cristóvão de Lisboa, jarrinha); *A. filipendulina* Duchtr. (jarrinha, batuinha); *A. birostris* Duchtr. (angelicó, jarrinha); *A. curviflora* Malme (jarrinha); *A. silvatica* Barb. & Rdr. (urubu-caá, cipó contra-cobra); *A. clematitidis* L. (aristolóquia). Curiosamente, Hoehne não cita a espécie *Aristolochia esperanzae* O. Ktze., citada por M. G. Ferri (Mário Guimarães Ferri, *op. cit.*, p. 42) como uma das aristolóquias do cerrado brasileiro, cujos nomes populares admitem as sinonímias papo-de-peru, cachimbo-de-turco, mil-homens e jarrinha.

<sup>63</sup> Terezinha de Jesus Almeida Rego, *Fitogeografia das plantas medicinais*, p. 53.

<sup>64</sup> F. C. Hoehne, *Flora Brasílica: Aristolochiaceas*, p. 141. É muito pouco provável que a *A. clematitidis* seja, como pretende Hoehne, a “aristolóquia-tipo” do Brasil. Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 232, afirmam que esta espécie é a conhecida jarrinha-da-Europa, que recebeu o nome de papo-de-peru ao ser introduzida no Brasil.

<sup>65</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 317. Cf. “jarrinha”, in R. Fontinha, *Novo Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*, p. 1039: “[a jarrinha] é planta rasteira, também chamada **mil-homens**, que se julga curar a picada das cobras venenosas” (grifo nosso).

<sup>66</sup> H. F. Leitão Filho *et al.*, *op. cit.*, vol. 3, p. 605, dizem que a espécie *Aristolochia arcuata* Mart. é o cipó mil-homens, também denominado jarrinha-do-campo e jarrinha-preta.

<sup>67</sup> O vocábulo “urubu-caá” será abordado oportunamente, mais adiante. Esta planta parece ter sido citada como angelicó, identificada como *Aristolochia trillobata* L., de cuja raiz triturada obtinham-se propriedades que aliviam o estômago, causando o vômito (L. C. Di Stasi, *Plantas medicinais da Amazônia*, p. 139).

F. C. Hoehne, entretanto, afirma que a espécie *A. cymbifera* Mart. et Zucc. é, entre as mais de 50 espécies de *Aristolochia*, uma das “legítimas” mil-homens do Brasil, embora todas as espécies apresentem basicamente as mesmas propriedades medicinais. Seu relato nos diz que:

[...] acreditou-se sempre e continua-se acreditando em todo o interior, que o extrato etéreo, como as alcoolaturas e os próprios decoctos das raízes e do caule destas plantas [*Aristolochia cymbifera*] são anti-ofídicos... admitimos a possibilidade de que o extrato fresco e ainda vivo, de raízes e caules destas plantas, poderá realizar curas, como anti-ofídico [...] **Muitíssimas são as aristolóquias** que já figuram nas farmacopéias oficiais e que são receitadas de quando em quando pelos médicos mais inclinados para a fitoterapia. Elas atuam mui benéficamente sobre a mucosa estomacal e sobre os gânglios internos que facilitam a digestão e assimilação dos alimentos que ingerimos. E esses seus efeitos mostram-se de modo apreciável quando se usa o extrato conforme referido. [...] Muitas pessoas as prescrevem como depurativas, como diuréticas, vulnerárias, anti-reumáticas, anti-febris, emenagogas etc.<sup>68</sup>

H. Lorenzi e H. M. Souza defendem que a espécie *A. gigantea* Mart. et Zuc. é uma das poucas aristolóquias que devem realmente receber o nome vulgar de mil-homens, embora não haja referências às propriedades medicinais desta espécie. É pouco provável que esta espécie seja a mil-homens utilizada na *Triaga*<sup>69</sup>.

Serafim Leite diz que a raiz de mil-homens podia ser encontrada “em Pernambuco, Camamu, Aldeya do Spirito Santo e no sertão”<sup>70</sup>.

As espécies de *Aristolochia* têm sido associadas ao tratamento de várias doenças: histeria, nervosismo, clorose (tipo peculiar de anemia de mulheres jovens), dispepsia, falta de apetite, amenorréia, feridas infectadas e furúnculos. Além do mais, são também tidas, historicamente, como facilitadoras do trabalho de parto, diuréticas, antiinflamatórias, calmantes, anti-sépticas, depurativas e antitérmicas. São, entretanto, abortivas, e seu uso não deve ser utilizado durante a gestação<sup>71</sup>.

A se considerar o que traz a literatura consultada de modo geral, as raízes da mil-homens, utilizadas principalmente sobre a forma de extrato, decocto, infusão e

<sup>68</sup> F. C. Hoehne, *Plantas e Substâncias Vegetais Tóxicas e Medicinais*, p. 106 (grifo nosso). Outros autores também confirmam a espécie *A. cymbifera* como sendo a verdadeira mil-homens: “[mil-homens]: planta da família das aristolóquias (*Aristolochia appendiculata*, *grandiflora* ou ***cymbifera***), chamada também *jarrinha* e *raiz-de-mil-homens*” (“mil-homens”, in H. de Garcia & A. Nascentes, orgs., *op. cit.*, vol 3, p. 2361).

<sup>69</sup> H. Lorenzi & H. M. de Souza, *op. cit.*, p. 189.

<sup>70</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300. A questão do sertão e das localidades citadas encontra-se em outras notas do texto.

<sup>71</sup> Com efeito, F. C. Hoehne, *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais*, p. 107, afirma que “efetivamente, acredita-se que muitos dos preparados que se usam para acarretar este criminoso resultado [o do aborto] tenham por base o extrato de raízes ou sementes de aristolóquias”.

xarope, são consideradas antídoto contra o veneno de várias cobras<sup>72</sup>. Esta última propriedade, inclusive, pode justificar o nome vulgar cipó-mata-cobras, e também atestar o destaque à planta entre os ingredientes da *Triaga*, considerando-se que as triagas tenham se originado como antídotos ou contravenenos.

### Capeba

A capeba parece-nos ser identificada como *Pothomorphe umbellata* (L.) Miq., família Piperaceae. Espécie nativa brasileira, ocorre desde a Amazônia até o Rio de Janeiro, em solos estercados e úmidos, ou em bosques<sup>73</sup>.

A literatura fornece vários nomes populares: caapeba, nhandi, pariparoba, cajajé, malvaíscio, malvarisco, guaxima e aguaxima<sup>74</sup>.

Em sua descrição das grandezas da Bahia de meados do século XVI, G. S. de Sousa descreve a capeba e a guaxima, diferenciando as duas plantas entre si. A diferenciação, entretanto, não ocorre a nível de atividade terapêutica:

Capeba é uma erva que nasce em boa terra perto da água [...] é de natureza frigidíssima, com cujas folhas passadas pelo ar do fogo se desafoga toda a chaga e inchação que está esquentada [...] Criam-se outras ervas pelos campos da Bahia, que se chama guaxima, da feição de tanchagem [...] cuja natureza é fria; e posta sobre chagas e coçaduras das pernas que têm fogagem, as desafoga, e encouram com elas, sem outros unguentos<sup>75</sup>.

Serafim Leite diz que a raiz de capeba era encontrada no Colégio da Bahia e em Pernambuco. Esta indicação geográfica encontra respaldo em A. B. Joly, que afirma que a família das piperáceas compreende representantes de distribuição primariamente pantropical<sup>76</sup>.

<sup>72</sup> P. F. Quer, *Plantas medicinales — el Dioscórides renovado*, pp. 193-7.

<sup>73</sup> Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 120. O autor foi bastante enfático quanto à identificação desta planta como sendo *Pothomorphe umbellata*, sinônimo comum de *Piper umbellata* L. (cf. P. V. Fatumbi, *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*, p. 709).

<sup>74</sup> Não confundir o vocábulo *nhandi* com possíveis transcrições para o português de *nhandü*, donde pode-se ter igualmente *nhandu* e *nhandú*, pela transliteração do fonema “ü” para o português “i” ou “u” (Cf Joaquim Monteiro Caminhoá, *op. cit.*, p. 2261). Silveira Bueno, *Estudos de filologia portuguesa*, p. 220, cita o vocábulo *nhandú* como equivalente tupi da palavra aranha; já Luís Caldas Tibiriçá, *op. cit.*, diz que o *nhandu* é uma espécie de pimenta (*Piper caudatum*), da família das piperáceas. Vale lembrar, também, como supramencionado, que a transcrição fonética do tupi para o português traz alguns problemas, como o da representação gráfica mostrada aqui (*nhandu* e *nhandú*). Além disso, temos que o tupi, como praticamente todas as línguas, também possui homófonos, o que pode acarretar maiores problemas a nível etimológico. Aguaxima pode ser igualmente transcrita como *aguanxima* ou *guanxima*.

<sup>75</sup> G. S. Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, p. 210.

<sup>76</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 308. Vide Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

O chá da raiz, folhas ou espigas é considerado popularmente diurético, anti-reumático, colagogo, febrífugo, sudorífico, emoliente, e eficaz contra atonias do estômago e hepatite.

F. A. Sampaio considera a capeba (por ele referida como “capéba”) emoliente e um excelente desobstruente, propriedades estas encontradas principalmente em suas raízes. Doses elevadas, porém, podem intoxicar levemente o paciente, pois a planta possui chavicina, pariparobina, jaborandina, piperatina e piperina<sup>77</sup>.

J. M. C. Veloso, recorrendo às descrições de G. Piso, afirma ser o “nhandí” também conhecido como pimenta-longa; segundo ele, a pimenta-longa é “boa para qualquer moléstia”<sup>78</sup>. Curiosamente, este autor afirma ser a pariparoba conhecida entre os indígenas e entre os falantes da língua geral como capeba ou caapeba, que quer dizer “erva rasteira”, embora, entre os portugueses, a pariparoba seja conhecida como malvaíscio (neste aspecto, contraria G. Piso, que não faz tal menção)<sup>79</sup>.

Como pariparoba, encontramos autores distintos citando espécies variadas. F. Weberling e H. O. Schwantes, por exemplo, associam a pariparoba à espécie *Piper hilarianum* L. (família Piperaceae)<sup>80</sup>. S. Pavan-Fruehauf associa a pariparoba a outra espécie de *Piper*, *P. cernuum* Vell., embora diga que os resultados medicinais encontrados nesta espécie assemelham-se profundamente aos encontrados para *Pothomorphe umbellata* (L.) Miq<sup>81</sup>. L. Ribeiro afirma que a pariparoba é a espécie *Piper decumanum*, porém não dá indicações de onde podia ser encontrada, dizendo apenas que “seus usos são bem conhecidos”<sup>82</sup>.

Pode-se apreender, do exposto acima, que a capeba possa ser mais um simples nativo do Brasil acrescentado à *Triaga*.

## Aypo

O aipo ou salsão (*Apium graveolens* L., família Umbelliferae<sup>83</sup>), cujo nome latino, *apium*, pode ser derivado de uma palavra indo-européia antiga significando “água”, é provavelmente nativo do sul da Europa. Atualmente é cultivado em várias

<sup>77</sup> Francisco Antonio de Sampaio, *História dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral...*, p. 54.

<sup>78</sup> Frei J. M. da C. Veloso, *Flora Fluminense*, p. 130.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 134.

<sup>80</sup> Focko Weberling & Hans Otto Schwantes, *Taxionomia vegetal*, p. 64.

<sup>81</sup> Sandra Pavan-Fruehauf, *Plantas medicinais de mata atlântica*, pp. 61 e 67. A autora diz que *Piper cernuum* tem ação hipoglicêmica, antioxidante, antiinflamatória, analgésica, vermífuga e estimulante do baço e do fígado.

<sup>82</sup> L. Ribeiro, *op. cit.*, p. 195.

<sup>83</sup> A família Umbelliferae pode ser igualmente denominada Apiaceae.

regiões do mundo<sup>84</sup>. Na *Triaga*, o aipo empregado pode ter sido trazido de Portugal, porém já há indicações de que era cultivado na Bahia, como bem o diz Serafim Leite<sup>85</sup>. J. P. F. S. Dias afirma ser o aipo também denominado aipo-bravo, espécie *Apium graveolens* L. var. *silvestris* Cambess<sup>86</sup>.

As propriedades do aipo são conhecidas há muito tempo<sup>87</sup>. Plínio, por exemplo, apresenta o aipo como verdadeira panacéia, incluindo em sua relação de vinhos o vinho misturado com aipo<sup>88</sup>. P. F. Quer descreve uma receita, denominada xarope das cinco raízes aperientes e diuréticas, em que o aipo aparece junto ao aspargo, ao funcho, à gilbarbeira e à salsa<sup>89</sup>. T. Peckolt cita Homero, Virgílio e Avicena como escritores antigos que falaram largamente sobre as virtudes medicinais desta planta<sup>90</sup>.

É considerado tônico, estimulante e carminativo, eficaz no alívio das dores decorrentes de gases, e considerado útil como remédio caseiro contra flatulência e reumatismo. As virtudes do aipo sobressaem-se no aparelho digestivo humano. No século XVII, suas folhas, quando comidas na primavera, eram tidas como adoçantes e purificadoras do sangue<sup>91</sup>.

É, portanto, um dos simples da *Triaga* que já era utilizado anteriormente, e que participou da confecção da receita não como um substituto, mas como uma

<sup>84</sup> Se for verdade a origem do vocábulo latino *apium*, a etimologia parece estar apropriada, tendo-se em vista a preferência do aipo por solos úmidos e brejos alagadiços (Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 110; cf. F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 100).

<sup>85</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300, diz que a raiz de aipo era encontrada na Bahia e em Portugal.

<sup>86</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 604.

<sup>87</sup> O aipo já aparece em Dioscórides (*The Greek Herbal of Dioscorides*, III, 74-5), sob o nome grego *sélinon*, que significa salsa (supõe-se que, de corruptelas do nome grego, tenham surgido os étimos *sédano* em italiano, *céleri* em francês, *celery* em inglês e *Sellerie* em alemão); neste, a cocção do aipo tornaria aquele que a bebesse resistente a drogas venenosas. No mundo árabe, a água de aipo é citada como sendo componente de uma grande triaga, servindo para desobstruir o fígado (I. Juljul, *Tratado sobre los medicamentos de la triaca*, p. 57). Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 158, nota 241: "O aipo dos clássicos (*Apium graveolens* L.) [...] quando em cocção, tornaria quem o bebe resistente a drogas venenosas [...] esta seria uma das plantas cuja água, acrescentada à grande triaca, serve para desobstruir o fígado".

<sup>88</sup> Plínio, *Histoire naturelle de Pline*, pp. 19 e 40.

<sup>89</sup> Pio Font Quer, *Plantas medicinales...*, p. 488. A receita diz: "½ onça [cerca de 15 g] de cada raiz. Coloque em ½ litro de água fervendo. Deixe macerar durante 12 horas, fervendo várias vezes. Coe o líquido e junte açúcar suficiente para fazer um xarope, aquecendo ligeiramente. Tome às colheradas, como aperitivo e diurético". Deve-se atentar para o fato de que os pesos e medidas variaram muito de país para país, e de época para época. Os valores sempre são aproximados. Aqui, tomamos a onça como sendo equivalente a aproximadamente 33,5 g.

<sup>90</sup> Theodoro Peckolt, *Historia das plantas alimentares...*, p. 39.

<sup>91</sup> René Morgan, *Enciclopédia das ervas e plantas medicinais*, p. 35. Cf. Tim Low *et al.*, *op. cit.*, pp. 62-3 e 110. Os autores fazem referência à capacidade do aipo auxiliar no tratamento do escorbuto; as propriedades descritas no texto para as folhas foram bastante disseminadas pelo médico e botânico inglês Nicholas Culpeper (1616-1654).

planta de propriedades bastante conhecidas dos europeus, utilizada em triagas milenares.

### **Jerubeda**

A transcrição da *Triaga* traz “jerubeda”. Entretanto, o manuscrito do mesmo documento cita as referências dos locais onde se encontrava a “jerobeba”. A literatura consultada não faz menção alguma a qualquer tipo de planta com o nome vulgar “jerubeda”, ou análogo. Desta forma, partiu-se do princípio de que “jerubeda” pode ter sido grafia antiga ou errônea de “jerobeba”, de onde, provavelmente, podemos apreender o vocábulo popular jurubeba<sup>92</sup>. Se assim o assumirmos, a jurubeba é planta nativa do Brasil.

Serafim Leite diz que a raiz de “jerobeba” podia ser encontrada na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro<sup>93</sup>. Considerando-se, portanto, que se trata da jurubeba, conhecida atualmente como tônica e estimulante, e muito comum na região nordeste do Brasil, temos as seguintes espécies do gênero *Solanum* L. relacionadas a este nome popular: *S. paniculatum* L., *S. asperolanatum* R. & P. e *S. variabile* Mart. (todas da família Solanaceae<sup>94</sup>).

A espécie *S. paniculatum*, mencionada por G. Piso em 1658, que lhe deu o nome de *Juripeba altera*, é atualmente identificada como a jurubeba verdadeira. Recebe outros nomes, tais como jurupeba, juribeba, juripeba e jupeba<sup>95</sup>.

L. Ribeiro afirma que a “jurupeba ou jerveva”, encontrada em Minas Gerais, é realmente a espécie *S. paniculatum* L.:

[...] as virtudes da raiz deste arbusto [*Solanum paniculatum*] são conhecidas por uma grande parte dos habitantes das Minas Gerais. É desobstruente: dissolve os grumos de sangue, que ocasionam as inflamações; expelle as impuridades pelas urinas; resolve as concreções causadas pelo vírus escorbútico. Está acreditada por um dos melhores diuréticos<sup>96</sup>.

<sup>92</sup> A este respeito, vide Apêndice II, desta dissertação. Há uma nota de rodapé comentando a problemática da grafia desta planta.

<sup>93</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

<sup>94</sup> S. Endlicher, *Solanaceae*, p. 160.

<sup>95</sup> Guilherme Piso, *História natural do Brasil*, p. 181; S. Endlicher, *op. cit.*, p. 161; “jurubeba”, juripeba”, in A. L. Barbosa, *Pequeno vocabulário português-tupi*, p. 127; “jurebeba”, “jurubeba”, in A. L. Barbosa, *Pequeno vocabulário tupi-português*, p. 80.

<sup>96</sup> Lourival Ribeiro, *op. cit.*, p. 194. O autor diz que a droga deve ser empregada em infusão ou cozimento de meia onça até uma onça para cada libra de água.

J. M. C. Veloso menciona a mesma espécie em 1825 como sendo *Solanum jubeba*<sup>97</sup>. É encontrada em estado espontâneo do Ceará ao Rio Grande do Sul. Na medicina popular de hoje, as folhas, frutos e especialmente a raiz são empregados como chás para as doenças do fígado, diabetes e icterícia, além de possuir as propriedades de tônica e estimulante do apetite, já mencionadas.

A espécie *S. aspero-lanatum* recebe os nomes populares de juveva, jurubeba, jurubebá e cardo-branco<sup>98</sup>. É comum de Minas Gerais e Rio de Janeiro até Santa Catarina. Tal como a espécie anterior, é utilizada no tratamento do fígado e em outras doenças<sup>99</sup>.

A espécie *S. variabile* é popularmente conhecida como jurubeba-velame, jurubeba-da-boia e juveva. Seu epíteto específico, *variabile*, provém da grande variação da planta em vários locais onde cresce espontaneamente<sup>100</sup>. É encontrada nos mesmos locais citados para a espécie anterior, incluindo-se também o Rio Grande do Sul. Seu uso medicinal é análogo ao da espécie anterior (especialmente problemas de ordem hepática).

Na mesma família Solanaceae encontramos, ainda, duas subespécies<sup>101</sup> da espécie *S. fastigiatum* Willd., que também recebem o nome de jurubeba: *S. fastigiatum* var. *fastigiatum* Willd. e *S. fastigiatum* var. *acicularium* Dunal. Ambas são encontradas espontaneamente apenas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>102</sup>. Das informações constantes da *Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita*<sup>103</sup>, mencionadas no início deste item, podemos inferir que há poucas chances destas subespécies de *S. fastigiatum* serem as *jerubebas* mencionadas na *Triaga Brasílica*, devido, obviamente, às disparidades geográficas existentes nas citações bibliográficas.

De qualquer forma, a “jerubeda” parece ser um acréscimo da flora brasileira, bastante difundido especialmente na região nordeste brasileira.

<sup>97</sup> Frei J. M. da C. Veloso, *op. cit.*, p. 89.

<sup>98</sup> Não confundir com duas outras espécies que recebem o nome de cardo: *Cnicus benedictus* L. (família Asteraceae, também cardo-santo) e *Argemone mexicana* L. (família Papaveraceae, também cardo-santo ou cardo-bento; Tim Low *et al.*, *op. cit.*, pp. 156-8).

<sup>99</sup> S. Endlicher, *op. cit.*, pp. 165-6.

<sup>100</sup> Esta espécie apresenta variações morfológicas bastante acentuadas a nível de folhas, quantidade de pêlos etc., dependendo da localidade onde cresce (*Ibid.*, pp. 176-8).

<sup>101</sup> O conceito de subespécie, atualmente bastante controverso, geralmente é associado, entre espécies vegetais, a variações ou subtipos; entre espécies animais, entretanto, a subespécie é geralmente atribuída a raças ou, no caso da espécie humana particularmente, até mesmo a etnias (Cf. “subespécie”, in Aziz Nacib Ab'Saber, *Glossário de Ecologia*, p. 160).

<sup>102</sup> S. Endlicher, *op. cit.*, p. 181-3.

<sup>103</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299-300.

## Jarro

A maior parte da literatura consultada para as demais espécies da *Triaga* não trouxe quaisquer referências ao jarro ou, em alguns casos, indicações vagas ou pouco precisas<sup>104</sup>.

H. W. Lack menciona que o jarro, *Arum maculatum* L. (família Araceae), já aparece no Codex Aniciae Julianae, atestando, assim, sua utilização em compostos antigos<sup>105</sup>. Não se trata, portanto, de uma planta nativa brasileira.

F. Weberling e H. O. Schwantes afirmam que o jarro é realmente a espécie *Arum maculatum* L.<sup>106</sup> Partimos destas fontes para a pesquisa das informações que se seguem, embora uma outra espécie de arácea, *Arisum vulgare* Targ. ex Toz., tenha sido citada como serpentária-menor, capuz-de-fradinho, jarro ou aron. Esta espécie é referida por A. Laguna, ao comentar Dioscórides<sup>107</sup>.

J. P. F. S. Dias, ao trabalhar com a identificação de plantas medicinais da Serra de Sintra de 1758, afirma ser o jarro-dos-campos (“jeró”) as espécies *Arum italicum* Miller e *Arum maculatum* L.<sup>108</sup>. F. J. C. Aulete afirma que o jarro, popularmente conhecido também como jarreiro, é o “nome vulgar da taioba e de outras aróideas, tais como o jarro-vulgar (*Arum vulgare*) e o jarro-de-italía (*Arum italicum*)”<sup>109</sup>.

O jarro é uma planta originalmente de regiões tropicais e subtropicais, tal como muitas outras aráceas, apresentando raízes rizomatosas subterrâneas e tuberosas<sup>110</sup>. Apresenta área de dispersão primária nos bosques úmidos da Europa central e meridional. Este simples é muito pouco utilizado atualmente, ficando restrito a pou-

<sup>104</sup> É o que ocorre com João Barbosa-Rodrigues, *As nupcias das palmeiras*, p. 35-51; o autor menciona que, durante a fecundação do jarro, há um aumento da temperatura das flores; esta é uma breve menção, porém sem cuidado taxonômico (o autor inclui a espécie entre as Araceae — família das palmeiras — uma vez que o jarro é da família Araceae).

<sup>105</sup> H. Walter Lack, *Garden Eden*, p. 24. O Codex Aniciae Julianae, do século VI d.C., engloba figuras que atestam a autenticidade de Dioscórides (*ibid.*, p. 24). O jarro parece ter sido utilizado conjuntamente com o ácoro, a canela e o mel para o tratamento de transtornos gástricos e no combate a lombrigas e outras espécies de *Ascaris* intestinais (P. F. Quer, *Plantas medicinales — el Dioscórides renovado*, p. 258).

<sup>106</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 127.

<sup>107</sup> Andres Laguna, *Pedacio Dioscorides Anarzabeo...*, II, p. 155. O autor diz que os que esfregarem as mãos com as folhas do dracúnculo [outra denominação do jarro, *Arisum vulgare*] ou portarem a raiz da planta não serão mordidos pelas víboras.

<sup>108</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 603.

<sup>109</sup> “Jarreiro”, “jarro”, in F. J. C. Aulete, *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*, vol. 2, p. 169.

<sup>110</sup> Grande parte das espécies da família Araceae são cipós. O jarro faz parte de uma pequena porcentagem das espécies rizomatosas, ou seja, que apresentam raiz subterrânea. Entre as substâncias tóxicas, encontram-se um alcalóide (coniina), uma saponina (aróina) e glucosídeos como a azonina associada a oxalato de cálcio, que podem desprender ácido cianídrico, uma vez em contato com o suco gástrico (F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 127).

cas áreas da Europa, especialmente a Espanha e Portugal. Toda a planta é venenosa, embora a temperatura elevada volatilize seus princípios tóxicos mais importantes.

Serafim Leite diz que as raízes de jarro eram encontradas na “quinta do Colégio e no sertão”<sup>111</sup>. Considerando-se que é uma planta tropical, supõe-se que, da Europa, o jarro tenha sido cultivado na Bahia, em condições que provavelmente se assemelhavam àquelas de seus habitats originais.

### Jarrilho

A identificação desta planta foi possível devido a indicações em verbetes de dicionários etimológicos. A bibliografia de autores relacionados à taxonomia vegetal não apresentou quaisquer referências ao jarrilho. Partimos, portanto, das referências listadas nos dicionários para identificar este simples.

O jarrilho foi identificado como sendo a conhecida salsaparrilha, planta citada para várias espécies do gênero *Smilax* L., família Liliaceae. Este gênero, cuja espécie tipo é *S. officinalis* Humb., é representado por trepadeiras espinhentas do cerrado e associações vegetais, como o cerradão<sup>112</sup>. Referências a esta planta foram encontradas nos dicionários de R. Fontinha e F. J. C. Aulete, comentados a seguir.

R. Fontinha nos diz que o jarrilho é o “cozimento de salsaparrilha, para a cura da sífilis”<sup>113</sup>. A alusão às propriedades anti-sifilíticas da salsaparrilha feita no verbe deste autor parece estar de acordo com as descrições dos colonizadores espanhóis quando de sua chegada ao continente americano. J. M. L. Piñero e colaboradores enfatizam o encantamento desses colonizadores ao conhecerem a salsaparrilha, devido, principalmente, à sua ação terapêutica contra o “mal gálico” (i.e., a sífilis)<sup>114</sup>. O mesmo autor, entretanto, adverte quanto à diversidade de espécies de salsaparrilha: as já conhecidas e utilizadas salsaparrilha européia (*S. aspera* L.) e raiz de china (*S. china* L.), e as espécies americanas, notadamente *S. medica* Schlecht et

<sup>111</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300. A quinta, sinônimo de fazenda ou chácara, era uma área do Colégio da Bahia onde provavelmente se cultivavam plantas medicinais e outros vegetais.

<sup>112</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 660, afirma que as liliáceas não são muito bem representadas na flora nativa brasileira, embora apresentem uma larga distribuição no mundo: “[...] poucos são os gêneros indígenas aqui [no Brasil] existentes”.

<sup>113</sup> “Salsaparrilha”, in Rodrigo Fontinha, *op. cit.*, p. 1039. Afirma, também, que a salsaparrilha é conhecida como japecanga: “[japecanga]: planta medicinal vulgarmente conhecida como salsaparrilha” (*ibid.*, p. 1038).

<sup>114</sup> J. M. L. Piñero *et al.*, *op. cit.*, especialmente pp. 44, 91, 122 e 218. Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 288, entretanto, discordam deste fato: “[...] no século XVI, Mattioli atribui-lhe [à salsaparrilha] uma ação anti-sifilítica que **nunca** foi confirmada” (grifo nosso).

Cham. e *S. utilis* Hemsley (salsaparrilha de Honduras), *S. mexicana* Griseb ex Kunth e *S. cordifolia* H. et. B. (salsaparrilha mexicana)<sup>115</sup>.

F. J. C. Aulete é categórico ao afirmar que o jarrilho é “forma antiga de salsaparrilha”, embora tenha identificado as espécies em duas famílias distintas: afirma que a *S. salsa-parrilha* é da família das asparagíneas, e que a *S. aspera* é da família das esmiláceas. O género *Smilax*, como já vimos, pertence à família das liliáceas<sup>116</sup>. De qualquer forma, o verbete de F. J. C. Aulete está em conformidade com o de R. Fontinha ao associar o jarrilho à salsaparrilha, e esta à japecanga.

G. S. Sousa atesta a presença da salsaparrilha em terras brasílicas. Além de confrontá-la com a legação de Portugal, associa esta planta à discutida ação anti-sifilítica, ao afirmar que

pelos campos da Bahia se dão algumas ervas que lançam grandes braços como meloeiros, que atrepam se acham por onde, as quais dão umas flores brancas que se parecem até no cheiro com a flor de **legaço** em Portugal; cujos olhos comem os índios doentes de boubas [sífilis], e outras pessoas; e dizem acharem-se bem com eles, e afirma-se que esta é a salsaparrilha das Antilhas<sup>117</sup>.

Pelas informações apreendidas dos dicionários, não se pode precisar se este simples era a salsaparrilha de origem europeia, ou as várias espécies de salsaparrilha americana<sup>118</sup>. Serafim Leite apenas diz que a raiz de jarrilho era encontrada na Tujupeba e no sertão. Considerando-se o sertão como parte do agreste nordestino — caatinga e cerrado, portanto —, os locais citados por Serafim Leite parecem condizer, de certa forma, com as informações de A. B. Joly, supramencionado<sup>119</sup>.

Na *Triaga*, o jarrilho pode ter sido incluído como um simples de ação terapêutica contra a sífilis.

<sup>115</sup> J. M. L. Piñero *et al.*, *op. cit.*, p. 218.

<sup>116</sup> F. J. C. Aulete, *op. cit.*, vol. 2, pp. 169 e 1040. O autor afirma que a espécie *Smilax salsa-parrilha* é a conhecida salsa-americana, e que a espécie *Smilax aspera*, citada por J. M. L. Piñero *et al.* como salsaparrilha europeia, é conhecida como salsaparrilha-do-reino, salsaparrilha-indígena, legação e alegre-campo. Parece haver uma contraposição entre os termos salsaparrilha-do-reino (i.e., de Portugal) e salsaparrilha-indígena (i.e., do Brasil). Além do mais, diz que “[...] no Brasil, há diversas espécies de salsaparrilha denominadas japecanga”.

<sup>117</sup> Gabriel Soares de Sousa, *op. cit.*, p. 210. O grifo chama a atenção para o termo legação, supramencionado.

<sup>118</sup> Entre as drogas vegetais americanas adquiridas pela Botica de Santo Antão (1749-1750), encontrava-se a salsaparrilha (J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 174, quadro 6).

<sup>119</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

## Angericó

A literatura consultada também não forneceu quaisquer indicações sobre a possível identificação desta planta. Poder-se-ia assumir, entretanto, que o termo “angericó” é mais uma corruptela de angelicó — ademais, sabendo-se que o gênero *Aristolochia* possui, em território nacional, vários nomes vulgares distintos, como já foi anteriormente discutido<sup>120</sup>, pode haver a possibilidade desta planta ser mais uma entre as aristolóquias utilizadas na *Triaga*. Se assim o assumirmos, a participação do angericó na receita poderia ser tomada como mais um dos acréscimos de simples, já discutido antes.

Serafim Leite nos diz que a raiz de angericó era encontrada “em Pernambuco, Tujupeva e Jabotam”<sup>121</sup>.

## Limão

Falar do limão como planta medicinal constituinte de triagas é como voltar milênios na história da farmácia e da medicina. O limão, *Citrus limonum* Risso (família Rutaceae), é originário do sul da Ásia, de onde foi provavelmente levado para a Europa<sup>122</sup>. Do continente europeu, o limoeiro foi sendo cultivado também nas Américas, onde encontrou condições climáticas favoráveis ao seu desenvolvimento. Há, atualmente, diversas variedades de limão<sup>123</sup>.

As propriedades medicinais do limão são atribuídas ao tratamento de diarreias, astenias, dispepsias, escorbuto, hipertensão arterial, arteriosclerose, afecções biliares, gripes, febres e tuberculose. Além do mais, é tido popularmente como tônico, expectorante, depurativo, antitérmico e anti-séptico leve.

As informações da *Notícia breve dos lugares...* dizem que a raiz de limoeiro podia ser encontrada “em qualquer parte”<sup>124</sup>.

<sup>120</sup> Especialmente a relação entre a mil-homens, o angelicó, as jarrinhas e as aristolóquias.

<sup>121</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

<sup>122</sup> Diferentemente dos demais autores consultados, F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 94, afirmam que o limão comum pertence à espécie *Citrus limonum* L. Manuel Arruda da Câmara, *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos...*, apud M. E. B. Prestes, *op. cit.*, p. 179, nota (I), cita o limoeiro como sendo a espécie *Citrus limon*.

<sup>123</sup> Não se pode afirmar que, à época da *Triaga*, já houvesse as variedades conhecidas atualmente como eureca, milafranca, redondo, chinês, taiti, galego, português, siciliano etc.

<sup>124</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

## Junça

A junça ou chufa é muito provavelmente a espécie *Cyperus esculentus* L., da família Cyperaceae<sup>125</sup>. É uma planta herbácea, cujo rizoma, com leve sabor de amêndoa, fornece um óleo essencial, não identificado. A espécie recebe, também, outros nomes: tiririca-amarela, manimbu, coco-capim, junquinha e junquinha-mansa (em Portugal)<sup>126</sup>.

Serafim Leite diz que a raiz da junça era obtida de Portugal<sup>127</sup>. Esta indicação pode sugerir que a planta, originária da Europa, tenha sido introduzida no Brasil, onde medra nas proximidades dos rios, em vários estados do Nordeste. Não há qualquer referência na literatura acerca da junça ser uma espécie nativa do Brasil.

Sua inclusão na *Triaga* pode ser tomada como adição e não substituição de simples, uma vez que as propriedades apresentadas pela planta — as raízes da junça são utilizadas como carminativas, sudoríficas e diuréticas, além de serem usadas nos casos de congestão dos rins e como afrodisíacas<sup>128</sup> — compartilham, em efeito medicinal, com os de outras plantas da receita.

## Acoro

O ácoro (*Acorus calamus* L., família Araceae) ou ácoro verdadeiro é igualmente denominado pimenta-das-abelhas. Seus rizomas eram utilizados para fins medicinais, pois contém um óleo volátil, resinas, um glicosídeo (acorina) e um alcalóide cristalizado (calamina), que lhes conferem as propriedades aperitiva, tônica e anticatarral. Parece ser originário da Ásia Oriental. É possível que venha sendo difundido na Europa desde o século XVI<sup>129</sup>.

<sup>125</sup> As ciperáceas compreendem mais de 70 gêneros e aproximadamente 3.500 espécies, encontrados em larga distribuição em todo o mundo, preferindo terrenos úmidos e brejosos (A. B. Joly, *op. cit.*, p. 720). P. V. Fatumbi, *op. cit.*, p. 659, afirma categoricamente que a junça dos portugueses é a chufa dos negros africanos, identificada botanicamente como *Cyperus esculentus* L. (cf. “junça”, in J. F. C. Aulete, *op. cit.*, vol. 2, p. 180). Vale lembrar, também, que ao gênero *Cyperus* pertence o papiro (*Cyperus papyrus* L.), cuja medula do caule servia, já no século XXV a.C., para a fabricação do papiro no Egito (F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 126).

<sup>126</sup> H. F. Leitão Filho *et al.*, *op. cit.*, vol. 3, p. 689. Em território brasileiro, os autores citam mais de 15 diferentes espécies de *Cyperus* cuja sinonímia vulgar é tiririca (*Ibid.*, pp. 679-704).

<sup>127</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

<sup>128</sup> M. Pio Corrêa & L. A. Penna, *Diccionario das plantas uteis do Brasil*, vol. 4, p. 562. Os autores afirmam: “Os rizomas gozam, há longo tempo, de boa fama como afrodisíacos”.

<sup>129</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 127; J. M. Caminhoá, *op. cit.*, p. 1821.

O ácoro verdadeiro não deve ser confundido com o ácoro-bastardo ou falso-ácoro (*Iris pseudacorus* L., família Iridaceae)<sup>130</sup>.

Este simples não é nativo do Brasil. Não se sabe, porém, se era cultivado no Brasil à época da *Triaga*. Serafim Leite relata que este simples era obtido de Portugal<sup>131</sup>.

## Gengibre

O gengibre, espécie *Zingiber officinale* L. (família Zingiberaceae), é conhecido antigo das receitas à base de simples<sup>132</sup>. Suas raízes e partes aéreas contém um óleo essencial com canfeno, felandreno, zingibereno e zingerona<sup>133</sup>. Este conteúdo de óleos essenciais pode ter provavelmente levado ao uso do gengibre como planta condimentar e medicinal, pois a combinação dos constituintes do óleo essencial tornam a planta rubefaciente, revulsiva, carminativa e eficaz na digestão de alimentos gordurosos (i.e., estimulante gastrintestinal)<sup>134</sup>. Além do mais, na China e no Japão principalmente, o gengibre tem sido amplamente utilizado no tratamento de gripes, tosses, resfriados e afecções de pulmões e rins<sup>135</sup>. A raiz, quando pulverizada, é utilizada em casos de vômitos<sup>136</sup>. A. Macer afirmou que o gengibre e espécies de “piper” foram utilizados de forma análoga na medicina<sup>137</sup>.

O gengibre era uma erva medicinal, com inúmeras prescrições de uso interno e externo, conhecida há quase vinte séculos, referida por Dioscórides como constituinte de eletuários e triagas<sup>138</sup>. Garcia da Orta refere-se a origens antigas do gengi-

<sup>130</sup> René Morgan, *op. cit.*, p. 32. Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 188, nota 404.

<sup>131</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299.

<sup>132</sup> A literatura consultada parece polarizar-se frente à questão da prioridade na descrição da planta. Boa parte dos autores consultados associam o gengibre a Lineu — daí *Zingiber officinale* L.; outros, como Tim Low *et al.*, *op. cit.* p. 211, e Cid A. M. Santos *et al.*, *Plantas medicinais (herbarium, flora et scientia)*, p. 104, afirmam ser a prioridade de Roscoe — daí *Zingiber officinale* Rosc. De qualquer forma, o gengibre já era conhecido dos antigos, tendo sido utilizado como estimulante e ingrediente de vários antidotos (A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 161, nota 256).

<sup>133</sup> Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 211.

<sup>134</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 129.

<sup>135</sup> Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 211.

<sup>136</sup> Cid A. M. Santos *et al.*, *op. cit.*, p. 104.

<sup>137</sup> Aemilius Macer, *Editio duorum librorum Macri...*, p. 87 (“De Gingibere”): “Gingiber atq(?) piper aequales in medicina dicunt [...]” (“o gengibre (?) possui qualidades médicas semelhantes às de piper”).

<sup>138</sup> P. A. Dioscórides, *Annotado por...*, II, p. 149.

bre. Afirma que seu centro de dispersão foi a região da Arábia, Pérsia e Turquia<sup>139</sup>. A. B. Joly afirma que o maior centro de dispersão do gengibre, e também de boa parte das cerca de 1.500 espécies de zingiberáceas, é a Ásia tropical, o que, de certa forma, está em conformidade com as rotas traçadas por Garcia da Orta<sup>140</sup>.

Semelhante à raiz do gengibre, A. R. Ferreira cita uma espécie nativa do Brasil, porém de outra família, a tamaturana ou tamatarana. Esta mesma planta, citada na obra de C. Lisboa ao referendar-se a G. Piso como tamotarana, parece ser um substituto brasileiro do gengibre muito próximo a este por suas propriedades medicinais<sup>141</sup>.

Não é espécie nativa do Brasil. Serafim Leite não nos dá qualquer referência geográfica acerca de onde o gengibre era obtido para a confecção da *Triaga*. Sua inclusão na *Triaga* ocorre como um simples já utilizado anteriormente, não sendo caracterizado, portanto, como um substituto ou adição.

## Malvaisco

Se considerarmos o malvaisco como sendo do gênero *Althaea* L., temos a altéia (*A. officinalis* L., família Malvaceae) como espécie mais significativa<sup>142</sup>. Proveniente das estepes asiáticas muito antes da era cristã, a altéia parece ter se aclimatado facilmente na Europa. Foi cultivada durante toda a Alta Idade Média e por muito tempo aproveitada nos jardins dos mosteiros, de onde provavelmente disseminou-se, tornando-se espontânea. Suas propriedades medicinais assemelham-se sobremaneira às de uma espécie da mesma família, a malva (*Malva sylvestris* L.<sup>143</sup>)

<sup>139</sup> Garcia da Horta, *Aromatum, et simplicium...*, p. 155 (“De Gingibere, Cap. XLI): “Gingiber appellatur Arabius, Persis & Turcis Gengibil, non Lengibel” (“o gengibre vem do vocábulo *gengibil*, da Arábia, da Pérsia e da Turquia, e não *lengibel*”).

<sup>140</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 724. O autor afirma, ainda, que as zingiberáceas contém 49 gêneros, de ampla dispersão nos trópicos e subtropicais de todo o mundo. Cf. M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, p. 57: “Ao contrário do rícino, cuja origem não está totalmente esclarecida, o gengibre parecer ser uma planta originária da Ásia tropical”.

<sup>141</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem filosófica ao Rio Negro*, p. 737. Segundo comentaristas da obra do Frei Cristóvão de Lisboa, *op. cit.*, pp. 214-5, a tamotarana de Guilherme Piso seria muito provavelmente a espécie *Maranta arundinaceae* L., da família Marantaceae, conhecida atualmente como araruta. Ademais, o gengibre é citado por G. Piso como *mangaratia*, conhecido dos mexicanos como “chilti” e dos árabes, turcos e persas como “inzibit” (G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, Livro VI, p. 227).

<sup>142</sup> Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 123; F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 98. Esta espécie é uma planta comum, que cresce nas bordas das fossas úmidas ou nas margens dos riachos.

<sup>143</sup> Também denominada malva-das-boticas e malva-silvestre (Tim Low, *op. cit.*, p. 246). O primeiro epíteto parece ser um indicador do seu emprego nas boticas ou dispensatórios farmacêuticos, como emoliente.

Como contém mucilagem — substância pegajosa derivada de algas marinhas e outras plantas, muitas vezes usada por sua ação balsâmica na pele e por ter propriedades adesivas — é empregada como emoliente, mas possui, igualmente, propriedades béquicas e calmantes, além de ser considerada lenitiva, maturativa e resolutive. Também possui antocianinas e taninos. É a sua ação emoliente e resolutive dos humores que possibilita a utilização em caso de inflamação das mucosas, contra a tosse e a asma, no tratamento das inflamações crônicas do estômago e dos intestinos, contra a obstipação<sup>144</sup>.

Na linguagem tupi, o malvaíscio também é conhecido como *guanxima* ou *aguanxima*<sup>145</sup>.

C. O. Gomes refere-se ao malvaíscio como sendo uma das raízes encontradas no Brasil, de cuja infusão se obtém um ótimo e eficiente contraveneno, até mesmo das picadas de jararacas e surucucus<sup>146</sup>.

J. P. F. S. Dias cita o malvaíscio (“melvarijsco”) como sendo sinônimo da alteia (espécie *Althaea officinalis* L.<sup>147</sup>). Não deve ser confundido com uma planta da família Compositae (Asteraceae), *Pericallis malviflora* (L’Her) B. Nord., conhecido popularmente como cabaceira, figueiró, figueira-brava, malvavisco ou malvão-da-rocha<sup>148</sup>.

Serafim Leite nos informa que a raiz de malvaíscio era obtida de Portugal<sup>149</sup>.

## Jaborandi

O jaborandi é uma entre tantas outras plantas da flora nacional que apresentam, ao pesquisador, o problema de identificação botânica. Como veremos adiante, a tentativa de identificar corretamente o jaborandi, em todo o território nacional, tem esbarrado em obstáculos de ordem nomenclatural. Recentemente, M. L. L. Rodrigues discutiu amplamente a questão, trazendo à tona um fato de relevância:

[...] em relação ao jaborandi, são conhecidas atualmente várias espécies de plantas que recebem esse nome genérico. Essas espécies pertencem às famílias das Rutáceas e Piperáceas<sup>150</sup>.

<sup>144</sup> A. M. Crow, *The Occult Properties of Herbs and Plants*, p. 63, traz uma definição diferente para o termo mucilagem: “a mucilagem é obtida pela evaporação de uma seiva vegetal, sendo insolúvel em álcool ou éter”.

<sup>145</sup> Silveira Bueno, *op. cit.*, p. 219.

<sup>146</sup> C. O. Gomes, *op. cit.*, p. 254.

<sup>147</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 602.

<sup>148</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 101.

<sup>149</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

Levando-se em consideração a referência geográfica fornecida por Serafim Leite, que afirma ter sido a raiz do jaborandi encontrada “[...] na quinta do Collegio da Bahia, Pernambuco e sertão”, portanto o Nordeste do Brasil, serão consideradas, na discussão abaixo, apenas as espécies cuja localização atual restrinja-se a tal região. Excetuaram-se, então, espécies das demais regiões brasileiras<sup>151</sup>.

G. S. Sousa afirma que o jaborandi é uma erva

que faz arvore de altura de um homem e lança uma vara em nós como canas, por onde estalam muito como as apertam [...] cheira à hortelã francesa, e tem a aspereza da hortelã ordinaria; [...] quem tem a boca danada, ou chagas nela, mastigando as folhas desta erva [...] a cura muito depressa<sup>152</sup>.

C. O. Gomes faz uma referência a Simão de Vasconcelos, jesuíta do século XVII, afirmando que este padre, desconhecendo as descrições de G. S. Sousa, citou de passagem a planta, sem, contudo, especificar suas propriedades terapêuticas<sup>153</sup>.

G. Piso cita a planta como “iaborandi guaçu”, afirmando que a erva tornou-se uma verdadeira panacéia, tamanho o abuso a que chegaram holandeses e portugueses no uso rotineiro<sup>154</sup>. J. M. C. Veloso recorre à descrição de G. Piso, alegando ser o jaborandi uma planta sialagoga, catártica, carminativa e um alexifármaco, além

<sup>150</sup> M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, pp. 78-80. Em sua dissertação de mestrado, a autora discute alguns aspectos da abordagem feita por G. Piso e outros autores, como G. Marcgrave e A. Laguna, por exemplo, de espécies da flora brasileira nativas, como o jaborandi e a ipecacuanha; no capítulo final de seu trabalho há a discussão da identificação botânica e seus problemas.

<sup>151</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300. Considerou-se genericamente o Nordeste do Brasil devido à proximidade da Bahia e de Pernambuco, e ao fato de que o sertão dos séculos XVII e XVIII muito provavelmente compreendia as regiões do agreste e da caatinga nordestina.

<sup>152</sup> G. S. de Sousa, *op. cit.*, pp. 208-9 (grifo nosso). O cronista afirma, ainda, que na Bahia do século XVI podiam ser encontradas ervas denominadas pelos índios *jaborandiba*, muito parecidas com as plantas de jaborandi, as quais foram reconhecidas pelos que andaram na Índia como *bethel*. Segundo ele, “quem se lava com ela cozida nas partes eivadas do fígado, lhas cura em poucos dias; e cozidos os olhos e comestos, são saníssimos para este mal do fígado; e mastigadas estas folhas e trazidas na boca, tiram a dor de dentes”. A descrição deste autor remete-nos à família Piperaceae, que tem como uma das características morfológicas mais conspícuas a presença de nós entre folhas e ramos.

<sup>153</sup> A obra de Simão de Vasconcelos, citada por C. O. Gomes, é *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, de 1663. A passagem mencionada traz: “As mais ervas não posso descrever, porei só os nomes: o camará [...], avenca, erva de cobras, erva dos ratos, erva do bicho, erva pulgueira, salsaparrilha, cipó de camaras, bethel, pimenta [...] gengibre, caiapiá, caapéba, caraóba, caatimaí, caátaia, jetica, urucatu, **jaborandi**, nhambi, tajóba, jeçapeinimboia [...] Todas estas ervas são medicinais, das mais conhecidas e usadas, de virtudes tão raras, que fora necessário um Dioscórides para descrevê-las” (grifo nosso).

<sup>154</sup> G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, Livro IV, cap. XLVII, p. 216. Piso escreve: “Radix valet contra venena [...] fere veneni per sudores & urinas exturbat” (“A raiz é um contra-veneno [...] que elimina o veneno através do suor e da urina”). M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, p. 43, afirma que “Piso foi o primeiro a descrever a ipecacuanha [...] e também foi o primeiro a descrever as propriedades sialagogas e diaforéticas do jaborandi”.

de ser diaforética, diurética e com ação sudorípara<sup>155</sup>. As propriedades medicinais citadas por J. M. C. Veloso concordam com as encontradas na espécie *Pilocarpus pinnatifolius* Engl. (família Rutaceae)<sup>156</sup>. Alguns autores, como E. R. Almeida, afirmam que o jaborandi é realmente esta espécie<sup>157</sup>. Outros, porém, como T. J. A. Rego, consideram a espécie *Pilocarpus microphyllus* Stapf., da mesma família, como sendo o jaborandi “verdadeiro”<sup>158</sup>.

Outras espécies, entretanto, podem fazer parte deste vasto elenco. Da família das rutáceas, a espécie *Pilocarpus jaborandi* Holmes e, da família das piperáceas, *Piper jaborandi* Vell<sup>159</sup>. A primeira espécie é identificada, na *Farmacopéia Brasileira* descrita por M. P. Corrêa, como sendo a espécie **oficial** do jaborandi, encontrada principalmente em Pernambuco<sup>160</sup>.

A aparente disparidade de famílias (Rutaceae e Piperaceae) mencionada por vários autores parece encontrar respaldo em Langsdorff, que afirma ser o jaborandi, em quase todo o Brasil, identificado como pertencente ao gênero *Pilocarpus*; em Minas Gerais, porém, é pertencente a algumas espécies do gênero *Piper*, especialmente *Piper aduncum* L<sup>161</sup>. Esta afirmação de Langsdorff coloca em dúvida, mais uma vez, a difícil tarefa de identificação do jaborandi.

L. Ribeiro diz que o jaborandi é a espécie *Piper reticulatum*, encontrada primariamente em Minas Gerais. Segundo ele, “é erva vivax, cuja raiz é de sabor acre inerente, e cheiro aromático; usa-se como diurética, sodorífica e alexifármaca nas

<sup>155</sup> Frei J. M. da C. Veloso, *op. cit.*, p. 129.

<sup>156</sup> M. P. Corrêa, *Dicionário das plantas úteis do Brasil...*, V, p. 366, afirma que esta espécie é comprovadamente sudorípara; é encontrada de forma nativa de Pernambuco até Santa Catarina e Mato Grosso.

<sup>157</sup> Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 210.

<sup>158</sup> Terezinha de Jesus Almeida Rego, *op. cit.*, p. 103. A este respeito, M. L. L. Rodrigues posiciona-se enfaticamente: “É considerado o jaborandi legítimo. Encontramos referências de que esse jaborandi [*Pilocarpus microphyllus*] recebeu esse nome pelo fato dos índios o denominarem *ia-mborandi*, que significa <que faz babar>” (M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, p. 80).

<sup>159</sup> Não se deve fazer confusão, entretanto, com o jaborandi-falso, *Piper ceanothifolium* HBK, da mesma família. Esta espécie apresenta raízes com propriedades estomáquica, sialagoga e diurética; popularmente, suas raízes maceradas são empregadas em aguardente nas mordeduras de cobras (M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, p. 79).

<sup>160</sup> M. P. Corrêa, *op. cit.*, pp. 361-2. Note-se que houve um grifo proposital na palavra “oficial”. Não se pode afirmar, categoricamente, que *Pilocarpus jaborandi* Holmes é a espécie oficial de jaborandi, como o fez Pio Corrêa.

<sup>161</sup> Danuzio Gil Bernardino da Silva, *op. cit.*, vol. 1, p. 380. Em Minas Gerais, o jaborandi também recebe os nomes de borandi, capoty, catai-guacu, cutia, erva-de-soldado, jaborandi-capoti, jaborandi-da-mata-vingem, jaborandi-do-norte, jaborandi-falso, jaborandi-manso, jamborandirana, joaborandi, nandu, peteca.

febres renitentes; dá-se em infusão de duas oitavas até meia onça em seis de água; em pó de dez graus até meia oitava”<sup>162</sup>.

Quanto à identificação do jaborandi a *Pilocarpus jaborandi*, S. Schvartsman é categórico: esta espécie é a do jaborandi verdadeiro, empregado medicinalmente em terapêutica oftálmica, encontrado em quase todo o Brasil, porém cultivado de maneira excepcional no Maranhão<sup>163</sup>.

Qualquer que seja, porém, a espécie de jaborandi “verdadeira”, trata-se de uma planta nativa do Brasil, empregada muito provavelmente como um acréscimo de simples na confecção da *Triaga*<sup>164</sup>.

### Pagimiroba

A literatura consultada forneceu muitos nomes sinônimos para esta espécie: fedegoso-grande, fedegoso-verdadeiro, fedegoso-do-rio-de-janeiro, folha-de-pajé, ibixuma, maioba, magerioba, pajamarioba, pagamarioba, tararaçu, tararucu, tararubu, mamangá, mata-pasto, lava-pratos e sene<sup>165</sup>. E. R. Almeida cita a leguminosa *Cassia alata* L. (família Leguminosae) como sendo mata-pasto ou manjerioba<sup>166</sup>. M. P. Corrêa associa a espécie citada por aquele ao dartrial, considerando-o sucedâneo da sena-verdadeira (*Cassia acutifolia* Del.), cujas folhas são diuréticas, febrífugas e sudoríferas. É considerada uma espécie nativa apenas nas Américas e, no Brasil, é espontânea desde a Amazônia até Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás<sup>167</sup>.

A referência feita por G. S. Sousa acerca “da virtude de outras ervas menores” da Bahia, além de atestar a validade do nome tararucu, é esclarecedora acerca do termo eqüivalente português:

<sup>162</sup> L. Ribeiro, *op. cit.*, p. 194.

<sup>163</sup> Samuel Schvartsman, *op. cit.*, p. 154. As folhas do *Pilocarpus jaborandi* Holmes produzem uma substância de onde é extraída a pilocarpina, alcalóide de amina terciária, de estrutura semelhante à histamina. A questão do “verdadeiro”, porém, deve ser considerada com muita cautela; dadas as diferenças regionais do Brasil, a diversidade de dialetos e a extensão territorial, torna-se insustentável a afirmação de que esta ou aquela planta é a legítima, a verdadeira etc.

<sup>164</sup> M. L. L. Rodrigues afirma claramente que “ao descrever as plantas brasileiras em sua totalidade, Piso talvez estivesse preocupado com o fato de que a ipecacuanha e o **jaborandi** eram praticamente desconhecidas do mundo europeu [...]” (M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, p. 73, grifo nosso).

<sup>165</sup> Samuel Schvartsman, *op. cit.*, p. 111. Sene como sinônimo de cássia aparece, também, na obra de G. Ziletti, *op. cit.*, pp. 39-40. No gênero *Cassia* L., temos, ainda, fedegoso-de-folha-torta, fedegoso-do-mato e fedegoso-do-pará.

<sup>166</sup> Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 253. Cf. com o vocábulo magerioba, supramencionado.

<sup>167</sup> M. Pio Corrêa, *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*, vol. 3, p. 125.

Há outras ervas menores, pelos campos, de muita virtude, de que se aproveitam os índios e os portugueses [...] o **gentio** chama **tararucu**, e os **portugueses fedegoso** [...] o qual de natureza é muito frio, e serve para desfogar chagas; com este fumo curam o sesso dos índios e das galinhas [...]<sup>168</sup>

J. M. C. Veloso descreve a pagimirioba como *paíomirióba*, nome dado à espécie de leguminosa *Senna occidentalis* (L.) Link pelos indígenas brasileiros<sup>169</sup>. Há muito esta espécie é conhecida como cássia, fedegoso, fedegoso-grande ou sene/sena<sup>170</sup>. Este autor diz que a *paíomirióba* é usada “contra a corrupção do anus” (i.e., hemorróidas e outras fissuras anais) e “[...] em todas as inflamaçoens”. A descrição terapêutica acerca das hemorróidas está em conformidade com as citações atuais, que sugerem a pagimirioba como auxiliar no tratamento da hepatite, da malária, de certas doenças cardíacas e no tratamento de hemorróidas<sup>171</sup>.

L. Ribeiro afirma que o fedegoso é a espécie *Cassia planisilique*, encontrada basicamente em Minas Gerais. Segundo ele, “a casca da raiz é um bom antifebril, alexifármaco; e também é remédio policresto”<sup>172</sup>.

De forma contrária, entretanto, à ação terapêutica descrita acima, a pagimirioba também é tóxica. A presença de glicosídeos antraquinônicos confere a ela propriedades purgativas em excesso, além de levar o indivíduo que a ingeriu a apresentar um quadro gastrointestinal com náuseas, vômitos, cólicas abdominais e diarreia aquosa<sup>173</sup>. J. P. F. S. Dias inclui, entre as drogas vegetais da Bacia do Mediterrâneo

<sup>168</sup> G. S. Sousa, *op. cit.*, pp. 209-10 (grifos nossos).

<sup>169</sup> Frei J. M. da C. Veloso, *op. cit.*, p. 96, cita a espécie *Cassia occidentalis* L. A família das leguminosas tem sofrido, ultimamente, várias revisões taxonômicas; um dos gêneros que passou por tais revisões é o gênero *Cassia*. Várias espécies deste gênero foram revistas e a nomenclatura atual adotou o gênero *Senna* como sinonímia para muitas espécies, incluindo-se, entre elas, a espécie em questão (G. Bentham, *Leguminosae*, partes 1 e 2). J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 447, afirma que sene, *Cassia acutifolia*, é droga purgativa.

<sup>170</sup> Frei J. M. da C. Veloso, *op. cit.*, afirma que os nomes ‘fedegozo’ e ‘senne’ são referências dadas pelos europeus a esta espécie (o autor também escreve “senne occidental”). Cita C. Lineu, G. Piso e G. Marcgrave como autores que fazem referência a este fedegoso.

<sup>171</sup> Além disso, duas espécies de sene, *Cassia senna* L. e *Cassia angustifolia* Vahl. são tidas como purgativas e laxativas; doses moderadas a elevadas da infusão das folhas pode levar a fortes cólicas abdominais (Cid A. M. Santos *et al.*, *op. cit.*, p. 141). Estas propriedades medicinais da pagimirioba foram igualmente relatadas por Fatumbi, ao referir-se a esta espécie de leguminosa (P. V. Fatumbi, *op. cit.*, p. 718).

<sup>172</sup> L. Ribeiro, *op. cit.*, p. 193. O sal policresto é também chamado de sal policresto de Glaser, normalmente sendo o sulfato de potássio, administrado “internamente como catártico e diaforético, ou como antídoto para intoxicações com mercúrio e outros metais” (J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 447).

<sup>173</sup> Este quadro clínico de intoxicação pelas antraquinonas deve-se à ingestão das sementes, folhas ou raízes, porém muito mais devido aos frutos, que apresentam até 0,3% de oximetil-antraquinona, contra 0,25% das raízes e menos de 0,1% das folhas. Várias outras espécies de *Cassia* são elencadas entre as leguminosas com índice elevado de toxicidade, como *C. quinqueangulata* Rich. (tingui), *C. fistula* L. (canafístula) e *C. laevigata* Willd. (canudo-de-pito). Cf Samuel Schvartsman, *op. cit.*, pp. 111-2.

adquiridas pela Botica de Santo Antão em meados do século XVIII, o “sene bom” e o “sene ordinário (de Trípoli)”<sup>174</sup>.

Serafim Leite afirma que a raiz da pagimirioba era encontrada “na quinta do Collegio da Bahia e Pernambuco” e que “as constipações, muito comuns, curavam-se [...] sobretudo com suadoiros ou de braseiro ou água quente ou aguardente queimada, ou de plantas medicinais, modcura-cao, **pagé-merioba**, etc.”<sup>175</sup>. Esta indicação parece encontrar respaldo em todas as obras consultadas para *Cassia occidentalis* e outras espécies de sene, que afirmam ser o fedegoso nativo das Américas, encontrado espontaneamente em áreas improdutivas e terrenos revolvidos. Encontra-se, ainda, amplamente naturalizado como erva daninha nas regiões tropicais e subtropicais do mundo. Pode ter sido incluída na *Triaga* como um substituto brasileiro das cássias e senes conhecidas do mundo antigo<sup>176</sup>.

### Orelha de onça

Na família da conhecida quaresmeira, Melastomataceae, várias espécies do gênero *Tibouchina* L. são popularmente conhecidas como “orelha-de-onça”: orelha-de-onça-miúda, orelha-de-onça-branca etc. A similaridade das folhas de diversas espécies deste gênero levou, talvez, à associação do nome vulgar a várias plantas diferentes<sup>177</sup>. O gênero é amplamente distribuído nas zonas tropicais do mundo inteiro, e, no Brasil, contam-se mais de 200 espécies distintas.

A literatura consultada destacou quatro prováveis espécies, que poderiam ser identificadas como orelha-de-onça, em concordância com a citação geográfica que Serafim Leite nos fornece na transcrição da *Triaga*: “Tujupeba, Canabrava, Sacco dos Morcegos e no sertão”<sup>178</sup>.

A espécie *T. grandiflora* Cogn. é amplamente distribuída em regiões de terra fértil, necessitando de muito sol para se desenvolver, sendo especialmente encontrada em toda a costa e nas regiões do cerrado. A espécie *T. radula* Markgr. é, como

<sup>174</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 173.

<sup>175</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 96, nota 1; *idem*, p. 300 (grifo nosso).

<sup>176</sup> A palavra *sene* parece originar-se de radicais árabes, e sua utilização, desde os tempos medievais, era feita para as plantas do grande gênero de leguminosas *Cassia*, cujas propriedades medicinais, como laxantes, eram bem conhecidas do mundo antigo (sene de Alexandria, sene de Trípoli, sene de Meca, sene de Bombaim etc.; Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 295).

<sup>177</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, pp. 510-4.

<sup>178</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300. A questão do sertão na citação geográfica da *Triaga* já foi anteriormente discutida; a respeito das outras localidades, entretanto, pode-se localizar Canabrava e Saco dos Morcegos no atual estado da Bahia.

a supramencionada, igualmente distribuída em regiões de clima quente e úmido, necessitando de muito sol para se desenvolver<sup>179</sup>. Ambas espécies são arbustos semi-lenhosos de crescimento vigoroso. As outras duas espécies, *T. holosericea* Baill. e *T. clavata* (Pers.) Wurdack, são espécies típicas das regiões quentes e mais secas do Brasil, cobrindo, em suas áreas de freqüência, regiões do cerrado e do sertão Nordestino. Não foram encontradas, entretanto, quaisquer referências aos efeitos terapêuticos das espécies acima.

Serafim Leite traz um trecho significativo a respeito da erva conhecida como orelha-de-onça:

[...] prodigiosa para todos os venenos e malefícios, assim tomando o seu pó, como bebida a sua água, ou tudo junto que será melhor [...] para toda a qualidade de veneno e para quem tiver desconfiança de que lhe deram feitiços e para mordeduras venenosas<sup>180</sup>.

Apesar das quatro espécies de melastomatáceas supramencionadas receberem o nome vulgar de orelha-de-onça, aparecem sugestões interessantes na literatura, que podem fornecer indicações igualmente valiosas, porém divergentes das do parágrafo anterior. Na família Leguminosae<sup>181</sup>, aparecem mais duas espécies que, além do epíteto de orelha-de-onça, também são conhecidas em várias regiões do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil como boizinho, corticeira e tamboril-do-cerrado.

A espécie *Enterolobium gummiferum* (Mart.) Macbride, da subfamília Mimosoidae, é encontrada em áreas de cerrado, em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. É mencionada como levemente emética, embora contenha saponina hemolítica, cuja ingestão moderada a alta leva à anorexia, anemia, constipação intestinal, a alterações hepáticas e até à morte<sup>182</sup>.

Da subfamília Caesalpinioideae encontramos a espécie *Zollernia ilicifolia* Vog., também conhecida como mucitaíba ou mocutaíba, cuja dispersão atual encontra-se no Nordeste, especialmente nas regiões do agreste e do sertão de Pernambuco e Bahia. Esta planta já foi encontrada de forma espontânea, porém, do sul da Bahia

<sup>179</sup> H. Lorenzi & H. M. de Souza, *op. cit.*, pp. 524 e 526.

<sup>180</sup> Serafim Leite, *Os jesuítas no Brasil*, vol. 1, p. 460. O termo água assumiu significados bastante diversos na história dos medicamentos — pode significar o extrato propriamente dito, ou então os líquidos ou sucos obtidos a partir de materiais variados (A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 131, nota 108).

<sup>181</sup> Há uma tendência atual entre os taxonomistas de igualarem a nível de família as então três subfamílias de leguminosas (Mimosaceae, Caesalpinaceae e Fabaceae), elevando a família Leguminosae a superfamília (J. B. Harborne *et al.*, *Chemotaxonomy of the Leguminosae*, p. 97; cf. R. M. Polhill & P. H. Raven, *Advances in Legume Systematics*, vol. 1, p. 274).

<sup>182</sup> S. Schvartsman, *op. cit.*, p. 17.

até o Rio Grande do Sul<sup>183</sup>. Não há relatos sobre efeitos terapêuticos desta planta, embora seja mencionada como fornecedora de madeira de ótima qualidade.

Apesar de H. Garcia e A. Nascentes afirmarem que a abutua-grande (*Chondodendrum platyphyllum* Miers) é sinônimo de orelha-de-onça, esta indicação parece meio confusa e não encontrou respaldo em outros autores<sup>184</sup>.

As informações fornecidas por Serafim Leite e as ocorrentes na literatura consultada não oferecem, com segurança, uma identificação precisa acerca da “orelha-de-onça” referida na *Triaga*.

### Aristolóquia redonda

A aristolóquia redonda é muito provavelmente a espécie *Aristolochia rotunda* L. (família Aristolochiaceae), oriunda da Europa Meridional. Seu emprego em triagas e outras receitas tem história antiga. Tal como outras espécies da mesma família, F. C. Hoehne afirma que “as aristolochiáceas são utilizadas na terapêutica desde a mais remota antigüidade”<sup>185</sup>.

Autores do século XVI, como A. Macer e I. Mey, por exemplo, citam três espécies de aristolóquias: a longa, a redonda e a clematite. Acerca da redonda, por menores de sua ação medicinal não são revelados. Em relação às aristolóquias, porém, o poder abortivo é frisado pelo segundo autor: “pode levar o útero a expelir o feto”<sup>186</sup>.

A. B. Gomes afirma que três aristolóquias devem ser reconhecidas sob os epítetos de jarriha e mil-homens: *Aristolochia clematidis*, *A. rotunda* e *A. longa*<sup>187</sup>.

<sup>183</sup> C. T. Rizzini, *Árvores e madeiras úteis do Brasil — manual de dendrologia brasileira*, p. 136.

<sup>184</sup> “Abutua-grande”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 1, p. 32.

<sup>185</sup> F. C. Hoehne, *Flora Brasílica: Aristolochiaceae*, vol. XV, II, p. 3. O autor faz uma citação literal de Dioscórides: “*Aristolochia* nomen inde accepit, quod optimum praebere auxilium puerperis”, aludindo às qualidades facilitadoras do parto apresentadas por várias espécies do gênero *Aristolochia*. Outro autor, do século XVI, também transcreve Dioscórides ao falar da aristolóquia, referindo-a como auxiliadora nos trabalhos de parto (Ioannem Mey, *Nicandri Colophonii, Poetae...*, p. 50). Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 164, nota 274. Vide também G. M. Barroso, *Sistemática de angiospermas do Brasil*, vol. 1, p. 47: “[...] a família Aristolochiaceae compreende 7 gêneros, com cerca de 600 espécies, distribuídas nos trópicos e subtropicais da Ásia, África, América do Norte, Antilhas, América Central e América do Sul. No Brasil, há cerca de 62 espécies de *Aristolochia* L.”

<sup>186</sup> Ioannem Mey, *op. cit.*, p. 50. O autor continua: “*Aristolochia*[...] tria eius genera troduntur, rotunda [...] longa [...] clematidis [...]” (“Há três gêneros de aristolóquias, a redonda [...], a longa [...] e a clematite [...]”); Aemilius Macer, *op. cit.*, pp. 44-5 (“De *Aristolochia*”): “*Aristolochiaem* species tres [...] esse. Longa prior [...] rotunda sequens [...] Tertia clematis [...] vocatur” (“Há três espécies de aristolóquias. A primeira é a longa [...] a redonda é a seguinte [...] e a terceira é dita clematite”).

<sup>187</sup> Edgard Cerqueira Falcão, *Antonio Bernardino Gomes (1768-1823) e as plantas medicinais do Brasil*, p. 24.

Nota-se, aqui, uma relação imediata com as espécies citadas em autores anteriores, como os já mencionados A. Macer e I. Mey. Contemporâneo de A. B. Gomes, F. A. Sampaio diz que as jarrinhas brasileiras são plantas resolutivas, e que a raiz de algumas são antifebris. Afirma que várias espécies, nativas do Brasil e com propriedades desobstruente, emenagoga e anticólica, podem ser denominadas popularmente “abutua” ou “parreira-brava”<sup>188</sup>.

As três espécies de *Aristolochia* supramencionadas parecem ter sido empregadas, no passado, de forma bastante freqüente e, talvez, indistintamente. Os nomes populares “erva-de-parto” e “raiz-de-cobra” referem-se aos usos de várias espécies, especialmente as três já mencionadas, de *Aristolochia* L. em medicamentos tradicionais para infecções pós-parto e mordidas de serpente<sup>189</sup>. Para F. J. C. Aulete, *A. longa* L. é a erva-bicha dos ervanários, também conhecida como estrelamin, empregada como tônica e estimulante<sup>190</sup>. *A. clematitis* L. é uma planta herbácea vivaz, originária provavelmente das regiões européias e asiáticas quentes. Todas as suas partes são venenosas e contêm ácido aristolóquico, um óleo essencial, taninos, pigmentos e um alcalóide, a aristoloquina. Têm uma ação relaxante sobre as câibras, calmante sobre as dores cardíacas, gástricas, intestinais ou respiratórias. Esta espécie, segundo F. C. Hoehne, é a conhecida *birthwort* dos ingleses, aclimatada na América do Sul desde a chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis<sup>191</sup>. Não nos parece que a *A. rotunda* era proveniente do Colégio da Bahia, pois a *Notícia breve dos lugares...* transcrita por Serafim Leite diz que a “aristoloquia redonda” era obtida de Portugal<sup>192</sup>.

J. P. F. S. Dias inclui a aristolóquia redonda como uma das drogas vegetais da Bacia do Mediterrâneo adquiridas pela Botica de Santo Antão em meados do século XVIII<sup>193</sup>.

---

<sup>188</sup> Francisco Antonio de Sampaio, *op. cit.*, pp. 11, 57 e 65. A abutua é citada por ele como sendo uma planta utilizada no tratamento de cólicas.

<sup>189</sup> Estes usos podem ter sido originados pela Doutrina das Assinaturas, que declarava que a cor ou a forma de uma erva indicava seu propósito. Nas flores de *Aristolochia* via-se uma forma semelhante a um feto encurvado e a maioria das plantas assemelha-se a uma serpente.

<sup>190</sup> “Aristolóquia”, in F. J. C. Aulete, *op. cit.*, vol. 1, p. 277.

<sup>191</sup> F. C. Hoehne, *Flora Brasílica: Aristolochiaceas*, p. 141. Joaquim Monteiro Caminhoá, *op. cit.*, p. 264, faz menção a esta espécie, dizendo que é uma das jarrinhas não nativas do Brasil. Leonhart Fuchs, *The New Herbal of 1543*, cap. XXXI, afirma ser a jarrinha, *birthwort*, uma erva com propriedades sedativas.

<sup>192</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

<sup>193</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 173.

## Batata do campo

Trata-se, muito provavelmente, da batata comum, espécie *Solanum tuberosum* L., ou alguma espécie afim do gênero *Solanum* L. (família Solanaceae). A sugestão provém de Serafim Leite: as indicações da *Notícia breve dos lugares...* informam que a raiz de “batata do campo, ou **batatinha**” podia ser encontrada no Rio de Janeiro e no sertão<sup>194</sup>. Sabe-se que, sob o nome batata, são conhecidas diversas plantas de tubérculos comestíveis e medicinais. A. B. Joly afirma que a batata também pode ser denominada batatinha, e que as solanáceas são muito bem representadas na flora nativa brasileira<sup>195</sup>.

G. S. Sousa traz um relato bastante interessante acerca das batatas americanas, “que são naturais da terra”:

Há umas batatas grandes e brancas e compridas como as das Ilhas; há outras pequenas e redondas como túberas da terra, e mui saborosas; há **outras** batatas que são roxas ao longo da casca e brancas por dentro; há outras que são côr azul anilada muito fina, as quais tingem as mãos; há outras verdoengas muito doces e saborosas; e há **outra** casta, de côr almecegada, mui saborosas; e **outras** tôdas amarelas, de côr muito tostada, as quais são tôdas úmidas e ventosas [...]<sup>196</sup>

G. Piso e G. Marcgrave citaram a batata utilizando o nome indígena amplamente utilizado no século XVII: *gitica*<sup>197</sup>. A batata, e outras plantas do mesmo gênero (berinjela e jiló), foram espécies americanas que parecem ter ganhado prestígio na Europa. A inclusão da batata na *Triaga* pode ser um indicativo deste fato.

Este simples não deve, entretanto, ser confundido com outras “batatas”, espécies do gênero *Ipomoea* (família Convolvulaceae): a conhecida batata-doce, *Ipomoea batatas* (L.) Lam.<sup>198</sup>, o convólculo-do-campo, espécie *Ipomoea pes-caprae* (L.) Sweet<sup>199</sup>, e a batatinha amarela ou batata-de-purga, espécie *Ipomoea altissima* L.<sup>200</sup>

<sup>194</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300 (grifo nosso). A batatinha é o mesmo que batata-inglesa (“batatinha”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 1, p. 463).

<sup>195</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, pp. 571-91. H. Walter Lack, *op. cit.*, p. 66, menciona a pintura a aquarela mais antiga existente acerca da batata no *Plantarum seu stirpium historia*, de Mathias Lobel, de 1576. *Solanum tuberosum* L. também aparece no *Rariorum plantarum historia* de Carlos Clúcio, p. lxxix.

<sup>196</sup> G. S. Sousa, *op. cit.*, p. 180 (grifos nossos).

<sup>197</sup> G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, p. 254 (G. Piso cita a batata como sendo “ietica”); G. Marcgrave, *op. cit.*, p. 16.

<sup>198</sup> Frei Cristóvão de Lisboa, *op. cit.*, pp. 220-3. O autor utiliza, tal como G. Piso e G. Marcgrave, a palavra *gitica* para denominar a batata-doce e todas as outras “batatas”. A batata-doce é considerada uma das várias plantas alimentícias que também possuem valor medicinal; diz-se que o extrato das folhas desta planta alivia dores-de-cabeça.

<sup>199</sup> Esta espécie também recebe os nomes populares de convólculo-da-praia, batata-da-praia, ipoméia, pé-de-cabra e batata-do-mar (Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 181).

<sup>200</sup> Também denominada jalapa, batata-de-purga, ruibarbo-branco, briônia-da-américa, raiz-de-jaricuçu e baririçó (Samuel Schwartsman, *op. cit.*, p. 149).

Analogamente, não deve haver confusão em relação às espécies do gênero *Dioscorea* (família Dioscoreaceae), o conhecido cará, batata-do-ar ou inhame-de-são-tomé<sup>201</sup>. Na família Gesneriaceae, encontra-se uma outra batata, também denominada batata-de-campo, da espécie *Gesneria allagophylla* Mart. (sinônimo de *Reichsteineria allagophylla* (Mart.) Regel), embora sua identificação pareça ser duvidosa<sup>202</sup>.

A batata é considerada popularmente como laxativa, purgativa branda, catártica e tônica estomacal. Suas folhas e flores, também, são utilizadas em decocto no tratamento do reumatismo e nas dores espasmódicas, e em cataplasma para a cura de queimaduras leves.

### Ipecacoanha branca

A literatura consultada, além de apresentar vários nomes populares associados a esta planta, também trouxe à tona vários nomes científicos distintos, muitas vezes de famílias botânicas distintas<sup>203</sup>. Vários autores, entretanto, concordam com a mesma identificação: a ipecacuanha, tanto a branca como a negra, pertence botanicamente à espécie *Cephaelis ipecacuanha* Rich., família Rubiaceae<sup>204</sup>. M. L. L. Rodrigues, entretanto, afirma categoricamente que a ipecacuanha branca descrita por G. Piso pertencia à espécie *Hybanthus ipecacuanha* L., da mesma família, ao passo que a ipecacuanha negra pertencia à espécie *Psychotria ipecacuanha* Stokes, também uma rubiácea<sup>205</sup>.

<sup>201</sup> Frei Cristóvão de Lisboa, *op. cit.*, pp. 210-3.

<sup>202</sup> “Batata-de-campo”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 1, p. 463. Os verbetes parecem entrar em contradição. Na mesma página, o verbete “batatinha-do-campo” afirma que esta planta é sinônima de batata-do-campo, porém fornece outra espécie, *Cypella herberti* Sweet.

<sup>203</sup> O site da Internet consultado, The Plant Names Project, por exemplo, aponta 23 espécies distintas, pertencentes a gêneros diferentes, de 8 famílias igualmente distintas. Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 290, associa a ipecacuanha (por dele citada como pepaconha, ou ipecacuanha branca), à espécie *Hybanthus ipecacuanha* L. (família Violaceae); outros autores associam a ipecacuanha a outra espécie de Violácea, *Hybanthus calceolaria* (L.) Schulz; Edgard de Cerqueira Falcão, *op. cit.*, p. 29, afirma que a ipecacuanha é a espécie *Psychotria ipecacuanha* Stokes (família Rubiaceae).

<sup>204</sup> A identificação da ipecacuanha como sendo *Cephaelis ipecacuanha* Rich., família Rubiaceae, foi encontrada em Luiz Cláudio di Stasi, *Plantas medicinais: arte e ciência*, p. 65; René Morgan, *op. cit.*, p. 113; Terezinha de Jesus Almeida, *op. cit.*, p. 102; José Arlete Alves Camargos, *op. cit.*; F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 103; Danuzio Gil Bernardino da Silva, *op. cit.*, vol. 1, p. 378; Samuel Schwartsman, *op. cit.*, p. 130 (estes últimos asseguram que *Cephaelis ipecacuanha* é sinônima de *Uragoga ipecacuanha*, denominada popularmente ipeca).

<sup>205</sup> M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, p. 74. Cf. M. C. Assis, “Aspectos taxonômicos, anatômicos e econômicos da ‘ipeca’ *Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes (Rubiaceae)”, pp. 17-56.

Entre os vários nomes populares que têm sido sugeridos, encontramos o de poaia, ipê-caá-coêne, ipeca e uragoga<sup>206</sup>. A denominação poaia, entretanto, gera confusões a nível de identificação. Autores diversos têm-na associada a outras espécies da mesma família (Rubiaceae), de gêneros distintos, tais como *Borreria* G. F. W., *Diodia* (Gronov.) L. e *Mitracarpus* Zucc<sup>207</sup>.

Vários autores afirmam que a ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*), utilizada como contraveneno, foi o grande destaque da flora medicinal da Colônia. Oriunda das matas fechadas da Bahia e Pernambuco, era enviada a Portugal, onde suas raízes eram tidas como miraculosas. As qualidades das raízes da ipeca teriam sido informadas aos jesuítas pelos indígenas, que sabiam, há muito, aproveitar as dádivas da natureza mais que ninguém<sup>208</sup>.

L. G. Ferreira relata a importância da ipecacuanha na medicina brasileira em meados do século XVIII:

[...] a raiz de cipó chamada pacacuanha [*sic*] ou por outro nome poalha [*sic*] nome que lhe deram os gentios carijós e por eles descoberta [...] o único e certo remédio para curar cursos [...] e também é remédio contra os venenos [...]<sup>209</sup>

Apesar da ipecacuanha ter sido utilizada na Europa desde o século XVII, até o século XIX a verdadeira planta ainda era desconhecida dos botânicos<sup>210</sup>. A ipecacuanha possui três alcalóides que constituem seu princípio ativo: emetina, cefelina e psicotrina. O primeiro tem propriedades expectorantes; o segundo, ação vomitiva, e o terceiro ainda não teve sua ação medicinal comprovada. É geralmente citada como planta indicada no tratamento das hemorragias, como emética, diaforética, antitussígena, amebicida e expectorante<sup>211</sup>.

<sup>206</sup> B. A. Gomes, *Plantas medicinais do Brasil*, p. 220.

<sup>207</sup> H. F. Leitão Filho *et al.*, *op. cit.*, v. 3, pp. 816-34. Espécies citadas como poaia, poaia-falsa ou poaia-preta: do gênero *Borreria*, *B. alata* D.C., *B. capitata* (Ruiz et Pav.) D.C., *B. verticillata* (L.) G. F. W.; do gênero *Diodia*, *D. teres* Walt.; do gênero *Mitracarpus*, *M. hirtus* D.C.

<sup>208</sup> C. O. Gomes, *op. cit.*, p. 181. Encontramos uma referência bastante importante acerca do uso contemporâneo desta planta: “Apesar de pouco usado no Brasil, o xarope de ipeca é muito recomendado em outros países, pois é um potente indutor dos vômitos e rapidamente eficiente” (S. Schvartsman, *op. cit.*, p. 7). Lourival Ribeiro, *op. cit.*, p. 194, apenas diz que a “ipecacuanha é bem conhecida” e encontrada nas margens do Rio Doce.

<sup>209</sup> L. Gomes Ferreira, *op. cit.*, p. 463.

<sup>210</sup> Edgard de Cerqueira Falcão, *op. cit.*, p. IX.

<sup>211</sup> F. C. Hoehne, *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais*, p. 283. A emetina é um poderoso alcalóide, obtido não somente da ipecacuanha, mas também de outras espécies do gênero *Cinchona* (L. C. Di Stasi, *Plantas medicinais: arte e ciência*, p. 116). É encontrado em quase todas as partes da planta, causando vômito quando em concentração acima da tolerável para o ser humano (Danuzio Gil Bernardino da Silva, *op. cit.*, p. 378).

G. Piso nos fornece uma descrição bastante interessante a respeito das propriedades medicinais das raízes da ipecacuanha:

[...] purgativas e eméticas são exímios antídotos. [...] Ademais de curar os fluxos do ventre e outras doenças, é antídoto e elimina o vírus imediatamente pelo vômito, tanto de natureza desconhecida como manifesta. Por isso é guardada pelos brasileiros que, por primeiro, nos revelaram as suas virtudes<sup>212</sup>.

S. Schvartsman afirma que esta erva exige condições ecológicas muito especiais para seu crescimento, sendo encontrada espontaneamente em regiões florestais do Brasil, especialmente em Minas Gerais e Mato Grosso. Langsdorff concorda com esta distribuição geográfica, pois afirma que a ipecacuanha habita espontaneamente os sub-bosques das matas da região sudeste do Brasil<sup>213</sup>.

F. A. Sampaio foi um dos poucos autores consultados que traz uma diferenciação a nível de distribuição geográfica das duas ipecacuanhas. Quanto à ação medicinal da planta, afirma ser considerada, pelas populações que dela se utilizavam em finais do século XVIII, purgante e emética. Em relação à branca, diz ele nascer nas “purgas” dos campos do Brasil<sup>214</sup>. As indicações geográficas supramencionadas parecem estar em concordância com o que Serafim Leite afirma sobre as raízes da “pecacoanha branca ou sipó”: podiam ser encontradas no “Jaboatão, Pernambuco e sertão”<sup>215</sup>.

J. P. F. S. Dias afirma que a ipecacuanha é simplesmente mencionada como cipó, e foi uma das drogas vegetais em destaque adquiridas pela Botica de Santo Antão em meados do século XVIII<sup>216</sup>.

C. O. Gomes afirma, baseando-se em G. Piso, que há verdadeiramente duas espécies de ipecacuanha, a branca e a negra. Apesar de não citar, em momento algum, quaisquer nomes científicos da taxonomia moderna, diferencia as duas espécies pela raiz — a primeira possui raiz grossa, filamentosa e esbranquiçada, e cres-

---

<sup>212</sup> G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, pp. 481-3. Aqui, cabe um esclarecimento a respeito dele, considerado, por muitos, como o *primeiro* a falar da ipecacuanha (cf. M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, p. 43: “[...] Piso foi o **primeiro** a descrever a ipecacuanha...” [grifo nosso]). Gabriel Soares de Souza e Fernão Cardim, praticamente um século e meio antes de Piso, já haviam assinalado a ação da poaia no tratamento da disenteria, ao mesmo tempo em que forneciam as primeiras descrições de seu preparo para uso terapêutico. Como a maior parte das obras dos cronistas do século XVI só foram sendo estudadas recentemente, surge, em geral, um julgamento errado acerca dos que antecederam Piso e Marcgrave, por exemplo.

<sup>213</sup> Danuzio Gil Bernardino da Silva, *op. cit.*, p. 378.

<sup>214</sup> Francisco Antonio de Sampaio, *op. cit.*, p. 42.

<sup>215</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

<sup>216</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 174, quadro 6, e p. 175.

ce preferencialmente nos prados (cerrados e campos); a segunda possui raiz delgada, tortuosa, nodosa, de coloração escura e sabor desagradável, e cresce preferencialmente em lugares sombrios, no interior das matas. À ipecacuanha branca são conferidas propriedades purgativas e curativas de fluxos hemorrágicos, sendo empregada tanto em crianças quanto em gestantes<sup>217</sup>.

Qualquer que seja, porém, a abordagem acerca da ipecacuanha — geográfica, taxonômica ou terapêutica —, temos por certo que esta planta entra na composição da *Triaga* como mais um simples nativo da flora brasileira.

### **Ipecacuanha negra**

Já discutimos toda a questão da identificação botânica das ipecacuanhas. Passaremos, portanto, às informações que os autores consultados forneceram acerca deste simples. Devido às similaridades entre os dois “tipos” de ipecacuanhas, e também ao conjunto de atividades terapêuticas apresentado por ambas, não serão considerados pormenores fisiológicos deste simples que, possivelmente, entrou na composição da *Triaga* como mais uma planta medicinal autóctone brasileira.

A. B. Gomes chamou a “ipecacuanha fusca” (i.e., ipecacuanha fosca, escurecida, em contraposição à ipecacuanha branca) de “cipó das nossas boticas”, dada a importância histórica da ipecacuanha nas receitas em voga no século XVIII e início do século XIX<sup>218</sup>. F. A. Sampaio diz que a ipecacuanha “preta” cresce nas “matas incultas” (i.e., de formação primária, ainda com pouca ação humana) do Brasil<sup>219</sup>.

C. O. Gomes diz que a ipecacuanha negra, também denominada poaia preta, aparentada muitíssimo à ipecacuanha branca, tem preferência por locais sombrios e no interior das matas. Produz, na extremidade do caule, bagas negras, em pouca quantidade. Sua raiz é fina, tortuosa, de sabor desagradável e amargo. Presta-se como agente purgativo e, segundo ele, é excelente antídoto contra venenos variados. A ipecacuanha negra foi considerada um poderoso contraveneno que expelia prontamente a peçonha, fazendo a vítima vomitar copiosamente<sup>220</sup>.

<sup>217</sup> C. O. Gomes, *op. cit.*, p. 180.

<sup>218</sup> Antonio Bernardino Gomes, *Memoria sobre a ipecacuanha fusca do Brasil*, p. 52.

<sup>219</sup> Francisco Antonio de Sampaio, *op. cit.*, p. 42.

<sup>220</sup> C. O. Gomes, *op. cit.*, p. 181.

Tal como a ipecacuanha branca, Serafim Leite afirma que a “pecacoanha negra ou sipó” podia igualmente ser encontrada “no Jaboaão, Pernambuco, ou serão”<sup>221</sup>.

### Contra-erva ou cáápiá

Antes de iniciarmos a discussão desta planta, vale lembrar que o termo genérico *caá* ou *cáá*, na língua tupi-guarani, indica qualquer erva ou planta medicinal<sup>222</sup>.

Em língua tupi-guarani, encontramos o vocábulo *caá-apiá* (de onde vem *caapiá*), como nome íncola a uma espécie não identificada da família Moraceae<sup>223</sup>.

G. Piso e G. Marcgrave trazem sinonímias indígenas: o primeiro refere-se a “caapia, caa-apiá”, e o segundo, a “caaopia”<sup>224</sup>.

A. B. Gomes parece contradizer-se ao fazer referências a esta planta: ora chama-a de “herva da cobra”, associando-a a três espécies do gênero *Eupatorium* (*E. cannabinum* L., *E. perforatum* Bip. ex Baker e *E. odoratum* L., família Asteraceae), ora refere-se a “contra-herva”, dando-lhe a sinonímia de “caiapiá” (espécie *Dorstenia brasiliensis* Lam., família Moraceae)<sup>225</sup>. G. Ziletti, reportando-se a N. Monárdes, parece também generalizar o termo, mencionando, apenas, que a raiz de contra-erva é utilizada contra o veneno [de cobras]<sup>226</sup>.

G. S. Sousa, ao descrever as grandezas da Bahia em meados do século XVI, afirma que “nascem outras ervas pelo campo, a que chamam os índios caapiam, que têm flores brancas da feição dos bem-me-queres [...]”<sup>227</sup>.

F. A. Sampaio diz que a “contraerva” nasce de forma espontânea e melhor nas “terras de areyas” do Brasil, sendo considerada antifebril e antiofídica<sup>228</sup>. J. M. C. Veloso concorda com a citação deste autor acerca das propriedades medicinais da

<sup>221</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

<sup>222</sup> Luís Caldas Tibiriçá, *op. cit.*, pp. 13-25. José Arlete Alves Camargos, *op. cit.*, p. 234, entretanto, diz que a verdadeira “caá” é a espécie *Ilex paraguariensis* A. S. Hill (família Aquifoliaceae). Cf. Silveira Bueno, *op. cit.*, p. 219. O autor afirma que *caiapiá* é o termo genérico empregado em língua tupi para qualquer planta ou erva medicinal da “farmacopéia indígena”.

<sup>223</sup> Luís Caldas Tibiriçá, *op. cit.*, p. 24.

<sup>224</sup> G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, pp. 232, 311; G. Marcgrave, *op. cit.*, pp. 52, 96.

<sup>225</sup> Edgard de Cerqueira Falcão, *op. cit.*, pp. 23-4, 29. É muito cultivada nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, onde é conhecida como chupa-chupa, conta-de-cobra e caiapiá-verdadeiro. P. B. Cavalcante & P. Friel, *op. cit.*, p. 148, citam a espécie amazônica *Dorstenia asaroides* Gard. como apií ou caapiá, utilizada contra febres e problemas hepáticos.

<sup>226</sup> G. Ziletti, *op. cit.*, p. 198 (grifo nosso): “[...] delle radici contra il veneno [...] chiamano contra-hervas” (“chamamos de contra-ervas [...] às raízes contra o veneno”).

<sup>227</sup> G. S. Sousa, *op. cit.*, p. 209.

<sup>228</sup> Francisco Antonio de Sampaio, *op. cit.*, p. 59.

planta, e acrescenta: diz ser a contra-erva um alexifármaco e antivermífuga. Para ele, a espécie citada por C. Lineu pertence ao gênero *Dorstenia* (família Moraceae), a conhecida Drakena de Clúcio, o tuzpatli dos mexicanos, a figueira-terrestre dos portugueses, a cai-apiá dos indígenas e a contra-hierba dos espanhóis<sup>229</sup>.

F. C. Hoehne afirma que os índios brasileiros há muito utilizavam a contra-erva para neutralizar o veneno das flechas<sup>230</sup>.

E. R. Almeida traz o nome *caiapá* (*Dorstenia brasiliensis* Lam., família Moraceae) como corruptela sinônima de *caá-piá* ou *contra-erva*<sup>231</sup>. Para esta espécie são atribuídas as propriedades diaforética, diurética, emenagoga e béquica. F. J. C. Aulete diz que a contra-erva conhecida no Brasil também recebe o nome de batatinha<sup>232</sup>.

J. P. F. S. Dias atesta a origem americana da contra-erva, incluindo-a entre as drogas vegetais americanas adquiridas pelas boticas lisboetas em meados do século XVIII<sup>233</sup>.

Outra denominação encontrada foi *caápiá*<sup>234</sup>. O próprio Serafim Leite, ao transcrever os locais onde os simples podiam ser encontrados, menciona outro sinônimo: diz que a “raiz de contra-erva, ou caapia, ou **pica de macaco**” era encontrada na Bahia (Tujupeba) e em Pernambuco<sup>235</sup>.

### 3.2. Cipós, cascas, pós e outras formas vegetais

Como foi anteriormente discutido, a inclusão desta divisão ocorreu de forma arbitrária, simplesmente a título de facilitar o estudo dos demais simples da *Triaga*. No documento transcrito por Serafim Leite (Apêndice II), entretanto, não há tal divisão. A separação das plantas nesta seção deve-se ao fato de que, na *Triaga*, há uma separação clara entre raízes, sementes e extratos. Outras plantas, discutidas a seguir, não são enquadradas em nenhuma das divisões supramencionadas.

<sup>229</sup> Frei J. M. da C. Veloso, *op. cit.*, p. 128.

<sup>230</sup> F. C. Hoehne, *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais*, p. 24.

<sup>231</sup> Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 104.

<sup>232</sup> “Batatinha”, in F. J. C. Aulete, *op. cit.*, vol. 1, p. 382. Embora o autor tenha mencionado o termo “batatinha” como sinônimo desta planta, é pouco provável que se trate da batata, já discutida anteriormente.

<sup>233</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 174, quadro 6.

<sup>234</sup> Joaquim Monteiro Caminhoá, *op. cit.*, p. 2239. O mesmo autor, à p. 266, diz que a “raiz de contra-herva” é sinônimo de caápiá.

<sup>235</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300 (grifo nosso).

## Cipó de cobras

O termo cipó de cobras parece ser um nome popular genérico para diversas espécies de plantas, dificultando a correta identificação. Poucos autores relacionaram este simples a uma planta identificada a nível genérico ou específico. S. Schvartsman foi um dos poucos. Afirma que a raiz-de-cobra ou cipó-cobra é a espécie *Jatropha elliptica* (Pohl) Muell. Arg. (família Euphorbiaceae). Possui, como outros membros da família, látex constituído de muitas substâncias tóxicas, podendo provocar violentas disenterias. Também é conhecida no Nordeste do Brasil, onde é endêmica, como pinhão-do-paraguai. O autor, entretanto, não cita os efeitos medicinais deste simples<sup>236</sup>.

A *Notícia breve dos lugares...* diz que o “sipó de cobras” podia ser encontrado “na quinta do Collegio da Bahia e no sertão”<sup>237</sup>. Esta indicação geográfica parece estar de acordo com a área de ocorrência da espécie *J. elliptica*, citada por S. Schvartsman.

## Canella da Índia

As canelas sempre foram um problema a nível identificatório. Os vários tipos (espécies) de canelas, mencionadas na literatura desde a Antigüidade Clássica, trazem alguns entraves de ordem taxonômica.

Dioscórides, por exemplo, já havia se referido à canela botanicamente conhecida hoje como *Cinnamomum cassia* Blume (canela-da-china, família Lauraceae), embora os árabes, conhecedores da proveniência desta espécie, ainda não tivessem como classificá-la de forma clara entre os vários tipos de canela existentes<sup>238</sup>.

Aceita-se atualmente que a canela-da-china tenha se originado nas terras do antigo Ceilão (modernamente, Sri Lanka). Desta forma, o nome *canela-da-Índia* parece ser um termo muito mais apropriado<sup>239</sup>.

---

<sup>236</sup> Samuel Schvartsman, *op. cit.*, p. 85. A família Euphorbiaceae é uma das maiores entre as dicotiledôneas, compreendendo cerca de 290 gêneros e mais de 7.500 espécies, distribuídas em todo o mundo, especialmente nos países tropicais (A. B. Joly, *op. cit.*, pp. 398-405).

<sup>237</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

<sup>238</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.* p. 64. Cf. Ana Maria Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 161, nota 259. Nesta nota, a autora explica que autores árabes medievais comentaram a confusa identificação da canela-da-china citada na *materia medica* de Dioscórides. Como a canela-da-china deve ter-se originado no Ceilão, seria improvável, portanto, que autores da Antigüidade conhecessem tal espécie. Ademais, admite-se que *Cinnamomum zeylanicum* Nees seria um tipo inferior à canela-da-china.

<sup>239</sup> Tim Low *et. al.*, *op. cit.*, p. 152, traz literalmente o verbete “canela-da-índia”.

Garcia da Orta afirmou que a origem da canela é asiática, e que muitos chamam a canela de “cinamomum” e “cassia”<sup>240</sup>. Analogamente, um contemporâneo seu, A. Macer, denomina a canela “cinnamo”, dizendo que há três espécies distintas, com a propriedade comum a todas de melhorar os “humores do estômago”<sup>241</sup>.

Revisões taxonômicas recentes identificaram a canela-da-Índia como sendo a espécie *Cinnamomum zeylanicum* Nees (família Lauraceae)<sup>242</sup>. Na literatura geral, porém, ainda há citações confusas, como a de E. R. Almeida, que associa a canela-da-china à espécie *Cinnamomum zeylanicum* Blume (e não *C. zeylanicum* Nees)<sup>243</sup>.

J. P. F. S. Dias, ao se referir a Curvo Semedo, diz que este autor considera o óleo de canela “útil para as palpitações do coração, só era verdadeiro se feito na Índia, na botica dos jesuítas ou por algum grande boticário”<sup>244</sup>.

De qualquer forma, os autores parecem entrar em consenso quanto às propriedades apresentadas pela canela. É considerada aromática, tônica, estimulante, carminativa, antiespasmódica, emenagoga e anti-séptica. Além disso, nos laboratórios farmacêuticos tem uso como conservante e aromatizante.

Não há qualquer indicação da procedência da canela na *Notícia breve dos lugares...* Fica, portanto, apenas a sugestão de que possivelmente este é mais um simples da *Triaga* já utilizado em triagas anteriores.

### Cravo do Maranhão

Tal como a canela, a ipecacuanha, o jaborandi e tantas outras plantas mencionadas neste e em outros trabalhos de escopo semelhante, o cravo apresenta alguns obstáculos à identificação específica precisa.

Poucas referências foram feitas ao “cravo do Maranhão”. J. A. A. Camargos associou este tipo de cravo a dois gêneros distintos da família Lauraceae: *Dicypelli-*

<sup>240</sup> Garcia da Orta, *Colóquios....*, pp. 54-5 (“De Canella”, Cap. XV), traz: “Antes canela he o q chamamos cassia lignia, e tudo he hua cousa, se não os escritores antigos viram estas drogas tam de lōge trazidas que nam puderam hauer perfeita noticia dellas”. Mais adiante, Orta afirma que “[...] nas terras onde nace a canela, e no Arabio e Persio, porq por estes nomes possamos vir em conhecimento da casia lignia, e do cinamomo [...] nã ha verdadeiro cinamomo ou verdadeira casia”.

<sup>241</sup> Aemilius Macer, *op. cit.*, p. 89 (“De cinnamo”). O autor escreve: “Cinnama tres species [?] habere [...] humores stomachi siccat [...]” (“Há três espécies de cinamomo [...] que secam os humores do estômago”).

<sup>242</sup> Edgard de Cerqueira Falcão, *op. cit.*, p. 29; Cid Aimbiré de Moraes Santos *et al.*, *op. cit.*, p. 58, diz que a espécie *Cinnamomum zeylanicum* Nees é denominada “canela do Ceilão”. Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 152, diz que esta espécie é conhecida, além de canela-do-ceilão, como caneleira e cinamomo.

<sup>243</sup> Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 116.

<sup>244</sup> Curvo Semedo, *Atalaia da vida*, p. 485, *apud* J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 152, nota 60.

*um* L. e *Caryophyllatum* L., fornecendo três sinônimos populares — pau-cravo, cravo da mata e canela-cravo<sup>245</sup>.

H. Garcia e A. Nascentes parecem dar respaldo à identificação feita por J. A. A. Camargos, além de fornecer mais nomes populares sinônimos. Afirmam que o craveiro-do-maranhão é uma “árvore laurácea (*Dicypellium caryophyllatum* Nees) [...] cuja madeira perfumada tem emprego em perfumaria e **farmácia**. Conhece-se igualmente por *caneleira-cravo*, *cravo-da-mata*, *cravo-do-mato*, *ibiraquinha*, *imiraquinha*, *licari-canali*, *louro-cheiroso*, *louro-cravo*, *muiiraquinha*, *muiiraquia*, *pau-cravo*, *pau-de-cápsico* e **cravo-do-Maranhão**”<sup>246</sup>.

F. J. C. Aulete afirma que o vocábulo tupinizado “ibiraquinha” é o mesmo que cravo-do-maranhão<sup>247</sup>. É importante não confundi-lo com duas outras plantas denominadas cravo: a tradicional especiaria denominada cravo-da-índia, utilizada até os dias de hoje tanto para fins medicinais quanto culinários, e o cravo ou cravina, planta ornamental muito estimada pelos floricultores<sup>248</sup>.

Não há qualquer referência quanto à origem geográfica, na transcrição da *Notícia breve dos lugares...* de Serafim Leite, do cravo do Maranhão. Se partirmos, entretanto, do próprio nome do simples, é de se imaginar que tenha sido levado do Nordeste brasileiro, ao Colégio dos Jesuítas na Bahia.

### Cascas de angelicas do Brazil

A *Triaga* cita literalmente “angelicas”. O plural, aqui colocado propositadamente, talvez faça menção a um fato que está discutido logo à frente: há várias plantas nacionais conhecidas pelo nome popular de *angélica*.

A espécie *Angelica archangelica* L., conhecida também como angélica-da-boêmia, angélica-dos-jardins e erva-do-espírito-santo (família Umbelliferae), é aperitiva, carminativa, digestiva e estomáquica. Suas cascas devem ser colhidas preferencialmente no verão. F. J. C. Aulete afirma que a angélica é “planta da família das

<sup>245</sup> J. A. A. Camargos, *op. cit.*, p. 289. Novamente, aqui, vê-se a confusão taxonômica acerca das canelas, conforme discutido anteriormente.

<sup>246</sup> “Craveiro-do-maranhão”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 2, p. 885 (grifo nosso).

<sup>247</sup> “Ibiraquinha”, in F. J. C. Aulete, *op. cit.*, vol. 2, p. 52.

<sup>248</sup> O cravo-da-índia é, para René Morgan, *op. cit.*, p. 130, a espécie *Eugenia caryophyllata* Thunb., da família Myrtaceae. A. B. Joly, *op. cit.*, p. 505, entretanto, afirma que o cravo ou craveiro-da-índia pertence ao gênero *Syzygium* L., da mesma família. O óleo de cravo é obtido a partir dos botões florais das espécies deste gênero de mirtácea. O cravo ou cravina pertence ao gênero *Dianthus* L., da família Caryophyllaceae (A. B. Joly, *op. cit.*, p. 272; cf. Cid A. M. Santos *et al.*, *op. cit.*, p. 79). Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 164, nota 276, e “craveiro (1)”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 2, p. 885.

Umbelíferas, estimada por suas propriedades medicinais, e pelo seu aroma (*Angelica archangelica* Lin.)”. O mesmo autor, entretanto, relata outra planta sob o epíteto de angélica: uma planta da família das liliáceas, de flor bastante odorífera e identificada como *Polyantes tuberosa* Lin.<sup>249</sup>

A espécie *Angelica silvestris* L., mais simples e menos perfumada que sua a-fim *archangelica*, é encontrada em estado espontâneo com muito mais freqüência. Por este motivo, é muito provável — se desconsiderarmos o envio, da Europa, de remessas de angélica-da-boêmia<sup>250</sup> — que as “cascas de angelicas do Brasil” a que se refere a *Triaga* pertencem a plantas de *Angelica silvestris*, e não de *Angelica archangelica*.

Curvo Semedo considerava a angélica um excelente fármaco, afirmando que a planta

se cria no sertão, ou **nos matos das terras da América** cujos frutos são tamanhos como uma ameixa pequena. É fama pública e constante que os pós deste fruto matam infalivelmente as lumbrigas, e tem admirável virtude para as febres malignas, como consta, pois se mandou uma pouca ao senhor rei D. Pedro II como grande contraveneno<sup>251</sup>.

J. P. F. S. Dias cita a raiz de angélica como uma das drogas vegetais da Baía do Mediterrâneo e Europa adquiridas pela Botica de Santo Antão em meados do século XVIII<sup>252</sup>.

Alguns autores afirmam que a raiz de angélica, quando deixada de molho em pouca água, é um bom antídoto<sup>253</sup>.

Diversamente, C. T. Rizzini cita a espécie *Dicorynia paraensis* Benth. (família Leguminosae) como angélica ou angélica-do-pará. Segundo ele, é espécie muito próxima de *Dicorynia guianensis* Amsch. (família Leguminosae), na região amazônica<sup>254</sup>.

---

<sup>249</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 100; Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 129; “angélica”, in F. J. C. Aulete, *op. cit.*, vol. 1, p. 204. Acerca da espécie *Polyantes tuberosa* L., não há indicações de que possa ser a angélica citada na *Triaga*.

<sup>250</sup> O manuscrito transcrito por Serafim Leite diz que as cascas de angélica são achadas em Pernambuco ou no sertão (Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299).

<sup>251</sup> Curvo Semedo, *Memorial de vários simplices que da Índia Oriental...*, p. 20 (grifo nosso).

<sup>252</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 173.

<sup>253</sup> Concordam com esta opinião Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 129 (“[...] a angélica afastava a peste [bubônica] e neutralizava o efeito dos venenos [...]” (grifo nosso)).

<sup>254</sup> C. T. Rizzini, *op. cit.*, p. 275.

### Casca de ibiraé

A literatura consultada acerca da identificação botânica das plantas da *Triaga* não nos forneceu quaisquer indicações desta planta. Portanto, não foi possível identificá-la. Igualmente, não houve tempo hábil para se pesquisar se o ibiraé desapareceu da flora nativa ou se não é mais reconhecido à luz da taxonomia atual.

A identificação botânica de materiais citados somente em literatura escrita oferece obstáculos ao botânico moderno. A este respeito, vale a pena conferir os comentários dos taxonomistas que trabalharam com as plantas e animais citados na obra de Frei Cristóvão de Lisboa, *Historia dos animaes, e arvores do Maranhão*<sup>255</sup>.

Entretanto, a pesquisa etimológica do radical “ibir-” encontrada em alguns dicionários de língua tupi apontou caminhos interessantes. C. M. S. Rondon e J. B. Faria indicam que o radical “ibira” significa “vara” em língua tupi<sup>256</sup>. Da mesma forma, C. Drumond, A. L. Barbosa e F. S. Bueno afirmam que os vocábulos “igbiraí”, “ybyraí” e “ybyrá” significam “vara”, “árvore”, “madeira” e “pau”<sup>257</sup>.

Curiosamente, o mesmo A. L. Barbosa afirma que “ybyraeê” é uma planta da família das sapotáceas, provavelmente uma corruptela de “ibirá-en” ou “imyrá-en”. Se seguirmos este caminho, temos a conhecida buranhém (*Pradosia lactescens* Radlk, família Sapotaceae), conhecida popularmente como ibiraém, imiraém, guaranhém, gurá-en, ivuranhê, monésia, casca-doce, miica e pau-de-remo. Sua casca é reportada como sendo tônica, adstringente e hemostática, útil no tratamento das diarreias atônicas e nas infecções dos intestinos. Esta espécie é amplamente cultivada em Alagoas, Minas Gerais e São Paulo<sup>258</sup>.

<sup>255</sup> Especialmente em relação à flora, várias são as plantas da referida obra sem identificação botânica atual, por falta de material suficiente para a correta identificação. Cf. também M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, p. 42. Analogamente, J. P. F. S. Dias cita, ao transcrever e identificar plantas medicinais da Serra de Sintra em 1758, várias plantas cuja identificação não foi possível, tais como “rezeulla”, “garra de liam”, “lavassa”, “sitina”, “roca marinha”, “canis pitis” etc. (J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 601 *et seq.*)

<sup>256</sup> C. M. S. Rondon & J. B. Faria, *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato-Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil*, vol. I, p. 73.

<sup>257</sup> “Vara”, in C. Drumond, *Vocabulário na língua brasileira*, vol. 2, p. 141; “Ybyrá, ybyraí”, in A. L. Barbosa, *Pequeno vocabulário português-tupi*, p. 207; “ibira”, in F. da S. Bueno, *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*, vol. 4, p. 1832.

<sup>258</sup> “Ybyraeê”, in A. L. Barbosa, *Pequeno vocabulário tupi-português*, p. 162. Cf. A. B. Joly, *op. cit.*, p. 546-8.

F. J. C. Aulete apresenta uma indicação botânica relativa à “ibira”, sem que esta, entretanto, pareça ser uma solução ao ibiraé: “arbusto anonáceo das regiões equatoriais do Brasil (*Xylopiya frutescens*), também chamado imbirá e pindaíba”<sup>259</sup>.

As cascas de ibiraé podiam ser encontradas “no Camamu e sertões da Bahia”<sup>260</sup>. Estas informações, embora não tenham ajudado diretamente na identificação deste simples, parecem estar em conformidade com as indicações geográficas propostas acima para a sapotácea *Pradosia lactescens*.

### Flor de noz moscada

A moscadeira é a espécie *Myristica fragrans* Houtl. (família Myristicaceae)<sup>261</sup>. É uma planta conhecida dos antigos, cuja origem é provavelmente a Índia. Atua principalmente como carminativa, digestiva, tônica cardíaca, além de perfumar o hálito<sup>262</sup>. Esta espécie já aparece representada no Codex Fuchs, do século XVI<sup>263</sup>. J. P. F. S. Dias cita o óleo de noz-moscada como um dos simples constantes do medicamentos químico-galênicos adquiridos pela Botica de Santo Antão entre 1749 e 1750<sup>264</sup>.

Não é nativa da flora brasileira. A. B. Joly afirma que a noz-moscada é um condimento originário das Ilhas Molucas, muito cultivado no Brasil<sup>265</sup>.

S. Schvartsman afirma que a noz-moscada produz a miristicina, substância que em doses elevadas produz alucinações e intoxicação<sup>266</sup>.

A transcrição da *Noticia breve dos lugares...* não fornece quaisquer indicações acerca de onde a noz moscada era obtida para a confecção da *Triaga*.

### Assafrão em pó

O açafraão (*Crocus sativus* L., família Iridaceae), é reputado como sendo uma das plantas aromáticas antigas de emprego bastante diversificado: além de suas

---

<sup>259</sup> “Ibira”, in F. J. C. Aulete, *op. cit.*, vol. 2, p. 52. Acerca da pindaíba, vide discussão deste simples neste capítulo.

<sup>260</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299.

<sup>261</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 64.

<sup>262</sup> A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 172, nota 317.

<sup>263</sup> No referido códice, fl. 11122, p. 211; H. Walter Lack, *op. cit.*, p. 38. Neste códice, a moscadeira aparece como “arbor nvcis moschatae”.

<sup>264</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 172.

<sup>265</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, pp. 288-90.

<sup>266</sup> Samuel Schvartsman, *op. cit.*, p. 33.

propriedades corantes e degustativas, também teria uso nos casos de problemas gástricos e hepáticos<sup>267</sup>.

O açafração é emenagogo, estimulante e eupéptico<sup>268</sup>. O herbário de Fuchs apresenta o açafração como sendo uma planta diurética<sup>269</sup>.

Embora *C. sativus* seja geralmente citada como a espécie-tipo do açafração verdadeiro, Langsdorff afirma que é apenas uma das espécies pertencentes a esta planta<sup>270</sup>. Com efeito, A. B. Joly afirma que “das flores de **uma** espécie do gênero *Crocus* obtemos o açafração do comércio”. Não é planta nativa da flora brasileira, podendo ter sido originada em regiões não muito definidas da Ásia Menor, no atual Oriente Médio<sup>271</sup>.

Há, entretanto, uma espécie, *Curcuma longa* L. (família Zingiberaceae), conhecida como açafração-da-terra, açafroeiro-da-índia, curcuma ou gengibre-dourado que não é aparentada de *C. sativus*<sup>272</sup>.

Ambas as espécies parecem ter sido utilizadas em receitas antigas. Orta refere-se ao açafração, dizendo que

[...] açafram chamado na India, açafra da terra, e he meezinha vsada dos fisicos desta terra, e prouaste q escreue della Auiçena, e os outros Arabios [...]<sup>273</sup>

Serafim Leite não dá qualquer indicação acerca de onde o “assafrão em pó” era obtido para a confecção da *Triaga*, embora se saiba que o açafração é cultivado no Brasil desde os tempos coloniais.

### **Erva cáacica, ou erva de sangue**

Embora na *Notícia breve dos lugares...*, a “erva **caacicá**” e a “erva **do sangue**” apareçam separadamente, na *Triaga* as duas plantas são tratadas como sinônimas. Ambas são associadas ao Colégio dos Jesuítas na Bahia<sup>274</sup>.

<sup>267</sup> A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, pp. 160-1, nota 255.

<sup>268</sup> René Morgan, *op. cit.*, p. 30.

<sup>269</sup> Leonhart Fuchs, *op. cit.*, cap. CLXVII.

<sup>270</sup> Danuzio Gil Bernardino da Silva, *op. cit.*, vol. 3, p. 285: “com esse mesmo nome existem muitas outras plantas, todas servindo como matéria tintorial, mas a verdadeira e principal é esta [...] de que tratamos aqui”.

<sup>271</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 674 (grifo nosso).

<sup>272</sup> Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 104, afirmam que “[...] os trajes cor de açafração dos monges budistas e a maior parte do arroz com açafração da cozinha indiana devem sua coloração ao açafração-da-terra (*Curcuma longa*) e não ao açafração verdadeiro (*Crocus sativus*)”. A açafroa ou açafração-bastardo (*Carthamus tinctorius* L., família Asteraceae) também não tem parentesco com as espécies citadas no texto (*idem*, p. 105).

E. R. Almeida cita, para cáa-cica, duas espécies de famílias distintas: *Euphorbia pilulifera* L. (família Euphorbiaceae) e *Chenopodium ambrosioides* L. (família Chenopodiaceae), esta última também conhecida como mastruço. O mastruço pode ser empregado como vermífugo, porém também apresenta propriedades antiespasmódicas e digestivas, além de ser emenagogo e tônico. Afirma que esta planta possui, ainda, dois outros nomes vulgares: erva-andorinha e caá-tiá<sup>275</sup>.

Outros autores parecem confirmar os dados deste autor em relação à erva “cáácica” ser a espécie de quenopodiácea e não a de euforbiácea. A. B. Joly, ao referir-se à família Chenopodiaceae (“[...] compreende esta família mais de 100 gêneros, de larga distribuição em todo o mundo, sendo entretanto mal representada na flora brasileira”), diz que “no sul do Brasil, destacam-se espécies ruderais, introduzidas, do gênero *Chenopodium*. Uma espécie [...] a erva-de-santa-maria, é utilizada como anti-helmíntico”<sup>276</sup>. T. Low e colaboradores também chamam a espécie *C. ambrosioides* L. de erva-de-santa-maria, associando-a a vários outros nomes vulgares: ambrósia, ambrósia-do-méxico, caacica, chá-do-méxico, erva-das-cobras, erva-santa, menstrução e uzaidela. Atribuem-na propriedades antiespasmódicas, digestivas, tônicas, estomáquicas e vermífugas. Afirmam, também, que os jesuítas importaram do México, no século XVII, a erva-de-santa-maria para cultivá-la como sucedâneo do chá. A origem desta planta pode ter sido a região temperada da Europa meridional<sup>277</sup>.

### 3.3. Sementes

A semente é, entre as plantas superiores, a estrutura que se desenvolve a partir da fecundação do óvulo, e cuja função básica é a da nutrição do embrião. É notável a presença de vários compostos diversificados neste órgão, entre eles compostos nutritivos, alcalóides, pigmentos, óleos e outras substâncias. Tais substâncias podem ser obtidas por maceração, pulverização e outros processos de extração.

<sup>273</sup> Garcia da Orta, *Colóquios...*, p. 239.

<sup>274</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299 (grifo nosso). Note que a grafia das plantas também é diferente daquela da transcrição da *Triaga*: “erva caacica” (ao invés de “erva cáácica”) e “erva do sangue” (ao invés de “erva de sangue”).

<sup>275</sup> Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, pp. 172 e 252.

<sup>276</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, pp. 272-4.

<sup>277</sup> J. M. L. Piñero *et al.*, *op. cit.*, p. 220. Ainda hoje, muitas pessoas no México preferem a erva-de-santa-maria ao chá verdadeiro, utilizando-a com menta ou quina. Além do mais, diz-se que esta planta “[...] está muito bem aclimatada em quase todo o Brasil” (*Tim Low et al.*, *op. cit.*, p. 195).

Alguns óleos, como o de rícino, extraído da mamona, tornaram-se remédios bastante difundidos no passado<sup>278</sup>.

Muitas famílias de plantas apresentam sementes de valor nutritivo apreciado, como as leguminosas, as gramíneas, as compostas e as umbelíferas — destas famílias temos, respectivamente, o feijão e a soja, o arroz, o girassol e a erva-doce<sup>279</sup>.

A *Triaga* traz sete sementes em sua receita, discutidas a seguir.

## Cidra

A cidra, identificada como *Citrus medica* L. (Rutaceae) e também denominada popularmente laranja-turanja ou toranja, pertence ao mesmo gênero da laranja, do limão, da lima-da-pérsia e da tangerina<sup>280</sup>. Como outros representantes dos gêneros *Citrus* L. e *Ruta* L., a cidra provavelmente se originou da Ásia ocidental, nas regiões mais quentes. A cidra é uma das muitas espécies de rutáceas cultivadas no Brasil<sup>281</sup>.

As cidras parecem ter se aclimatado muito bem nas terras americanas. A este respeito, G. S. Sousa dá um relato interessante acerca das cidreiras cultivadas no Brasil:

[...] se plantam de estaca, mas de pevide se dão melhor, porque dão fruto ao segundo ano; e as cidras são grandíssimas e saborosas, as quais fazem muita vantagem às de Portugal, assim no grandor como no sabor; e faz-se delas muita conserva. Algumas têm o amargo doce, outras azêdo, e em todo o ano as cidreiras estão de vez para dar fruto, porque têm cidras maduras, verdes, outras pequenas e muita flor [...]<sup>282</sup>

<sup>278</sup> “Semente”, in J. L. Soares, *Dicionário etimológico e circunstanciado de Biologia*, p. 429. As plantas superiores também são denominadas espermatófitas ou fanerógamas, e incluem as gimnospermas (que não possuem fruto) e as angiospermas (que possuem fruto).

<sup>279</sup> As leguminosas compreendem uma das maiores famílias das angiospermas, e seus representantes são muito bem representados nas regiões de clima quente. Cultivam-se no Brasil grandes culturas de leguminosas, como os citados feijão e soja, além de amendoim, fava, ervilha, lentilha, grão-de-bico, entre outras. As gramíneas são, igualmente, uma grande família de dispersão pantropical, embora as espécies aproveitadas economicamente como alimento prefiram regiões mais frias: arroz, cevada, trigo, aveia, centeio e outros cereais, além do milho. As compostas são bastante conhecidas pela diversidade de flores ornamentais, como as margaridas, os crisântemos, as centáureas etc. As umbelíferas constituem uma família com raízes comestíveis, como a cenoura, e folhas e sementes de valor alimentício e medicinal, como a erva-doce, o funcho e o cominho (A. B. Joly, *op. cit.*, pp. 354-71, 524-33, 622-37 e 698-703)

<sup>280</sup> M. A. da Câmara, *Memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos...*, apud M. E. B. Prestes, *op. cit.*, p. 179, nota (k). A cidra também é muitas vezes identificada como *Citrus cedra* Gall. Cf. “laranja-turanja”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 3, p. 2102.

<sup>281</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 407. O autor afirma que a família Rutaceae compreende mais de 150 gêneros, distribuídos nas regiões tropicais e subtropicais de todo o mundo.

<sup>282</sup> G. S. Sousa, *op. cit.*, p. 167.

J. P. F. S. Dias cita o espírito de cidra, a essência de cidra e o óleo de cascas de cidra como medicamentos químico-galênicos adquiridos pela Botica de Santo Antão entre 1749 e 1750<sup>283</sup>.

Serafim Leite não fornece qualquer indicação acerca dos lugares de onde as sementes de cidra eram obtidas. Popularmente, a cidra e demais espécies do gênero *Citrus* L. são consideradas antiescorbúticas, antiespasmódicas, aperitivas, anti-hemorrágicas, colagogas, digestivas, antitérmicas, tônicas e vermífugas<sup>284</sup>.

### Erva doce

O anis ou erva-doce (*Pimpinella anisum* L., família Umbelliferae) é o conhecido *anison* de Dioscórides, o *anisum* de Plínio e o *anysum* dos árabes. Não é um simples nativo da flora brasileira. A erva doce é planta utilizada desde a Antigüidade e provavelmente originária de regiões mediterrâneas orientais e do sudoeste asiático<sup>285</sup>.

Aparece em herbários antigos, como o de L. Fuchs, sendo invariavelmente associada a propriedades carminativas, e como coadjuvante no tratamento de afecções intestinais e estomacais<sup>286</sup>.

Alguns autores de livros de taxonomia atuais preferem referir-se a ela exclusivamente como anis ou pimpinela, para que não seja confundida com outra planta igualmente conhecida por erva-doce, o funcho<sup>287</sup>.

Serafim Leite não fornece quaisquer indicações acerca dos lugares de onde a erva doce era obtida.

### Cominhos

Seus grãos são confundidos com os de outros temperos da mesma família, particularmente o funcho (*Foeniculum vulgare* (Mill.) Gaertn.) e a alcaravia (*Carum*

<sup>283</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 172.

<sup>284</sup> Tim Low *et al.*, *op. cit.*, pp. 344-5.

<sup>285</sup> René Morgan, *op. cit.*, p. 46. A erva doce é cultivada como uma erva para condimentos e princípios medicinais em muitas regiões temperadas e de clima ameno, no mundo inteiro (Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 196).

<sup>286</sup> Leonhart Fuchs, *op. cit.*, cap. XIX.

<sup>287</sup> O funcho é da mesma família do anis (Umbelliferae), porém é da espécie *Foeniculum vulgare* L. (F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 101); o funcho será discutido mais adiante neste capítulo. Di Stasi, *Plantas medicinais: arte e ciência*, p. 173, afirma que "existem algumas drogas vegetais que normalmente são substituídas umas pelas outras, como o anis, *Pimpinella anisum* L., que, na prática, muitas vezes, é substituído pelo funcho, *Foeniculum vulgare* L., com princípios ativos muito parecidos".

*carvi* L.)<sup>288</sup>. O seu aroma é intenso e seu gosto acre é levemente amargo. É considerado bom auxiliar no combate aos gases intestinais, além de aumentar a transpiração e estimular a produção do leite materno nas lactentes<sup>289</sup>.

Os cominhos vêm sendo utilizados há muito tempo: parece que os egípcios usavam cominhos como pimenta e colocavam seus frutos dentro das tumbas. Na Idade Média, o cominho era considerado como um tempero aristocrático, utilizado para temperar as aves a fim de facilitar a digestão. Faz parte, ainda, da composição do curry. É provável que tenha sido levado para a Europa pelos árabes, que pareciam atribuir-lhe poderes afrodisíacos<sup>290</sup>.

A. B. Joly afirma, entretanto, que o cominho e o funcho pertencem ao mesmo gênero (*Foeniculum* L.), sendo plantas cultivadas bastante importantes na culinária brasileira<sup>291</sup>. De qualquer forma, o cominho é um simples não nativo da flora brasileira. Não há indicações de onde os cominhos eram obtidos para a confecção da *Trianga*<sup>292</sup>.

### Salsa da horta

A salsa é, tal como tantas outras espécies dos mais de 300 gêneros da família das umbelíferas, uma planta largamente empregada para fins medicinais ou culinários. Provavelmente é nativa da Europa e do oeste asiático, de onde disseminou-se para várias regiões tropicais do mundo<sup>293</sup>.

É possível que várias espécies do gênero *Petroselinum* L. sejam popularmente identificadas como salsa. Duas espécies, porém, são reconhecidas botanicamen-

<sup>288</sup> Note que várias plantas da família das umbelíferas são confundidas umas com as outras. De fato, a parte aérea de vários gêneros é muito semelhante, trazendo, ao público leigo, confusão acerca da identificação botânica.

<sup>289</sup> C. A. M. Santos *et al.*, *op. cit.*, p. 75.

<sup>290</sup> Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 342, afirmam que o cominho é uma das “quatro sementes quentes” dos Antigos. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 172, nota 318, discute os diversos “tipos” de cominhos, afirmando que “[...] a **maioria das espécies** de cominhos seriam provenientes da Pérsia e da Índia” (grifo nosso).

<sup>291</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 528.

<sup>292</sup> As “contas correntes e facturas” do Colégio do Pará, em 1699, apontam dados interessantes sobre a aquisição de ingredientes para a confecção de remédios e outros preparados. Suas “Dívidas” apontam, entre outros itens, “[...] 8 libras de **cominhos**, \$800; ½ libra de canella, \$850; 3 libras de erva doce, \$240; 2 libras de incenso, \$560; permeios de camândulas e verônicas, 7\$200” (Serafim Leite, *História*, Tomo IV, Apêndice E, pp. 381-84, grifo nosso). A libra, unidade de medida de massa e volume ainda hoje utilizada, nos séculos XVII e XVIII equivalia a aproximadamente 469 gramas (Danzio Gil Bernardino da Silva, *op. cit.*, vol. 1, p. 287).

<sup>293</sup> Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 287.

te: *P. sativum* L. e *P. crispum* (Mill.) Nyman. Várias subespécies podem ter-se originado destas duas espécies<sup>294</sup>.

A espécie *P. crispum* não é recomendada para mulheres grávidas, pois possui um composto orgânico de propriedades abortivas, o apiol (altera o sistema hormonal feminino, especialmente o estradiol).

G. S. Sousa diz que “a salsa se dá muito formosa, e se no verão tem conta com ela, deitando-lhe uma pouca de água, nunca se seca, mas não dá semente, nem espiga”<sup>295</sup>.

No Brasil, é comum chamar a salsa de cheiro ou cheiro-verde. Entra na composição de vários pratos da culinária brasileira, além de ser considerada carminativa e diurética. Não há indicações de onde a salsa era obtida para a confecção da *Triaga*.

### **Pindaíba**

A pindaíba é uma árvore nativa do Brasil, provavelmente das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Ocorre principalmente nas florestas de altitude e na mata pluvial atlântica, assim como outros representantes da mesma família. Pode atingir até 20 metros de altura, ocorrendo de forma espontânea em regiões de solos bem drenados. É da família Annonaceae, sendo parente dos araticuns, da pinha, do biribá, da graviola e da pimenta-de-macaco. É identificada botanicamente como *Duquetia lanceolata* St. Hil.<sup>296</sup>

Entretanto, sob o mesmo nome de pindaíba são conhecidos, no Brasil, espécies bastante diversas de anonáceas. Várias outras plantas brasileiras da mesma família são popularmente denominadas como pindaíbas. J. A. A. Carmargos cita as espécies *Xylopiya brasiliensis* Spreng., *X. emarginata* Mart. e *X. sericea* A. St. Hil. como sinônimos de pindaubuna, pindaíba-vermelha, pindaíba-reta, pindaíba-dobrejo, pindaíba-d'água, pau-de-embira, pimenta-do-mato e pau-de-anzol. Sugere, ainda, duas outras espécies da família Styracaceae, *Styrax ferrugineum* Nees &

---

<sup>294</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 101. Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 287, afirmam que “a salsa familiar aos brasileiros é a variedade que tem folhas recortadas (*Petroselinum sativum*). A salsa de folha reta, preferida na Europa, difere quanto à aparência e ao gosto. Os europeus também cultivam outros tipos de salsa” (grifo nosso). Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 158, nota 241: “[...] alguns dos estudiosos árabes teriam comparado [as sementes de aipo] ao que modernamente consideramos ser a **salsinha** ou ***Petroselinum crispum***” (grifo nosso).

<sup>295</sup> G. S. Sousa, *op. cit.*, p. 170.

<sup>296</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, pp. 286-7.

Mart. e *S. pohlii* A. DC., como sinônimos de benjoeiro, limoeiro-do-mato, estoraqueiro, árvore-de-bálsamo e pindaíba<sup>297</sup>.

As propriedades terapêuticas da pindaíba parecem ter caído em esquecimento, porém suas folhas e sementes já foram consideradas expectorantes e anti-sépticas. A. B. Joly, ao referir-se à família da pindaíba, afirma que “afora as espécies que produzem frutos comestíveis e que são objeto de comércio, [a família Annonaceae] não tem outra importância econômica”<sup>298</sup>.

De acordo com Serafim Leite, as sementes de pindaíba podiam ser encontradas “na Aldeya do Spirito Santo e no sertão”<sup>299</sup>.

### Nhambuz

À luz da taxonomia atual, nenhuma espécie foi identificada sob o epíteto de “nhambuz”. A literatura consultada, entretanto, forneceu duas indicações distintas para este simples, comentado a seguir.

C. Lisboa cita a planta “yuambu/inambou/inhambu” como sendo uma espécie do gênero *Gomphrena* L. (família Amaranthaceae), utilizada em fins do século XVIII no tratamento de colites, enterites, como tônica e antifebril<sup>300</sup>. Pelos termos indígenas sugeridos acima, é possível que haja representantes desta família que sejam identificados ao “nhambuz” citado na *Triaga*.

L. C. Tibiriçá cita as variações “nhamby/nhambi/nhambü” (daí, portanto, nhambu) como tipos de ervas picantes e medicinais da família Compositae (Asteraceae), na região do Pará<sup>301</sup>. G. S. Sousa afirmou que “há uma erva que se chama nhambi, que se parece na folha com coentro, e queima como mastruços, a qual os comem índios e os mestiços crua, e temperam as panelas dos seus manjares com ela [...]”<sup>302</sup>.

---

<sup>297</sup> J. A. A. Camargos, *op. cit.*, pp. 214-6. Presume-se que a origem da expressão “*estar na pindaíba*” esteja, talvez, ligada ao fato da polpa da fruta ser muito fina e sem substância: diz-se que uma pessoa “*está na pindaíba*” quando se encontra tão sem recursos que não tem outra alternativa senão alimentar-se dos frutos da pindaíba, mesmo sabendo que esta lhe oferecerá pouco alimento. Vide também A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 167, nota 290.

<sup>298</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 287. Cf. Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 239.

<sup>299</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

<sup>300</sup> Frei Cristóvão de Lisboa, *op. cit.*, pp. 234-5.

<sup>301</sup> Luís Caldas Tibiriçá, *op. cit.*, p. 78.

<sup>302</sup> G. S. Sousa, *op. cit.*, p. 200.

Este termo, entretanto, não deve ser confundido com o “nhambu-guaçu” citado por G. Piso como sendo a mamona (*Ricinus Americanus*)<sup>303</sup>.

Na *Notícia breve dos lugares...*, Serafim Leite diz que a semente de “**neambus**” era encontrada no Colégio da Bahia e no sertão<sup>304</sup>. Note-se que a grafia empregada aqui difere daquela da própria *Triaga*.

### Urucu secco em torciscos

De modo geral, os torciscos podem ser definidos como formas farmacêuticas obtidas através da mistura de vários pós. Estes pós eram reduzidos, então, a uma pasta rígida no almofariz. A esta massa eram acrescentados sumos ou mucilagens e a massa era, posteriormente, cortada em pequenas pastilhas, de formas variadas<sup>305</sup>.

O urucu, urucú ou urucum é citado entre os autores consultados como a espécie *Bixa orellana* L., família Bixaceae. No Nordeste, também é conhecido como açafraeiro ou açafroa<sup>306</sup>.

G. Piso e G. Marcgrave fizeram referências a esta planta, citando-a como “ouroucu” e “urucú”<sup>307</sup>. G. Piso, em particular, mencionou que o urucum era cultivado, em fins do século XVII, pelos índios para ser vendido aos portugueses, que da planta obtinham lucro excepcional a partir da tintura vulgarmente conhecida como “orellana” entre os espanhóis<sup>308</sup>. C. Lisboa afirma ser o urucum uma planta muito estimada e utilizada pelas populações autóctones da América do Sul, muito antes da chegada dos colonizadores<sup>309</sup>.

<sup>303</sup> *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, vol. 2, p. 101. A referência feita a G. Piso, nesta passagem, é a da página 180 de sua *História Natural das Coisas do Brasil*, onde a mamona é descrita como “Nnhambv-Gvaçv” ou “Ricinvs Americana”, conhecida em Portugal como figueira-do-inferno. Cf. M. L. L. Rodrigues, *op. cit.*, p. 52.

<sup>304</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300 (grifo nosso).

<sup>305</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, pp. 447-8. Os trociscos aparecem em várias obras, incluindo a *Pharmacopea Lusitana*, de 1704, junto a electuários, purgantes, opiatos, águas cordiais e pós magistrais (*Ibid.*, p. 114). Serafim Leite, ao transcrever a *Triaga Brasilica* da *Collecção de Receitas*, traz vários exemplos de torciscos: “Trociscos de estancar sangue. Do Curvo [Semedo]”, “Trociscos de Fiorabanto. Do Curvo [Semedo]”, “Trociscos de jararacas”, “Trociscos de Fiorabanto. Da Botica do Collegio de Macáo” etc. (Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 291). Cf. A. J. Andrade Gouveia, *op. cit.*, p. 51.

<sup>306</sup> José Arlete Alves Camargos, org., *op. cit.*, p. 231. Cf. Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 333.

<sup>307</sup> G. Piso, *História natural e médica da Índia Ocidental*, cap. XIV, p. 133; G. Marcgrave, *op. cit.*, p. 61. Piso escreve: “Lusitanis vulgo Orellana dictant [...] Clusius Bixam Americanam [...] Oviedi et Fr. Ximenes [...] accurate describit sub nomine Achioté” (“Entre os portugueses, é conhecido como orellana [...] para Clúcio, é Bixa Americana [...] Oviedo e Fr. Ximenes descreveram com acuidade sob o nome de Achioté”).

<sup>308</sup> G. Piso, *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, pp. 302-5.

<sup>309</sup> Frei Cristóvão de Lisboa, *op. cit.*, pp. 278-81.

F. A. Sampaio diz que o “ourucú” também pode ser denominado açafão (esta denominação, entretanto, pode esbarrar em confusões taxonômicas, pois o açafão, tal como é conhecido botanicamente há muito tempo, é a espécie *Crocus sativus* L., família Iridaceae). Afirma que somente as frutas ou bagos, chamados ourucú, têm virtudes medicinais, os quais são utilizados para tratar hemorragias e para “engrossar” o sangue. Seus princípios ativos, que incluem carotenóides e flavonóides, conferem a este simples propriedades antiespasmódicas e hipotensoras<sup>310</sup>.

As qualidades do urucum, além das medicinais, são bem conhecidas dos índios brasileiros. A. R. Ferreira diz que o *urucú*

[...] distingue-se em duas qualidades, que são o encarnado e amarelo. [...] Quasi todo o gentio se pinta com a bella gala da sua cor<sup>311</sup>.

Os primeiros europeus nas Novas Terras depararam-se com hábitos indígenas bastante divergentes daqueles encontrados em seus países de origem. Entre estes hábitos chamou a atenção o costume de pintar o corpo com substâncias de origem vegetal, entre as quais destacavam-se o urucum, cujas sementes forneciam um suco de coloração avermelhada, e o genipapo, de cuja fruta se extraía um suco de coloração negra azulada<sup>312</sup>.

Serafim Leite diz que a “semente ourucú” podia ser encontrada “na Aldeya do Spirito Santo, Capivaras e sertão”<sup>313</sup>.

### 3.4. Extratos

Sob o termo extrato conhecem-se vários significados em português. Do ponto de vista da farmácia e da química, entretanto, os extratos podem ser definidos como produtos oriundos do tratamento de substâncias animais ou vegetais através de um solvente apropriado, como água ou álcool, por exemplo, e submetendo-se os excipientes empregados à evaporação até que se chegue a uma consistência pastosa. Muitas vezes, os extratos adquirem a consistência de xarope ou goma mole. Embora

---

<sup>310</sup> Francisco Antonio de Sampaio, *op. cit.*, p. 29. O autor literalmente diz que o “ourucú” serve para “incrassar os liquidos”. Cf. C. A. M. Santos *et al.*, *op. cit.*, p. 149.

<sup>311</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, p. 734.

<sup>312</sup> J. M. L. Piñero *et al.*, *op. cit.*, p. 46. Os autores confirmam a identificação do urucum como sendo *Bixa orellana* L.; o genipapo é a espécie *Genipa americana* L.

<sup>313</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 300.

se assemelhem às tinturas, que também são métodos extrativos, os extratos não devem ser confundidos com elas, pois, nestas, o solvente não é evaporado<sup>314</sup>.

Os métodos de extração vêm sendo empregados desde a Antigüidade. As triagas magistras invariavelmente empregavam extratos variados, sendo que o de ópio era um dos mais conhecidos. Talvez não por acaso, o primeiro extrato citado na *Triaga Brasílica* é justamente este.

A receita cita quatro extratos, discutidos a seguir.

## Ópio

Orta refere-se ao ópio como uma substância que torna os homens impotentes, e afirma que o mais usado é o de Cambaia, feito de sementes de dormideiras brancas<sup>315</sup>.

Muitas substâncias com grande atividade farmacológica podem ser extraídas de uma planta chamada *Papaver somniferum* L. (família Papaveraceae), conhecida popularmente com o nome de papoula do oriente<sup>316</sup>. Ao se fazer cortes na cápsula da papoula, quando ainda verde, obtém-se um suco leitoso, o ópio<sup>317</sup>.

Quando seco, este suco passa a se chamar pó de ópio. Nele existem várias substâncias com grande atividade. A mais conhecida é a morfina, droga opiácea conhecida como depressora do sistema nervoso central, embora a codeína, menos conhecida, atue especificamente como depressora dos acessos de tosse (antitussígena). Além de deprimir os centros da dor, da tosse e da vigília (o que causa sono), todas estas drogas, em doses um pouco maior que a terapêutica, acabam também por deprimir outras regiões do nosso cérebro<sup>318</sup>.

<sup>314</sup> “Extrato”, in H. de Garcia & A. Nascentes, orgs., *op. cit.*, vol. 2, p. 1521. As tinturas podem ser definidas como a “solução de uma ou muitas substâncias químicas mais ou menos coloridas [...] água, álcool ou éter carregado, por maceração ou lixiviação, dos princípios de uma ou várias substâncias vegetais, animais ou minerais” (*ibid.*, vol. 5, p. 3574).

<sup>315</sup> Garcia da Orta, *Colóquios...*, p. 246: “Ho opio se chama na india amsiam faz os homes inpotentes, e por outra maneira aproueita pera dilatar o jogo de venus ho melhor he o do cairo (que he o tebaico) e o mais vsado he o de Cambaia [...] façe de semente de domideiras brancas [...]”. J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 601, ao transcrever as plantas medicinais na Serra de Sintra, em 1758, afirma que as “dormideyras” são identificadas como *Papaver somniferum* L. Entretanto, o ópio também pode ser considerado como o látex da dormideira negra (A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 162, nota 261).

<sup>316</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 344, afirma que as papaveráceas não têm sequer um só gênero nativo no Brasil.

<sup>317</sup> A palavra ópio, em grego, significa “suco”.

<sup>318</sup> As regiões citadas do cérebro incluem, por exemplo, as que controlam a respiração, os batimentos do coração e a pressão do sangue. A morfina é um poderoso alcalóide, considerado um dos mais potentes analgésicos opióides (L. C. Di Stasi, *Plantas medicinais: arte e ciência*, p. 116).

O conhecido e antigo pó de ópio é considerado anti-diarréico e analgésico. Seu uso em triagas é tão antigo, talvez, quanto as próprias triagas. O ópio também pode ser terapeuticamente utilizado em tinturas e em tinturas alcoólicas<sup>319</sup>.

### Alcaçuz

O alcaçuz é identificado atualmente como *Glycyrrhiza glabra* L. (família Leguminosae) e recebe vários nomes populares, como alcaçuz-doce, alcaçuz-glabro, madeira-doce e raiz-doce<sup>320</sup>.

Originário da Europa mediterrânea, nas planícies e planaltos até mil metros de altitude, suas primeiras aparições na literatura remontam ao Antigo Egito. Os povos da Antigüidade chamavam-no de raiz-doce. Suas propriedades medicinais parecem ser bem amplas: expectorante, béquico, empregado no tratamento de distúrbios respiratórios, digestivo, antiespasmódico, depurativo, diurético, emoliente, refrescante e tônico<sup>321</sup>. Garcia da Orta alerta para não chamar o alcaçuz de asa fétida<sup>322</sup>.

L. Ribeiro apenas afirma que o alcaçuz é “bem conhecido” e encontrado principalmente em Minas Gerais<sup>323</sup>.

No Brasil, utiliza-se o alcaçuz-da-terra (*Periandra dulcis* L., família Leguminosae) como sucedâneo do alcaçuz verdadeiro<sup>324</sup>.

Serafim Leite afirma que os catarros, tratados no Brasil durante o século XVIII e início do XIX com suadouros e xaropes, podiam ser curados de maneira mais eficaz com o uso da raiz do alcaçuz<sup>325</sup>.

---

<sup>319</sup> Até hoje se utiliza um remédio, denominado “elixir paregórico”, à base de tintura alcoólica de ópio, para tratamento de gastrites.

<sup>320</sup> A etimologia da palavra sugere a denominações “-doce” em português: do grego, temos *glucés*, *glucós*, doce, e *rhidzós*, raiz (Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 111).

<sup>321</sup> *Ibid.*, p. 111. Os autores mencionam que “A raiz e o rizoma (colhido no outono a partir do terceiro ano) devem ser secos ao sol”.

<sup>322</sup> Garcia da Orta, *Colóquios...*, p. 240: “Asa foetida de quantas maneira seia, e asa doce nã he alcaçus e serue nesta terra pera temperar os comeras e he hu çibo muyto medicinal nestas partes”.

<sup>323</sup> L. Ribeiro, *op. cit.*, p. 191.

<sup>324</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 74.

<sup>325</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 96, nota 1. O autor diz que “para os casos agudos [de catarro] tinha eficácia a raiz do alcaçuz, em particular o bravo ou silvestre”. Cf. com o “alcassús do Brazil” de Joaquim Monteiro Caminhoá, *op. cit.*, p. 270.

## Angelica

A angélica (*Angelica sylvestris* L.<sup>326</sup>, *Archangelica officinalis* L.<sup>327</sup>, família Umbelliferae) é aperitiva, tônica e diurética. Alguns autores admoestam sobre a confusão que pode haver entre a angélica verdadeira (*Angelica archangelica* L.) e outras espécies silvestres, que podem apresentar toxicidade variável. Alves Camargos cita duas outras espécies de angélicas, de famílias distintas: *Dicorynia guianensis* Amsch. (família Leguminosae), na região amazônica, e *Randia glabrescens* Spruce (família Rubiaceae), na região sul do Brasil (particularmente Santa Catarina)<sup>328</sup>. Considerando-se, entretanto, que, na *Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a Triaga sobredita*<sup>329</sup>, as angélicas são citadas em Pernambuco e nos sertões, fica pouco provável a inclusão da espécie sulina supramencionada entre as angélicas que tomaram parte na confecção da *Triaga Brasileira*.

## Pindaiba

Já discutida anteriormente.

### 3.5. As gomas, os sais e óleos químicos e outros ingredientes

Como foi anteriormente mencionado, a discussão detalhada e a identificação das plantas da *Triaga* ateve-se basicamente às raízes, sementes, extratos, cipós e cascas. As gomas não foram consideradas no estudo pormenorizado porque muitos de seus componentes não são de origem vegetal, havendo substâncias animais e minerais. Os óleos e sais químicos eram eventualmente adicionados à receita, quando se desejava que esta se tornasse mais eficaz (era chamada, segundo o Ir. André da Costa, de “triaga reformada”<sup>330</sup>). Desta forma, também estes ingredientes não foram incluídos na discussão pormenorizada da pesquisa. Julgou-se necessário, entretanto, acrescentar esta seção ao trabalho, com as devidas notas referenciais, a fim de que o leitor tenha uma visão geral dos ingredientes totais constantes da *Triaga*.

As observações constantes desta seção não são, em hipótese alguma, conclusivas. A abordagem considerada prezou pelo mínimo de informações. Embora

<sup>326</sup> Joaquim Monteiro Caminhoá, *op. cit.*, p. 321.

<sup>327</sup> René Morgan, *op. cit.*, p. 45.

<sup>328</sup> J. A. A. Camargos, *op. cit.*, p. 67.

<sup>329</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299.

sejam ingredientes extremamente importantes, que por si só já pudessem constituir um estudo mais detalhado, apreende-se, de antemão, que a maior parte deles constitui elementos constantes de receitas já utilizadas na Europa, anteriormente à *Triaga*, tais como os castóreos, a terebintina, a goma arábica, o bálsamo etc. Optou-se em citar os ingredientes tal como são transcritos por Serafim Leite<sup>331</sup>.

### **Balsamo do Brazil**

O bálsamo ou bálsamo-do-Brasil é, como a canela, já comentada anteriormente, outra planta cuja identificação torna-se confusa muitas vezes. É citada por alguns autores como a copaíba, leguminosa do gênero *Copaifera* L., identificada às espécies *C. langsdorfii* Desv., *C. reticulata* Ducke, *C. multijuga* Hayne, *C. guianensis* Desv. ou *C. cearensis* Hub. Pode igualmente ser o conhecido pau-d'óleo, espécie *Myroxylon permiferum* L., também da família Leguminosae<sup>332</sup>. Popularmente conhecida em várias regiões do Brasil como cabraíba, cabureíba e pau-vermelho<sup>333</sup>. Não deve ser confundido com o bálsamo de Paracelso — que era considerado o princípio preservador da vida, em todos os seres vivos —, um remédio que podia ser extraído por métodos alquímicos<sup>334</sup>. C. O. Gomes afirma que o óleo ou bálsamo de copaíba é uma das substâncias da farmacopéia brasilíndica que mais emprego tiveram e cujas propriedades terapêuticas foram por muito tempo reconhecidas pela medicina oficial européia<sup>335</sup>.

### **Goma arabia**

As gomas são substâncias viscosas, translúcidas e insípidas que correm ou são extraídas de certas árvores. A goma arábica, utilizada milenarmente em receitas variadas e fazendo parte de várias triagas, é o produto de algumas espécies de *Acacia*, em particular a espécie *A. senegal* L. (família Leguminosae). A goma é produzida pela planta para recompor alguma parte do caule; tanto a goma quanto a mucilagem são resinas (a mais importante é a arabina). É solúvel em água e apresenta

<sup>330</sup> Vide Apêndice II deste trabalho.

<sup>331</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, pp. 295-7.

<sup>332</sup> Mário Guimarães Ferri, *op. cit.*, pp. 88 e 276; Edvaldo Rodrigues Almeida, *op. cit.*, p. 154.

<sup>333</sup> A cabureíba é a espécie *Myrocarpus fastigiatus* Allemão (Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 76). G. S. Sousa, *op. cit.*, p. 202, escreve: "Não se podiam arrumar em outra parte que melhor estivessem as árvores de virtude [...] e seja a primeira a árvore do bálsamo, que se chama cabureíba [...]"

<sup>334</sup> J. Jolande, *Paracelsus*, p. 249.

várias aplicações, especialmente como cola. Garcia da Orta faz um estudo amplo sobre perfumes, incensos, gomas e madeiras aromáticas<sup>336</sup>.

### **Incenso e mirra**

Desnecessário é mencionar a utilização do incenso, resina aromática obtida a partir de uma infinidade de substâncias vegetais, e da mirra, goma resinosa e aromática que se extrai preferencialmente da espécie *Balsamodendron mirra* L., ingredientes absolutamente conhecidos do mundo antigo. O colóquio 54º dos *Colóquios dos simples...* de Garcia da Orta traz o *ture*, que é, segundo A. J. A. Gouveia, “incenso e mirra”<sup>337</sup>.

### **Cato**

Este simples, também denominado catechu, era obtido a partir do cozimento de lascas de coração da madeira de várias espécies de *Acacia* (família Leguminosae), de onde uma substância sólida originava-se da evaporação do extrato<sup>338</sup>. Na Inglaterra, tornou-se droga oficial desde 1721, e em outros países europeus a partir da década de 1740. É tido como refrescante, pungente e adstringente. Além do mais, associado à mirra aumenta a quantidade de leite na mulher lactente. Seu princípio ativo, o catecol (1,2-di-hidróxibenzeno), foi isolado recentemente<sup>339</sup>.

### **Almessega da Índia**

A almécega-da-Índia, também denominada almeceção, goma-almécega e incenso-bravo, é definida como a resina do lentisco ou aroeira-do-campo (*Pistacia lentiscus* L., família Anacardiaceae), embora haja várias espécies de plantas consideradas almécegas<sup>340</sup>. Seu gosto é resinoso e adstringente. Popularmente, tem sido empregada no tratamento das cólicas<sup>341</sup>. J. A. A. Camargos menciona duas espécies de outra família: *Protium elegans* Engl. e *P. heptaphyllum* Aubl. (família Burseraceae).

<sup>335</sup> C. O. Gomes, *op. cit.*, p. 187. Cf. G. S. Sousa, *op. cit.*, p. 202.

<sup>336</sup> A. J. Andrade Gouveia, *op. cit.*, p. 45, citando os colóquios 9º, 17º, 50º e 54º dos *Colóquios...* de Garcia da Orta.

<sup>337</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>338</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 174, Quadro 5. O cato é incluído entre as drogas vegetais do Oriente e da África adquiridas pela Botica de Santo Antão.

<sup>339</sup> P. K. Jain, *Perspectives on Indian medicinal herbs*, pp. 15-7.

<sup>340</sup> J. P. S. Dias, *op. cit.*, p. 111; A. B. Joly, *op. cit.*, p. 424; “almécega”, in H. Garcia & A. Nascetes, *op. cit.*, vol. 1, p. 167. As anacardiáceas eram anteriormente denominadas terebintáceas.

<sup>341</sup> Francisco Antonio de Sampaio, *op. cit.*, p. 77.

e)<sup>342</sup>. L. Ribeiro afirma que a almécega “pode ser encontrada nos sertões do Rio Doce e na Bacia do Rio São Francisco”<sup>343</sup>.

### Terbentina fina

A terebintina é o nome coletivo das resinas líquidas, obtidas por exsudação e incisão de alguns gêneros de coníferas e anacardiáceas. A partir da destilação da terebintina obtém-se a essência de terebintina, um óleo essencial volátil utilizado em amplo espectro, inclusive como emulsionante de tintas, que entrou na composição de receitas diversas, incluindo o ceroto magistral de D. João, um remédio secreto para feridas. Devido aos monoterpenos voláteis, as terebintinas são muito utilizadas em problemas respiratórios<sup>344</sup>. J. M. L. Piñero e colaboradores apontam para o problema de identificar precisamente a maioria das resinas medicinais do continente americano: “[...] com exceção talvez de Alvarez Chanca, [os espanhóis] não se interessaram muito pela presença de produtos de uso medicinal [...] isto explica a abundância e imprecisão de referências a resinas medicinais com nomes europeus (anime, *anime album*, eneldo branco, **terebintina**, **almécega** etc.) junto à ausência de descrições detalhadas das plantas de onde se extraíam tais resinas”<sup>345</sup>. Historicamente, parece ter havido várias terebintinas, de origens vegetais diversas, distribuídas regionalmente pela Europa, tais como as essências de terebintina francesa (óleo extraído de *Pinus maritima* L.), inglesa (extraída das espécies *P. australis* e *P. taeda*), alemã (extraída de *P. sylvestris*) e de Veneza (extraída da anacardiácea *Larix europaea*)<sup>346</sup>.

### Castorio e tintura de castorio

Os castóreos, historicamente denominados como sendo substâncias odoríferas segregadas por glândulas situadas debaixo da pele do ventre do castor (roedor do gênero *Castor* L., sobressaindo-se as espécies *C. fiber* L. e *C. canadensis* Kuhl.), foram remédios compostos utilizados pelos árabes e aceites na Europa, durante

<sup>342</sup> José Arlete Alves Camargos, *op. cit.*, p. 126.

<sup>343</sup> L. Ribeiro, *op. cit.*, p. 191.

<sup>344</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 445. A terebintina faz parte, até hoje, de medicamentos como os expectorantes infantis, que podem ser constituídos, entre outros ingredientes, de óleos essenciais (eucalipto, noz-moscada, cedro, mentol, cânfora e terebintina).

<sup>345</sup> J. M. L. Piñero *et al.*, *op. cit.*, p. 42.

<sup>346</sup> “Terebintina”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 5, p. 3545.

muito tempo. Seu princípio químico, a castorina, é amargo e cristalino, conferindo aos castóreos atividade antiespasmódica. J. P. F. S. Dias inclui o castóreo entre as drogas de origem animal adquiridas pela Botica do Colégio de Santo Antão em meados do século XVIII<sup>347</sup>.

### **Terra sigillada**

As chamadas terras sigiladas ou terras seladas eram tipos de terras argilosas a que os antigos costumavam atribuir propriedades medicinais. A terra sigilada de Chipre e Armênia tinha propriedades terapêuticas, antiveneníferas e antiofídicas. Entre as “drogas e medicamentos adquiridos pela Botica do Colégio de Santo Antão ao droguista Lourenço Scaniglia (1749-1750)”, a “terra sigilada” é citada como uma droga mineral não metálica<sup>348</sup>.

### **Terra de São Paulo**

Pelas informações que Serafim Leite nos fornece a respeito da Botica do Colégio de São Paulo, em Goa (Índia), inferimos que, talvez como a terra sigilada, esta terra tivesse propriedades terapêuticas difundidas pela Europa, como o próprio autor descreve: “O Colégio de S. Paulo [de Goa] tinha, também, a sua botica, onde eram preparadas as célebres <pedras de Goa> ou <pedra cordial>, composição secreta do químico florentino, Irmão leigo Gaspar António, que tiveram tanta voga e que levadas pelos jesuitas chegaram aos confins do Extremo-Oriente, até Pequim, usadas até pelo Imperador da China, e mesmo à Rússia, para onde foram remetidas de Pequim ao célebre médico Ribeiro-Sanches”<sup>349</sup>. Entretanto, não foi possível identificá-la tal como foi feito com outros ingredientes desta seção.

### **Pedra de Cananor**

É, possivelmente, um simples de origem mineral, como a pedra bezoar (discutida no Capítulo 2 deste trabalho). Cananor é uma região da Índia, próxima a Calicute, onde, em 1501, houve uma batalha naval envolvendo os portugueses<sup>350</sup>. Não foi possível obter-se maiores informações sobre este simples.

<sup>347</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 175, quadro 7.

<sup>348</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 697.

<sup>349</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 89, nota 1.

<sup>350</sup> Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, p. 203.

### Capa roza-calcinada

O termo “caparrosa” refere-se ao nome vulgar de diversos sulfatos metálicos, tais como o sulfato de cobre (caparrosa azul), o sulfato de ferro (caparrosa verde) e o sulfato de zinco (caparrosa branca)<sup>351</sup>. A calcinação ou oxidação de metais, por sua vez, é um método antigo empregado por artesãos metalurgistas, reconhecido como a primeira etapa na obra alquímica<sup>352</sup>. Vários processos de calcinação geram cores diferentes em metais diferentes. Não sabemos que tipo de material deu origem à “capa roza-calcinada”.

### Espírito de Marte

O termo espírito ou *spiritus* refere-se, na antiga química, aos medicamentos líquidos resultantes da destilação do álcool com uma ou mais substâncias aromáticas, de origem vegetal ou animal. Estes eram, às vezes, a simples dissolução de álcool de diversos princípios medicamentosos e sobretudo de princípios aromáticos. Ainda hoje se utiliza o termo espírito para designar alguns compostos químicos e vários preparados farmacêuticos. O *spiritus* do vinho, por exemplo, é o álcool que resulta da destilação do vinho, o de alecrim é a tintura de essência de alecrim, o *spiritus* da vida é um bálsamo analgésico contendo mais de seis ingredientes, e o *spiritus* de hortelã é o alcoolato de essência de hortelã. Dentro do exposto, o espírito de Marte da *Triaga* pode referir-se, muito provavelmente, a sais de ferro<sup>353</sup>.

### Torciscos de jararacas ou de viboras

O termo torcisco foi anteriormente discutido neste capítulo. Sabe-se que cobras peçonhentas eram empregadas nas triagas, milenarmente. Neste caso, a *Triaga* faz uso de ofídios nativos das Américas. A jararaca, que inclui várias espécies do gênero *Bothrops*, destacando-se *B. jararaca* e *B. jararacussu*, é serpente peçonhenta nativa da América do Sul, especialmente do Brasil<sup>354</sup>.

<sup>351</sup> “Caparrosa”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 1, p. 610.

<sup>352</sup> A. M. Alfonso-Goldfarb, *Da alquimia à química*, p. 40. Um exemplo de oxidação em metais é o que ocorre com o ferro:  $\text{Fe}_{\text{livre}} \rightarrow \text{FeO}$ , este último sendo o óxido de ferro II. Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 144, nota 171. Cf. “calcinar”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 1, p. 577.

<sup>353</sup> Como exemplos de outros espíritos ainda conhecidos atualmente, temos o espírito de amoníaco (cloridrato de amoníaco), espírito de sal marinho (ácido clorídrico), espírito de enxofre (ácido sulfuroso), espírito de madeira (álcool metílico, obtido da destilação seca da madeira), entre outros; “espírito”, in H. Garcia & A. Nascentes, *op. cit.*, vol. 2, p. 1408. Cf. J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 446.

<sup>354</sup> “Jararaca”, in J. L. Soares, *op. cit.*, p. 240. As jararacas podiam ser encontradas “no Camamu, Tujupeba, sertão e na quinta do Collegio da Bahia” (Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299).

### **Vinho branco, xarope de limões e mel de abelhas**

Limão, mel e vinho eram ingredientes bastante utilizados em triagas antigas, nos quais os outros simples eram geralmente dissolvidos ou acrescentados para se obter a consistência pulverulenta ou pastosa do composto. Os árabes, por exemplo, utilizavam compostos à base de xarope de limão, rosas, açúcar e água<sup>355</sup>. Serafim Leite diz que o mel de abelhas (ou “de pao”) era encontrado na Tujupeba, em Porto Seguro, em Capivaras, no Camamu e no sertão<sup>356</sup>.

### **Cascas de laranjas**

Há muitas variedades de laranjas, conhecidas há muito tempo por suas propriedades nutritivas e medicinais. Tal como outros membros da família Rutaceae, a laranja (*Citrus sinensis* Osb.) possui óleos aromáticos em suas folhas, conferindo-lhe propriedades semelhantes às da cidra e do limão: as laranjas são consideradas anti-scorbúticas, antiespasmódicas, anti-hemorragicas, aperitivas e tônicas. Suas flores também são sedativas<sup>357</sup>.

### **Sassafráz**

Como ocorre com outras plantas da família Lauraceae, sob o nome sassafrás são conhecidos três gêneros, com várias espécies: *Aniba* Mez., *Ocotea* L. e *Phoebe* L. Do primeiro gênero, a espécie geralmente citada é *A. gardneri* Mez., muito cultivada no Brasil, especialmente na região sudeste. Do segundo gênero, as espécies mais citadas são *O. sassafráz* Mez. e *O. cymbarum* L. (família Lauraceae), esta última também denominada canela-sassafrás. Do gênero *Phoebe*, temos *P. patens* Mez., conhecida no Rio de Janeiro como louro-sassafrás. As espécies de sassafrás são consideradas anti-reumáticas, sudoríferas e diuréticas<sup>358</sup>. J. P. F. S. Dias identifica o sassafrás (“sassafráz”) como sendo *Laurus sassafráz* L., citado em 1758 entre as plantas medicinais na Serra de Sintra como “salsafrazia”<sup>359</sup>.

### **Pindaiba**

<sup>355</sup> Cf. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 165, nota 280.

<sup>356</sup> Serafim Leite, *Artes e ofícios*, p. 299.

<sup>357</sup> Cid A. M. Santos *et al.*, *op. cit.*, p. 115.

<sup>358</sup> Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 316; G. Ziletti, *op. cit.*, pp. 136-58.

<sup>359</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, p. 601.

Já discutida anteriormente.

### Erva doce

Já discutida anteriormente.

### Funcho

O funcho ou funcho silvestre é identificado como sendo a espécie *Foeniculum vulgare* Mill., da família Umbelliferae. Considerado diurético, aperitivo e carminativo, não deve ser confundido com uma espécie afim da mesma família, o funcho-bastardo, endro ou aneto, *Anethum graveolens* L.<sup>360</sup>

G. S. de Sousa refere-se ao funcho e ao endro quase que indistintamente:

Endros se dão tão alto que **parecem funcho**, e onde os semeiam uma vez, ainda que secam, outros tornam a nascer [...] Funcho se dá com vara tamanha, que parece uma cana de roca muito grossa, e dá muita semente **como os endros** [...] <sup>361</sup>

A. Macer traz uma referência interessante a respeito do funcho, quando utilizado com vinho e com o decocto das raízes: “[...] cum vino et vel acqua radices coctio [...] vesicae medicatur”<sup>362</sup>.

### Canela

Não houve referência, na *Triaga*, a esta canela ser ou não a canela-da-Índia, discutida anteriormente. Sob o nome canela, há várias espécies nativas do Brasil, comentadas por alguns autores. J. A. A. Camargos associa a canela, no Brasil, a quatro gêneros de Lauráceas distintos: *Aniba* sp, *Cinnamomum* sp, *Nectandra* sp e *Ocotea* sp<sup>363</sup>. Não se pode confundir a canela-do-ceilão e a canela-da-china com a canela brasileira, sucedânea destas, ocorrente em várias regiões da América do

<sup>360</sup> René Morgan, *op. cit.*, p. 101; Terezinha de Jesus Almeida Rego, *op. cit.*, p. 52; Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 128. A. M. Alfonso-Goldfarb, *Livro do Tesouro de Alexandre*, p. 164, nota 272, afirma que “[...] no *Tratado dos simples*, de Ibn Masawaih, o funcho é comparado à noz-moscada [...] suas raízes são especificamente apontadas como aperientes, enquanto suas folhas são consideradas por sua ação diurética”. A autora continua: “[...] a origem botânica é de difícil precisão” — o funcho foi citado como sendo a espécie *Anethum foeniculum* L. e também a espécie *Foeniculum vulgare* L.

<sup>361</sup> G. S. Sousa, *op. cit.*, p. 170 (grifos nossos).

<sup>362</sup> “Com vinho e com o decocto das raízes [...] se curam as vesículas”; Aemilius Macer, *op. cit.*, pp. 20-2 (“De Foeniculo”). A respeito do aneto, este autor afirma (*Ibid.*, p. 48): “De Anetho. Provoct vrinas obstantia [...] nervorum laxat tensuras [...]” (“Sobre o aneto. Provoca a saída volumosa da urina [...] e relaxa a tensão muscular”).

<sup>363</sup> O autor não deixa claro, em seu *Catálogo*, se o gênero *Ocotea* inclui a espécie *O. cymbarum* L. citada por Edvaldo Rodrigues de Almeida, *op. cit.*, p. 316, como canela-sassafrás, embora cite, na mesma obra, as espécies de lauráceas *Mespilodaphne sassafras* Meissn. e *Sassafras officinale* Nees como sendo canela-sassafrás. Vide discussão acerca do sassafrás neste capítulo.

Sul<sup>364</sup>. Entre as canelas brasileiras, Langsdorff afirma, em sua viagem pelo Brasil no início do século XIX, que várias espécies pertencem ao gênero *Laurus* (família Lauraceae). Curiosamente, o mesmo viajante diz que a canela-de-ema, uma outra espécie de canela entre tantas do Brasil, não pertence ao gênero *Laurus*, mas sim a outros dois gêneros distintos: *Vellozia* e *Barbacenia* (família Velloziaceae)<sup>365</sup>. T. Rizzini faz uma extensa citação bibliográfica das canelas brasileiras<sup>366</sup>.

### Salva

A salva ou sálvia é uma planta bastante conhecida dos europeus. É o nome comum dado a várias plantas de diferentes famílias, porém especialmente ao subarbusto *Salvia officinalis* L. (família Labiatae). Esta espécie é denominada, também, salva-das-boticas, sálvia ou salva-verdadeira. Textos antigos trazem referências à ação emenagoga deste simples. A. Macer, por exemplo, diz que a sálvia auxilia na expulsão da menstruação: “Pellit abortivum lotiumq(?) & menstrua purgat”<sup>367</sup>.

### Cascas de limões

Este simples já foi discutido anteriormente.

### Sal herculeo

Não foi possível identificar este simples.

### Cravo

A discussão acerca do cravo foi feita anteriormente. É provável que este cravo seja o conhecido cravo-da-índia, antigo ingrediente de receitas antigas, e não o cravo ou cravina, planta ornamental cariofilácea.

---

<sup>364</sup> A espécie em questão é *Aniba canelilla* Nees (F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 64).

<sup>365</sup> Danuzio Gil Bernardino da Silva, *op. cit.*, vol. 1, pp. 380-3.

<sup>366</sup> Do gênero *Ocotea*, traz *O. insignis* Mez como canela-batalha, *O. glaziovii* Mez e *O. spectralis* (Meisn.) Mez como canela-amarela ou canela-preta, *O. opifera* Mart. como canela-de-cheiro, *O. nitidula* (Nees & Mart.) Mez e *O. organensis* (Meisn.) Mez como canela-parda e *O. corymbosa* (Meisn.) Mez como canela-fedorenta. Do gênero *Nectandra*, traz *N. pichurim* Mez como canela-branca e *N. lanceolata* Nees como canela-da-várzea. Do gênero *Cinnamomum*, traz *C. glaziovii* (Mez) Kosterm. como canela-papagaio (C. T. Rizzini, *op. cit.*, p. 275-6).

## Canella

Já discutida anteriormente.

## Alecrim

Várias espécies de *Holocalyx* (família Leguminosae) são popularmente conhecidas como alecrim. Tem-se, por exemplo, o alecrim-de-campinas ou alecrim-domato (*H. balansae* Mich.) Outras famílias, porém, também apresentam espécies popularmente conhecidas como alecrim<sup>368</sup>. A espécie *Rosmarinus officinalis* L., que recebe os nomes de alecrim-de-jardim, alecrim-rosmarinho e alecrinzeiro, é conhecida na Europa desde o século XVII — a rainha Isabel da Hungria parece ter utilizado a “água da juventude” [extrato alcoólico de alfazema (*Lavandula officinalis* Chaix), alecrim e tomilho (*Thymus vulgaris* L.)] para recuperar a saúde debilitada, e é tido terapeuticamente como antiespasmódico e antiácido<sup>369</sup>. Possui óleos etéreos (i.e., essências<sup>370</sup>; J. P. F. S. Dias confirma esta espécie, associando-a ao óleo de alecrim e à essência de alecrim. É, muito provavelmente, o alecrim referido na *Triaga*<sup>371</sup>.

## Tobaco

Espécie muito conhecida, *Nicotiana tabacum* L. (família Solanaceae) — cujos nomes populares são variados, tais como fumo, petume, petima, pitura, petum e tabaco—, pode ter-se originado no noroeste argentino, procedente de duas espécies silvestres (*N. sylvestris* e *N. otophora*), de onde irradiou-se para o restante da América Latina. Outras espécies de *Nicotiana*, tais como *N. langsdorfii* Wein., *N. alata* Link & Otto e *N. forgetiana* Hort. são igualmente conhecidas como fumo. O tabaco apresenta propriedades tóxicas, porém é tido como digestivo e ativador das funções cerebrais<sup>372</sup>.

---

<sup>367</sup> Aemilius Macer, *op. cit.*, p. 26 (“De Salvia”).

<sup>368</sup> A. B. Joly, *op. cit.*, p. 377. H. F. Leitão Filho *et al.*, *op. cit.*, vol. 3, p. 675, citam o alecrim-da-praia (*Bulbostylis capillaris* (L.) C.B. Clarke, da família Cyperaceae, e A. B. Joly, *op. cit.*, p. 584, cita o gênero *Rosmarinus*, particularmente a espécie *R. officinalis* L., da família Labiatae (Lamiaceae).

<sup>369</sup> Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 113.

<sup>370</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 108.

<sup>371</sup> J. P. F. S. Dias, *op. cit.*, pp. 445 e 602.

<sup>372</sup> F. weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 109. O tabaco aparece no Codex Fuchs (século XVI), 11123, p. 161, e também no Adam Lonicer Kreuterbuch (século XVI), p. cccv r (H. Walter Lack, *op. cit.*, pp. 38, 70).

## Caroba

Segundo J. A. A. Camargos, podem ser várias espécies dos gêneros *Jacランダ* ou *Tabebuia*, ambos da família Bignoniaceae<sup>373</sup>. Esta descrição parece encontrar respaldo em L. Ribeiro, ao afirmar que a caroba é a espécie *Bignonia chele-noides*, encontrada em Minas Gerais. Diz ele: “As folhas são o remédio geral de todo o sertão para curar o vírus venéreo bobático [vírus do bubão ou sífilis bubática, também denominada bouba, bubá, bubã ou bubo]; usa-se um cozimento, que é amargo, por bebida ordinária, e do pó das mesmas folhas para curar as chagas. O extrato é antivenéreo”<sup>374</sup>.

## Chicorea

A chicória, *Cichorium intybus* L., da família Asteraceae, é originária das zonas temperadas da Ásia e da Europa e é conhecida por suas propriedades medicinais desde a Antigüidade Clássica. Há indicações de que era utilizada na Grécia Antiga para o tratamento de transtornos hepáticos. A chicória possui propriedades tonificantes e é empregada para o tratamento da icterícia e das obstruções dos órgãos abdominais, além de ser estomáquica, depurativa, laxativa fraca e antidiarréica<sup>375</sup>. A. R. Ferreira diz que “a xicorea do reino é o coentro-da-India”<sup>376</sup>.

## Borragens

O texto cita “borragens”. A literatura especializada em identificação botânica aponta, na família Boraginaceae, várias espécies igualmente denominadas “borragem”: *Borago officinalis* L., que também é consumida em saladas, além de ser utilizada na medicina popular<sup>377</sup>; *Heliotropium amplexicaule* Vahl., *Heliotropium procumbens* Mill., *Heliotropium leiocarpum* Morong.<sup>378</sup>; *Heliotropium indicum* L.<sup>379</sup>; *H. transalpinum* Vell.<sup>380</sup>. As duas últimas espécies recebem sinônimos de borragem-brava e

<sup>373</sup> José Arlete Alves Camargos, *op. cit.*, p. 58.

<sup>374</sup> Lourival Ribeiro, *op. cit.*, p. 192.

<sup>375</sup> René Morgan, *op. cit.*, p. 76.

<sup>376</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, p. 735 (F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 115, dizem que *Cichorium intybus* L. é a chicória-amarga ou almeirão, usada como sucedâneo do café).

<sup>377</sup> René Morgan, *op. cit.*, p. 59; Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 147; M. A. da Câmara, *Memoria sobre a utilidade dos jardins botânicos...*, *apud* M. E. B. Prestes, *op. cit.*, p. 179, nota [a]; F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 107.

<sup>378</sup> S. Schwartsman, *op. cit.*, p. 66.

<sup>379</sup> H. F. Leitão Filho *et al.*, *op. cit.*, vol. 3, p. 612.

<sup>380</sup> *Ibid.*, p. 614; S. Schwartsman, *op. cit.*, p. 67.

heliotrópio. A borragem é considerada sudorífera, antiinflamatória e diurética. A. Macer afirma que a borragem é sedativo bucal, eliminando a dor de dentes<sup>381</sup>. O fato desta planta não ter sido citada em nenhum texto da Antigüidade levou os historiadores a admitirem o fato de que a borragem fora importada da África ou da Síria, de onde provavelmente é natural, durante a Idade Média<sup>382</sup>.

### **Pindaiba**

Já discutida anteriormente.

### **Arruda**

A arruda é a espécie *Ruta graveolens* L. (família Rutaceae), conhecida da farmácia e amplamente empregada na medicina popular brasileira como estimulante, emenagoga, auxiliar do tratamento de varizes e flebite, além de aumentar a resistência dos capilares sangüíneos devido à rutina, um dos princípios ativos mais fortes. Crenças variadas também utilizam a arruda como planta mágica<sup>383</sup>.

### **Cardo santo**

Sob este nome há basicamente três espécies pertencentes a duas famílias distintas: *Cnicus benedictus* L. e *Silybum marianum* Gaertn., da família Compositae (Asteraceae), e *Argemone mexicana* L., da família Papaveraceae<sup>384</sup>. As duas asteráceas são originárias da Europa. A primeira recebe também o nome de cardo-bento e segunda, de cardo-mariano e serralha-de-folha-pintada. Suas propriedades medicinais são bastante próximas, sendo consideradas digestivas, tônicas, antifebrífugas, depurativas, colagogas e diuréticas. A papaverácea, cujo nome específico atesta provavelmente sua origem, é considerada eficiente no tratamento de verrugas e lesões de pele. Também é conhecida como papoula-do-méxico ou papoula-espinhosa. G. Ziletti parece ter-se referido a esta papaverácea, ao reportar-se a N. Monárdes,

<sup>381</sup> Aemilius Macer, *op. cit.*, p. 67: "Herbam, quam Graeci dixerunt melisophyllon [...] solet dentis sedare dolorem" ("Erva esta conhecida pelos gregos como melisofilo [...] tira a dor de dente").

<sup>382</sup> O cap. LI de Leonhart Fuchs, *op. cit.*, afirma ser a borragem antidepressiva.

<sup>383</sup> F. Weberling & H. O. Schwantes, *op. cit.*, p. 94; Tim Low *et al.*, *op. cit.*, p. 221.

<sup>384</sup> René Morgan, *op. cit.*, p. 68 e H. F. Leitão Filho *et al.*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 521-3.

dizendo que o cardo-santo é uma raiz maravilhosa oriunda da Nova Espanha<sup>385</sup>. Não se pode precisar, porém qual destes “cardos-santos” foi empregado na *Triaga*.

#### 4. Modo de fazer a *Triaga Brasília*

Tal como em outras triagas, a *Triaga Brasília* segue procedimentos específicos, assinalados por passos precisos e instruções detalhadas. Nota-se uma preocupação em descrever em detalhes todos os procedimentos, sem mencionar, entretanto, pormenores dos ingredientes ou dos instrumentos empregados. Todos os trechos transcritos a seguir encontram-se no Apêndice II deste trabalho, sob o título “Far-se-há do seguinte modo”.

Logo no início, as raízes deviam ser submetidas à extração, como se lê: “Às primeiras vinte e huma raízes se lhe tomam os seos pezos respectivos e se fação em pó, e se passe por tamiz muito fino com cuidado que não volatize muito. Dos residuos que ficarem com pezos respectivos a cada huma das ditas raízes se faça extrato”. Em seguida, alguns simples, como cipó de cobras, canela da Índia, cravo do Maranhão e angélicas, deviam ser também reduzidos a pó, excetuando-se o açafraão, que “se pizará à parte secando-se primeiro ao ar do lume”. O espírito de Marte, a tintura de castóreo, a terebintina, o bálsamo do Brasil e os extratos de ópio, de angélica e de pindaíba deveriam ser dissolvidos em vinho branco e xarope de limão e acrescentados à receita no tempo apropriado.

A parte final da preparação incluía a fervura do mel em fogo brando, depois em fogo alto por pouco tempo antes de terminar a fervura (“E tendo posto [...] hum pouco alto, então se tire do fogo”) e a adição do vinho com os simples desfeitos nele, além do xarope de limões e os pós “depoes de bem misturados huns com os outros”. Todos estes ingredientes eram, então, acrescentados ao mel e o composto, depois de ficar “em bom ponto”, deveria ser resfriado e colocado em talhas com a “terceira parte por encher”.

A *Triaga* deveria ser exposta ao sol por seis meses e mexida diariamente pela manhã e tarde. Não deveria ficar ao relento durante a noite. Há uma admoestação

---

<sup>385</sup> G. Ziletti, *op. cit.*, p. 158: “Portano della Noua Spagna [...] una raiz merauigliosa, & di gran virtui, che chiamano cardo santo [...]” (“Trazemos da Nova Espanha [...] uma raiz maravilhosa e de grande virtude, que chamamos de cardo santo [...]”).

que finaliza seu modo de preparo: “Não se uze desta tiriaga senão passados seis mezes”.

A receita básica da *Triaga* podia ser, entretanto, ampliada. A “*Triaga Brasileira* reformada” incluía os sais e óleos químicos, que eram acrescentados quando o Irmão André da Costa desejava que ficasse mais eficaz. Quanto a estes ingredientes, porém, o jesuíta “não lhos ajuntava ordinariamente” — eram desfeitos em gral de pedra e acrescentados ao composto e à mistura dos extratos. O autor da receita escreve que “esta hé a celeberrima tiriaga brasiliana, ou do Brazil, e tão estupenda para tantas enfermidades, como continuamente se tem experimentado, e se está experimentando”. E continua, de forma enfática e quase poética: “E eu a confeçar a verdade, pela experiencia que tenho de todas as quatro partes do mundo, e exercitando em todas ellas a charidade de applicar alguns remedios, digo que hé das tiriagas a que entre todas as outras tem a primazia, poes hé a que entre todas ellas obra mais promptamente e com mais efficacia”.

## 5. Finalidades da *Triaga Brasileira*

Serafim Leite, ao referir-se às receitas da *Collecção de Receitas*, das quais a *Triaga* é uma delas, diz que “[...] pelo exame dos [medicamentos] que pertencem ao Brasil, se vê que doenças tinham mais preparados locais, e correlativamente as enfermidades mais comuns. Sobressaem as da pele, a anemia e a sífilis”<sup>386</sup>. Se as informações de Serafim Leite estiverem corretas, as doenças para quais a *Triaga Brasileira* supostamente servia estão incluídas no rol citado.

A lista, porém, das enfermidades constantes da *Noticia do Antidoto ou nova Triaga Brasileira que se faz no Collegio da Companhia de Jesus da Bahia* é imensa, indo muito além das doenças de pele, da anemia e da sífilis de Serafim Leite<sup>387</sup>. Segundo o que se lê nesta “noticia”, a *Triaga* é referida, primeiramente, como um antidoto contra todos os venenos, exceto os corrosivos, e para a mordedura de cobras e outros animais peçonhentos. Esta indicação terapêutica parece não ser simples acaso, uma vez que a *Triaga* é apresentada como “Antidoto ou Panacea Composta”

<sup>386</sup> Serafim Leite, *Artes e officios*, p. 91. O autor traz uma extensa lista de enfermidades para as quais as receitas da *Collecção* serviam terapêuticamente: enfermidades da pele, doenças anêmicas, males venéreos, febres, vermes intestinais, “enfermidades das senhoras”, chagas e feridas, tumores duros, apoplexias, paralisia, histerismo, hidropisia, disenterias, entre muitas outras.

<sup>387</sup> Vide Apêndice II para maiores detalhes.

à imitação das triagas européias. Sabemos que as triagas inicialmente constituíam-se em antídotos contra venenos.

Seguindo-se à recomendação da receita como antídoto, o autor descreve as propriedades da *Triaga* nos diversos órgãos do corpo humano. A receita é remédio para problemas abdominais: “serve também para qualquer dor interna, como de estomago, vomitos, colica, flatos e pontadas, principalmente se forem cauzadas de frio; para lombrigas e qualquer humor corrupto que se gere nos intestinos”. Também é remédio para problemas relacionados à cabeça: “serve mais para qualquer achaque de cabeça [...] como hé paralesia, epileisia, apoplessia, melancolia [...]”. Para estes, recomenda-se o emprego conjunto com “os remedios universais que se costumão nestes achaques”. As doenças de pele, causadas ou não por epidemias, são igualmente contempladas pelo composto: “hé boa contra a peste e doenças epidemicas. Nas febres malignas tem mostrado grande efficacia [...] hé potente contra as bexigas e sarampão [...]”. Por fim, a receita é eficaz e “celebre e experimentado remedio” para enfermidades relacionadas às mulheres, tais como “soffocação da madre, accidentes uterinos, convulsão, flatos, dores, retenção dos menstruos, para a opilação da madre [...]”, assim como para as crianças “que tem febres, colicas, e outras enfermidades cauzadas de lombrigas”.